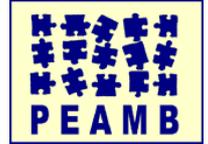




Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Faculdade de Engenharia
Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente
Mestrado em Engenharia Ambiental



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PESCADORES E CATADORES
DE CARANGUEJOS DA REGIÃO DE MANGUEZAIS DA APA DE GUAPIMIRIM

Márcia Ferreira Mendes Rosa

Orientador: Ubirajara Aluízio de Oliveira Mattos
Co-orientador: Adacto Benedicto Otoni

Rio de Janeiro
Outubro de 2005

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PESCADORES E CATADORES DE
CARANGUEJOS DA APA DE GUAPIMIRIM-R.J.

Márcia Ferreira Mendes Rosa

Dissertação submetida ao corpo docente da
Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro – UERJ, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Mestre em
Engenharia Ambiental.

Aprovado por:

Orientador: Dr. UBIRAJARA ALUÍZIO MATTOS PEAMB/UERJ

Co-orientador: Dr. ADACTO BENEDICTO OTONI PEAMB/UERJ

Membro da banca: Dr. JÚLIO DOMINGOS NUNES
FORTES PEAMB/UERJ

Membro da banca: ELMO DA SILVA AMADOR/ UFRJ

Rio de Janeiro
Outubro de 2005

Dedico esse trabalho aos meus filhos André Victor e Daniel Luís e ao meu esposo, Oraci José Rosa, pela imensa força, carinho e compreensão em todos os momentos dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me conduzir, iluminar e permitir a realização desse estudo.

Ao professor Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos pela sua orientação e estímulo.

Ao professor Júlio Fortes pelas valiosas informações prestadas.

Ao professor Jorge Sandins e a Nathália Noronha Henrique pela imensa ajuda na elaboração do banco de dados.

À todos professores do Departamento de Engenharia Ambiental/UERJ

Aos amigos do curso e especialmente a Déa Bettini, Mauricio Duppre e Sheila Franklin, pela ajuda, troca de informações e companheirismo.

Aos meus pais, irmãos e amigos que contribuíram de uma forma direta ou indireta, por meio de incentivo, palavras e gestos de carinho.

À todos os pescadores e catadores de caranguejo da região da APA de Guapimirim que mesmo depois de uma longa jornada de trabalho, participaram da pesquisa, enriquecendo assim esse trabalho.

RESUMO

Resumo da Dissertação apresentada a FEN/UERJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Ambiental

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PESCADORES E CATADORES DE CARANGUEJOS DA REGIÃO DE MANGUEZAIS DA APA DE GUAPIMIRIM

MÁRCIA FERREIRA MENDES ROSA

OUTUBRO/2005

ORIENTADOR: UBIRAJARA ALUÍZIO MATTOS

CO-ORIENTADOR: ADACTO BENEDICTO OTTONI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL

O presente trabalho trata das condições de vida, trabalho e saúde dos pescadores e catadores de caranguejo da região de manguezais da APA de Guapimirim, região compreendida pelos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim e Magé.

Os pescadores e catadores de caranguejo que são típicos trabalhadores informais, têm várias dificuldades no dia-a-dia, como a falta de proteção e ausência de garantias trabalhistas, convivem também com a degradação progressiva da Baía de Guanabara e conseqüentemente a diminuição da pesca.

O estudo teve como objetivo caracterizar esses trabalhadores informais, através da aplicação de 100 questionários para a comunidade pesqueira da região estudada. Foram entrevistados 80 pescadores e 20 catadores de caranguejo para poder traçar um perfil desses trabalhadores.

De um modo geral esse trabalhador caracteriza-se por ter pouca escolaridade, ou seja, 12 % desse grupo são analfabetos e 48 % têm apenas o 1º grau incompleto. Isso faz com que esse trabalhador tenha poucas chances no mercado formal, ou seja, a atividade informal será uma constante nas suas vidas.

O catador demonstra ter uma vida mais difícil do que a do pescador, isto em relação à renda, a escolaridade e ao próprio risco no ambiente.

Neste trabalho foi possível constatar que além de todas as dificuldades com a pesca, o mangue e os riscos no dia a dia, os pescadores e catadores sofrem com a intensa degradação da Baía de Guanabara e com os acidentes ambientais que estão se tornando comuns.

São trabalhadores informais que tiram o seu sustento das águas da Baía, vivendo em condições de extrema pobreza e abandono, sendo que dia após dia sentem mais dificuldades em desempenhar as suas funções.

Palavras-chaves: pesca, pescadores, trabalho informal, catadores de caranguejo, manguezais, APA de Guapimirim, Baía de Guanabara.

ABSTRACT

Abstract of Final Work presented to PEAMB/UERJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Environmental Engineering.

The conditions of work and health of the fishermen and the crab catchers of the region of tropical swamps of the Environmental Protection Area of Guapimirim

Márcia F. Mendes Rosa

October, 2005

Advisors: Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos

Area: Environmental Sanitation - Urban and Industrial Pollution Control

The present work deals with the conditions of life, work and health of fishermen and crab catchers of the tropical swamps of the Environmental Protection Area of Guapimirim, which is a region including the cities of São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim and Magé.

The fishermen and crab catchers, who are typical informal workers, have many difficulties day by day, such as the lack of protection and work guarantees and they also cope with the progressive degradation of the Guanabara Bay, and the consequent reduction of fishing.

The study aimed to characterize these informal workers, through the application of 100 questionnaires for the community of fishermen of the studied region. Eighty fishermen and twenty crab catchers were interviewed in order to compose a profile of these workers.

Generally, this worker is characterized by very little schooling, that is, twelve percent of this group is illiterate and forty eight percent had incomplete elementary schooling. Therefore, they have reduced chances to join the formal job market, that is, the informal activity shall always be present in their lives.

The crab catcher demonstrates to have a harder life than the fisherman, as regards to the salary, the schooling and the environmental risk.

In this work it was possible to realize that in spite of all the difficulties concerning the catch of fish, the swamp and the day by day risks, in fact, the fishermen and the crab catchers suffer with the intense degradation of the Guanabara Bay and with the environmental accidents that are becoming often.

They are informal workers whose source of livelihood consists in the waters of the bay, living in conditions of extreme poverty and abandonment, and day by day they have more trouble to perform their duty.

Keywords: fishing, fishermen, crab catchers, informal workers, Guanabara Bay, tropical swamps.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 2.1: Distribuição dos trabalhadores formais e informais segundo a atividade econômica- 1997- Brasil	29
Tabela 2.2: Distribuição dos trabalhadores formais e informais segundo a faixa de rendimentos salários-mínimos(setembro de 1997- Brasil).....	29
Gráfico 2.3: Gráfico sobre a incidência de tuberculose no Estado do Rio de Janeiro no período de 1995-1997	33
Quadro 2.4: Tabela sobre alguns microorganismos patogênicos encontrados em sistemas e as doenças associadas.	37
Gráfico 2.5: Gráfico sobre os benefícios concedidos por acidentes de trabalho com trabalhador em pesca, aqüicultura e serviços relacionados, Brasil, 1996-1997.....	42
Mapa 3.1: Mapa sobre a qualidade das águas na Baía de Guanabara	45
Quadro 3.2: Principais formas de degradação da Baía de Guanabara.....	46
Foto 3.3: Foto de satélite da região em estudo.....	48
Tabela 3.4: Pesca no Brasil; Evolução da Aqüicultura e pesca segundo categorias- 1994/2000.....	53
Foto 3.5:Foto sobre tipo de pescado na costa brasileira.....	54
Tabela 3.6: As artes de pesca e as comunidades pesqueiras, FAPESCA/ R.J./ 2002.....	57
Tabela 3.7: Pescadores desembarcados por modalidade na Baía de Guanabara, entre abril de 2001 e março de 2002.....	58
Gráfico 3.8.: Desembarques mensais de caranguejos na baía de Guanabara, entre abril de 2001 e março de 2002.....	63
Tabela 4.1: A população e a área(Km ²) dos municípios da região estudada.....	71
Tabela 4.2: Estabelecimentos de saúde e privada da região.....	72
Tabela 4.3: Total de analfabetos da região.....	72
Tabela 4.4: Perfil sócio-econômico da população da região estudada	73
Tabela 4.5: A ocupação x idade do trabalhador.....	78
Tabela 4.6: A idade x o uso de EPI.....	78
Tabela 4.7: Uso de EPI x a ocupação.....	79
Tabela 4.8: Idade x duração da jornada de trabalho.....	80
Tabela 4.9: Idade x desemprego.....	81
Tabela 4.10: Idade x escolaridade.....	82

Tabela 4.11: Escolaridade x ocupação.....	83
Tabela 4.12: Ajudantes x a ocupação exercida.....	84
Tabela 4.13: A renda x a ocupação.....	84
Tabela 4.14: A renda x a escolaridade.....	85
Tabela 4.15: A renda x duração da jornada de trabalho.....	86
Tabela 4.16: A renda x dependentes	87
Tabela 4.17: Período da jornada x duração da jornada	88
Tabela 4.18: A duração da jornada x ocupação.....	89
Tabela 4.19: A ocupação x a ocupação paralela.....	90
Tabela 4.20: Período da jornada x ocupação.....	90
Tabela 4.21: Tipo de renda x ocupação.....	91
Tabela 4.22: Renda x duração da jornada de trabalho.....	91
Tabela 4. 23: Naturalidade do pescador e catador.....	92
Gráfico 4.24: Dependentes.....	93
Gráfico 4.25: Número de filhos.....	94
Gráfico 4.26: Forma de remuneração.....	95
Gráfico 4.27: Local de moradia.....	97
Gráfico 4.28: transporte utilizado.....	98
Gráfico 4.29: tempo gasto para se deslocar para o trabalho.....	99
Gráfico 4.30: Tipo de pescado.....	100
Gráfico 4.31: Quantidade de caranguejos.....	10
Gráfico 4.32: Tempo de desemprego.....	102
Gráfico 4.33: Como se manteve quando esteve desempregado.....	103
Gráfico 4.34: Ponto de venda do pescado.....	104
Gráfico 4.35: Quanto ao atendimento médico.....	105
Gráfico 4.36: A segunda ocupação.....	106
Gráfico 4.37: Relação com os órgãos de fiscalização.....	107
Gráfico 4.38: Quilos de peixe.....	107
Gráfico 4.39: Percurso do trabalhador.....	109
Gráfico 4.40: Agravos à saúde.....	110
Gráfico 4.41: Medidas que deveriam ser tomadas.....	112
Gráficos 4.42: Vantagens do trabalhado anterior.....	114
Gráfico 4.43: Queixas.....	115

LISTA DE SIGLAS

FAO- Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura

PDBG- Programa de Despoluição da Baía de Guanabara

SERLA- Superintendência Estadual de Rios e Lagoas

CEDAE- Companhia Estadual de Água e Esgotos

FEEMA- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

SOSP- Superintendência de Obras e Serviços Públicos

IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT- Organização Internacional de Trabalho

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

SUS- Sistema Único de Saúde

OMS- Organização Mundial de Saúde

APA- Área de Proteção Ambiental

PNAD- Pesquisa Nacional por amostra de domicílios

CUT- Central Única do Trabalhador

CLT- Contrato de Leis Trabalhistas

CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DBO- Demanda Biológica de Oxigênio

DBO₅- Demanda Biológica de Oxigênio em 5 dias

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ONGs- Organização Não Governamentais

CIDE- Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro

AIDS- Síndrome da imunodeficiência Adquirida

D.S.T.s- Doenças sexualmente transmissíveis

FIPERJ- Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

APELGA- Associação de Pesca Livre do Gradim e Adjacências

CEASA- Centrais de Abastecimento

FCA- Ferrovia Centro Atlântica

EPI- Equipamento de Proteção Individual

SUMÁRIO

CAPÍTULO I-INTRODUÇÃO.....	15
1.1- Caracterização da problemática	15
1.2. Objetivos	17
1.2.1. Objetivos Gerais	17
1.2.2. Objetivos Específicos.....	17
1.3. Metodologia	18
1.4. Aplicação.....	18
1.5. Estrutura.....	18
CAPÍTULO 2-A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO E AS SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA SAÚDE DO TRABALHADOR.....	20
2.1 - O trabalho informal na era da globalização	20
2.1.1 - Definições de trabalho informal	21
2.1.2 - Crescimento da informalidade	27
2.2 - A saúde do trabalhador informal	30
2.2.1- A Saúde do trabalhador informal	30
2.2.2-As doenças ocupacionais dos trabalhadores de pesca e dos catadores.....	34
2.2.3- A saúde e saneamento, o ambiente do trabalhador.....	35
2.2.4- O risco do trabalho	40
CAPÍTULO 3-ASPECTOS AMBIENTAIS E A PESCA NA BAÍA DE GUANABARA.....	43
3.1- A degradação da Baía de Guanabara	43
3.2- O Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).....	46
3.3- Manguezais na Baía de Guanabara	49
3.3.1 - A importância dos manguezais na Baía de Guanabara.....	49
3.3.2 - Legislação de proteção aos manguezais	50
3.4.- Histórico e evolução da pesca na Baía de Guanabara	51
3.5.- A pesca artesanal e as artes de pesca	54
3.5.2.-As artes de pesca.....	56

3.6.- Os pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara e as associações de pesca	59
3.6.1- O catador de caranguejo.....	62
3.7. A diminuição da pesca e a pesca predatória e os danos ecológicos.....	63
3.7.1. A diminuição da pesca e a pesca predatória.....	63
3.7.2. Acidente ambiental & dano ecológico.....	67
3.8. A legislação dos pescadores artesanais	69

4-DIAGNÓSTICO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, VIDA E SAÚDE DOS PESCADORES E CATADORES DE CARANGUEJO DA REGIÃO DE MANGUEZAIS DA APA DE GUAPIMIRIM/RIO DE JANEIRO

4.1 – Caracterização da região estudada	71
4.1.1 – A REGIÃO	71
4.1.2 – A APA de Guapimirim.....	73
4.2 – Os perfis dos pescadores e catadores de caranguejo.....	75
4.3 – As condições de trabalho dos pescadores e catadores de caranguejo.....	77
4.4 - Resultados e Discussão.....	116
4.5- Recomendações.....	118

CAPÍTULO 5-CONCLUSÃO

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANEXOS

Anexo 1: Questionário aplicado na comunidade pesqueira	132
Anexo 2: Jornal O Globo.....	136

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1- Caracterização da problemática

A Bacia hidrográfica da Baía de Guanabara é um ecossistema extremamente rico e diversificado com inúmeros problemas ambientais decorrentes de uma ocupação que não têm respeitado o delicado equilíbrio ali existente (Amador, 2001). Ela praticamente engloba toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Inclui total ou parcialmente os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Petrópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Belford Roxo.

A Baía de Guanabara ainda pode ser considerada como um dos cartões postais do Rio de Janeiro, se for visto de longe e bem superficialmente. Numa visita de barco ou mesmo pela própria Ponte Rio-Niterói, depara-se com grande quantidade de lixo flutuante e águas escuras, manchas de óleo e intensa degradação. Nesse ecossistema observa-se uma degradação alarmante com os níveis de poluição acima de qualquer padrão exigido. Comparando os níveis de poluição nas décadas de (1968-1992), verifica-se que a poluição orgânica vem piorando, principalmente, em consequência do lançamento de esgotos sanitários “in natura”, levando ao aumento dos índices de coliformes fecais, nitrogênio orgânico e amoniacal, fósforo total, clorofila “a” e surfactantes. (Cad. PDBG, 2001) Além de intenso assoreamento, imensos aterros em seu entorno e destruição dos poucos manguezais que restaram.

Diariamente pela Baía circulam centenas de pequenas embarcações, botes ou pequenas traineiras, que conduzem pescadores artesanais, que retiram o seu sustento e de suas famílias das suas águas poluídas. Esses pescadores convivem diariamente com todas condições adversas da profissão, os riscos inerentes do mar, as dificuldades envolvidas nas atividades informais que realizam e as condições insalubres que estão expostos. Enfrentam uma diminuição crescente da pesca e disputam diariamente com grandes traineiros e com a pesca predatória uma parcela do pescado.

A pesca é uma das atividades milenares e, ainda hoje, de considerável importância em todo o mundo, como fonte geradora de alimentos, emprego e renda para vários segmentos econômicos, inclusive porque gera diversas outras atividades de forma indireta, especialmente no campo da comercialização do pescado e também na confecção e na indústria de seus insumos (O Brasil e o Mar, 1998).

A pesca realmente tem a capacidade de produzir empregos diretos e indiretos, formais e informais, ou seja, consegue aquecer a economia do Estado e do país. É uma atividade que

consegue manter diversas comunidades instaladas ao entorno da Baía de Guanabara. Mas tudo isso não lhes garantem uma vida mais tranqüila e direitos trabalhistas assegurados.

A precariedade das relações de trabalho faz parte do dia-a-dia das centenas de trabalhadores da pesca da Baía. São trabalhadores que não conseguem adquirir nem os poucos direitos assegurados, como o defeso¹. Muitas das vezes por falta de informação e condições mínimas de vida do trabalhador.

A pesca e a cata de caranguejos são exercidas por pessoas que, em geral, têm uma estreita relação com a Baía de Guanabara, sendo que essas atividades também podem ser impactantes e que possibilitam grandes riscos de saúde e de vida. São vários riscos que esses trabalhadores sofrem diariamente, como acidentes em suas embarcações, afogamentos, quedas, fraturas, temporais, raios, violências e outros. Além disso, corre sério risco de não conseguirem pescar ou coletar caranguejo devido à intensa degradação da Baía.

A habitação precária, por certo não pode oferecer o mínimo de condições de higiene e saúde. É comum encontrar também crianças que contribuem para aumentar a renda da família fazendo as mesmas tarefas dos pais.

Aliado a tudo isso, é conveniente destacar que essas pessoas que vivem e trabalham no entorno da Baía de Guanabara apresenta um baixo nível educacional e cultural, de acordo com os dados do CIDE (2004), o que contribui para que medidas de proteção e higiene não estejam presentes no seu dia-a-dia.

A falta de saneamento básico que gera toda a poluição da Baía de Guanabara leva muitos trabalhadores a terem doenças relacionadas à água (Revista de Domingo- Jornal do Brasil, Nº 1150, 1998), ao solo e a própria habitação. Muitos têm a saúde debilitada por problemas relacionados à carência nutricional e vícios (alcooolismo e tabagismo).

Outro fator importante a ressaltar é a falta de estabelecimento de saúde, o que, muitas das vezes, dificulta o atendimento médico adequado aos moradores das áreas carentes.

A indiferença do poder público em relação à falta de saneamento e das questões ambientais é um fator preocupante, já que a própria comunidade por ser de baixo poder aquisitivo não consegue obter melhorias ano após ano. É importante ressaltar que o saneamento básico é sinônimo de cidadania, uma vez que o ser humano tem direito à saúde e, portanto, ao saneamento, independente de sua condição social.

A despoluição da Baía de Guanabara, sem data para acontecer, acaba sendo um sonho para essas pessoas que retiram seu sustento diretamente desse ecossistema, já que a cada dia torna-se mais difícil a sobrevivência.

¹ - defeso- época de reprodução das espécies em que a pesca é proibida.

Dessa forma, homem e natureza, poderão manter um ambiente de mais equilíbrio, onde o homem esteja mais consciente que essas atitudes ambientais podem lhe garantir a sua vida no planeta.

Embora essas questões sejam de grande relevância do ponto de vista sócio-econômico, existe uma carência de estudos visando conhecer as reais condições de trabalho e vida desses trabalhadores informais (pescadores e catadores de caranguejo). Este trabalho se propõe a contribuir com informações que permitam reduzir essa lacuna, discutindo a relação entre a degradação da Baía e as condições de trabalho e saúde dos pescadores e catadores de caranguejo que trabalham e vivem no seu entorno.

1.2- Objetivos

1.2.1. Objetivos gerais

- Compreender a interação homem-ambiente, as agressões ambientais e os mecanismos de defesa do homem.
- Caracterizar as condições de trabalho e saúde da população de trabalhadores informais da região de manguezais da APA de Guapimirim, da Baía de Guanabara, composta pelos municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e caracterizar as principais atividades informais (pesca e cata de caranguejos) exercidas pela comunidade de entorno da Baía de Guanabara, em particular da região da APA de Guapimirim.
- Formar um banco de dados sobre a população de pescadores e caranguejeiros da região estudada.
- Identificar os principais acidentes e doenças que ocorrem com os trabalhadores que exercem atividades de pesca e cata de caranguejos região da APA de Guapimirim na Baía de Guanabara.
- Propor medidas de intervenção preventivas e mitigadoras para a preservação da saúde dos trabalhadores que exercem atividades de pesca e cata de caranguejos na região da APA de Guapimirim na Baía de Guanabara

1.3. Metodologia

Foram aplicados 100 questionários abertos, para um total de 80 pescadores e 20 catadores de caranguejo da região da APA de Guapimirim, que compreende os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Guapimirim.

Os dados obtidos foram lançados num programa de dados (EPI-INFO), quantificados e analisados.

Foram feitos cruzamentos de dados, onde foi possível caracterizar o perfil do trabalhador informal dessa região.

A aplicação do questionário foi feita diretamente nas comunidades pesqueiras da região, mediante um modelo próprio (em anexo), com o consentimento do trabalhador.

Além dessa pesquisa foram feitas diversas visitas as associações de pesca e colônias de pescadores, e pesquisa bibliográfica.

1.4. Aplicação

As comunidades mais carentes nem sempre foram a preocupação dos governos e da própria política. Elas são alvos em época de campanha e eleição, onde são utilizadas as velhas promessas que nunca serão cumpridas. A comunidade pesqueira do entorno da Baía de Guanabara e mais precisamente da região dos manguezais da APA de Guapimirim, faz parte dessa realidade.

Esse trabalho pode e deve ser aplicado em questões onde a Baía de Guanabara seja o objetivo de estudo e conseqüentemente tenha que se pensar nas atividades e comunidades pesqueiras dessa região. A caracterização dos pescadores e catadores de caranguejo proposta é de fundamental interesse para o planejamento e ordenamento pesqueiro.

Em projetos de recuperação dos manguezais e da Baía de Guanabara.

Também o estudo pode ser aplicado como fonte bibliográfica em trabalhos sobre pescadores, catadores de caranguejo, a pesca na baía de Guanabara e sobre trabalho informal.

1.5. Estrutura

O trabalho está dividido em cinco capítulos. No 1º capítulo é apresentado o problema em questão, são apresentados os objetivos gerais e específicos, a metodologia utilizada, a aplicação do trabalho e a sua estrutura.

Segue-se então no capítulo 2 onde é feita uma discussão sobre o trabalho informal, os vários recortes conceituais, a situação desse trabalhador na atualidade e o aumento progressivo da

informalidade. Também são abordadas questões sobre a saúde desse trabalhador informal, e das dificuldades no acesso a saúde.

O trabalhador em questão sobrevive retirando seu sustento da Baía de Guanabara, logo no capítulo 3 é abordado o aspecto ambiental da baía, a sua intensa degradação, as principais formas de poluição, a importância dos manguezais para a manutenção do equilíbrio e, a falta de uma política de proteção a esse sistema. Depois, é abordada a importância da pesca na Baía de Guanabara e no Brasil. Assim como, a pesca artesanal e todos os apetrechos de pesca utilizados pelos pescadores e catadores de caranguejo.

É no capítulo 4 que é apresentado a área de estudo, ou seja, a região de manguezais da APA de Guapimirim, inicialmente é feita uma caracterização dos municípios envolvidos. Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos, se tem então um perfil desses trabalhadores, também é apontada algumas recomendações.

Finalmente no capítulo 5 é feita a conclusão do estudo e citada as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 2 – A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE DO TRABALHADOR

2.1 - O trabalho informal na era da globalização

As primeiras civilizações baseavam-se em atividades sociais ligadas as práticas agrícolas e rurais. Nesse contexto eram estabelecidas fortes relações entre homem e natureza, já que a agricultura e a pecuária estavam voltadas a atender as necessidades essenciais do homem.

Muito tempo se passou, e as sociedades primitivas deram origem a sociedade moderna, onde muitas transformações e rupturas foram feitas. O homem passa a ter um novo entendimento do trabalho. Há acumulação de bens e de capital. Surge uma nova era.

O trabalho é convertido em emprego, e passa a ser progressivamente organizado em um complexo sistema de produção que instaura relações profundamente novas; entre os produtores, entre eles, e os meios de produção, deles com os consumidores. (Costa, 1990).

O capitalismo estabelece novas relações entre a sociedade e natureza. A produção agora passa a atender as necessidades do mercado e tem como objetivo final, o lucro. Surge também junto ao desenvolvimento desenfreado, a exploração sem limites dos recursos naturais e uma intensa degradação do planeta. O modelo de consumismo incorporado na cultura atual desencadeia problemas ambientais e de saúde.

Para Rigotto (2002), conhecer, analisar e discutir esses aspectos, valores e atitudes, criados a partir da noção de desenvolvimento e amplamente absorvidos à cultura ocidental moderna, é fundamental para compreender as relações entre o modo de produção capitalista e os problemas ambientais que a humanidade enfrenta atualmente.

Dentre as questões contemporâneas, sobretudo nas últimas décadas, o sistema capitalista global tem provocado grandes transformações no processo de trabalho, onde cresce o desemprego estrutural, com aumento inevitável do trabalho informal e da precarização das condições de trabalho, além dos impactos ambientais de grandes proporções sobre a biosfera.

A literatura tem apresentado diferentes definições para os termos setor informal, mercado informal e trabalho informal, revelando níveis de complexidade e abrangência destes assuntos.

2.1.1 Conceitos de informalidade

É através do trabalho que transformamos a natureza, e também somos por ela transformados, como explicitou Marx (1972), não só no sentido da ampliação das potencialidades biopsíquicas e sociais que o ato laborativo traz para o corpo e a sociedade humana. Temos

também de conviver com as transformações ambientais e sociais por ele produzidas, cujas conseqüências para a biosfera, a saúde e a qualidade de vida humana nem sempre são positivas. (Rigotto, 2002)

Para Dejours (1999), o trabalho tem sido fonte de sofrimento tanto para os desempregados como para os que estão trabalhando. Os primeiros por estarem totalmente excluídos do acesso aos recursos para a sobrevivência e a sua inserção na sociedade, estando à margem, geram inúmeros problemas na família, no grupo social, na sua auto-estima. O segundo grupo precisa se manter empregado, apesar de enfrentar problemas como salários baixos, jornada de trabalho excessiva, disputa, produtividade e uma preocupação constante em manter o seu emprego. E muitas das vezes esse emprego é tão problemático como a falta dele.

Dessa maneira para muitos a questão do trabalho são preocupações permanentes de várias comunidades que não foram inseridas num contexto mais justo e acesso as condições de desenvolvimento.

A informalidade gera muitos questionamentos e controvérsias, pois na verdade trata-se de um fenômeno muito presente e atual na nossa sociedade. A informalização nas relações de trabalho denota não apenas a precarização das relações trabalhistas como uma mudança nos padrões estabelecidos. Serão apresentados alguns conceitos utilizados em diversas áreas do conhecimento.

A discussão sobre informalidade ganhou relevo nas últimas décadas, apesar desta questão ser muito antiga (THEODORO, 2004). É um fenômeno mundial, com maior impacto em países de maior concentração de renda e desigualdades sociais como o Brasil, onde em várias situações a informalidade ultrapassa a formalidade.

Segundo NORONHA (2003), as noções de formalidade e informalidade foram sendo construídas paulatinamente, isto porque durante as décadas de 1930 e 1940 o corporativismo de Estado de Vargas, formulou as primeiras leis trabalhistas, sendo um fator determinante para a disseminação desses direitos em todo o país. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, embasado sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos. Ter carteira de trabalho, 13º, férias, descanso remunerado passaram a ser o objetivo daqueles que não possuíam nenhum direito. O objetivo de todo trabalhador passou a ser ter esses direitos garantidos e ter uma certa segurança.

Assim, a legislação trabalhista foi se sedimentando e estabelecendo regras, regras mínimas de relações de trabalho mais justas. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais, décimo terceiro, e muitos outros direitos sociais também foram garantidos aos trabalhadores, aqui entendidos como trabalhador formal. (NORONHA, 2003)

Ramalho & Arrochellas (2004) observam que, o mercado de trabalho no Brasil, que se originou em condições bastante singulares, demonstra consolidar-se depois de 1930, ainda marcando algumas de suas características próprias. O setor de subsistência dos anos 1800 foi a primeira forma de absorver uma grande parcela da população que não tinha vez no mercado formal. Um século se passou e, verifica-se a existência de uma parcela considerável da população em situação de pobreza e se reproduzindo principalmente à partir de relações de trabalho não assalariadas, sem proteção, em suma, na informalidade.

Para NORONHA a questão do entendimento da população do trabalho “formal” ou “informal” está relacionada as questões jurídicas. E isso parece ser claro; é formal quem possui carteira assinada. O contrato por tempo indeterminado previsto na CLT era a única opção encontrada para as empresas do setor privado, até as mudanças recentes no governo FHC. Ao contrário de outros países que são praticados vários tipos de contratos, o “formal” no Brasil tinha apenas uma característica.

Segundo Ramos (2002), o processo de “informalização” das relações de trabalho é evidenciado como a inexistência de proteção da legislação trabalhista para estas relações. Essa é uma característica que tem chamado a atenção dos especialistas, uma vez que, em geral, a existência de tal proteção é entendida como um indicador de qualidade de emprego. A informalização do trabalho, nesse contexto, seria entendida como uma precarização do emprego.

Para Noronha (2004), é difícil definir a “informalidade” num único conceito, pois se refere a fenômenos muito diversos. O real significado do termo vai depender do da formalidade de cada país e período. Sendo imprescindível o entendimento e compreensão da origem da informalidade e dos contratos típicos em cada país, região, setor ou categoria profissional. “Os mercados e os contratos de trabalho “informais” têm sido percebidos no Brasil como problemas econômicos e sociais, pois representam rupturas com um padrão contratual único(ou quase único), isto é, o contrato “formal” (NORONHA, 2003,p.112).

“A economia informal é... um processo de geração de renda, caracterizada por uma questão central: ela não é regularizada pela sociedade dentro de um ambiente legal e social, no qual atividades similares são reguláveis. (The informal economy is ...a process of income generation characterized by one central feature: it is unregulated by institutions of society, in a legal and social environment in which similar activities are regulated.)” (PORTES et al, 1989, pp.12-13 apud BRIASSOULIS, 1999, p.215)

Conforme observa Ramalho & Arrochellas (2004)

“A informalidade ... engloba não apenas os aspectos associados ao mercado de trabalho – como o subemprego, por exemplo – mas toda a gama de situações relacionadas à ausência de regulação e/ou, em última análise, ausência de Estado. Situações que contribuem para a proliferação e consolidação de relações sociais “desprotegidas” e sobretudo, destituídas de marco legal”. (p. 10)

Para Souza (2003), nessa situação entraria no setor informal desde o comércio ambulante até atividades altamente criminosas como o tráfico de drogas e armas e o contrabando. Sendo o setor informal, em grande parte, uma única saída para a demanda dos pobres urbanos por postos de trabalho, demanda essa de ser completamente absorvida pelo setor formal em um país em desenvolvimento, ele envolve, também, atividades que possuem um duplo impacto sobre a vida dos pobres urbanos, moradores de espaços segregados (como o comércio de drogas ilícitas). A falta de alternativas e o próprio meio vão caracterizar uma cultura informal local, sendo muitas das vezes a única saída para a sobrevivência.

Alguns autores utilizam as expressões “setor informal”, “atividade informal”, “setor não estruturado” para delimitar uma parte da força de trabalho que engloba os trabalhadores não inseridos nas relações assalariadas, ou seja, “... aqueles que se dedicam ao trabalho autônomo e as atividades de pequena escala organizados em microunidades de produção de bens ou de serviços, assim como assalariados não declarados e aqueles trabalhadores sem remuneração”.(THEODORO, 2004, p. 78)

Os informais, portanto, são trabalhadores com pouco ou nenhum poder de negociação, que se sujeita às práticas de trabalho insalubre, perigoso e penoso, a total ausência de regulamentação de direitos básicos como transporte, alimentação e assistência médica. A este fenômeno dá-se o nome de “precarização” das condições de trabalho.(FREITAS et al, 2000).

Para Noronha (2003), no Brasil, existia uma forma de “formal”, diferentemente de outros países, onde a legislação atende a outros tipos de contratos (contratos temporários, pequenas empresas, tempo parcial, etc). Ainda que algumas mudanças legais foram recém-criadas, porém tiveram impactos limitados por terem como base a própria CLT e também por ter uma aplicação bem reduzida. Há na verdade uma imensa gama de segmentos informais específicos que não são contemplados por um único padrão contratual.

As ambigüidades do conceito apareceram desde sua origem, a qual não é estritamente acadêmica, mas institucional. O termo foi usado para identificar uma sociedade que não era tipicamente urbana e industrial. Dessa forma, o termo tem sido usado para caracterizar uma vasta variedade de situações urbano-industriais, bem como para classificá-las e mensurá-las por meio de metodologias diversas de institutos de estatísticas nacionais e internacionais (NORONHA, 2003).

Para Theodoro, a precarização do trabalho se espalha pelos diferentes segmentos produtivos e de serviços, acirrando um processo que se origina no século XIX. De um lado, a despeito desse quadro, a ação do Estado e as políticas de emprego não conseguem incorporar grande parte da massa de desempregados e subempregados, no mercado formal, as desigualdades são reforçadas e ampliadas num processo contínuo. O que ocorre é que as vagas no setor informal são insuficientes para toda a população e as políticas de emprego do país só condensa mais essa situação. Ao longo dos anos, onde a falta de políticas de emprego contribui para um aumento contínuo da informalidade, é gerada grande região marcada pela pobreza e abandono.

Ramalho & Arrochellas (2004) observa que, o mercado de trabalho no Brasil é marcado por uma profunda desigualdade; a urbanização acelerada somada a uma forte concentração da pobreza – em nível regional e também nas grandes cidades-; as diferenças de renda e de escolaridade; de acesso ao emprego em função da origem racial; e a existência de um setor informal de dimensão importante.

A informalidade também pode outros nomes, como economia popular ou economia solidária.

Para Souza (2003), existe uma diferença fundamental entre trabalho informal e economia popular:

De acordo com o seu critério,

“a economia informal compreende os indivíduos, firmas e organizações dedicados à produção ou à venda de mercadorias sem que as atividades estejam constituídas de acordo com as leis em vigor no país: na economia informal não se recolhem impostos, os trabalhadores não são registrados e, portanto, sua situação trabalhista e previdenciária é precária ou (precaríssima) e inexistente uma contabilidade formal das atividades”.(SOUZA, p.145, 2003)

Para Souza, a Economia Popular, ou Economia Popular Urbana, corresponde a uma forma diferente de ser informal. Ela diz respeito às atividades desenvolvidas pelos pobres dos centros urbanos, tendo apoio estatal ou não, sendo dinamizadas por algum tipo de organização estimuladora de solidariedade e, criando formas sociais de desenvolver o trabalho, e quem sabe, de novas formas de sociabilidade (cooperativas e outras modalidades de associação de trabalhadores).

A economia popular é gerida pelos próprios pobres, embora estes possam e devem contar com o apoio do Estado e de outras organizações da sociedade civil para a realização de seus objetivos. Nesse tipo de organização é importante haver não apenas uma preocupação com o trabalho e a economia, mas com novas formas de relacionamento entre as pessoas, para além da

questão específica da sobrevivência. Para muitos o termo correto para caracterizar essa nova visão de trabalho é a economia solidária.

Muito embora a informalidade possa ser uma saída de curto prazo para a crise econômica, Malaguti (2000) lembra que ela se dá com um alto custo e afirma que a informalidade não é um espaço de empreendedores, mais, ao contrário, um refúgio dos “sem-ação” e concorda que a economia informal, de fato, acomoda uma massa de desvalidos, onde ocorre uma maior precariedade no processo de trabalho.

O termo informal já faz parte do repertório do senso comum, de modo que em geral as pessoas têm sua idéia formada acerca do assunto. Mas de acordo com a socióloga Irene Galeazzi: “O conceito de setor informal é muito polêmico”. Para Galeazzi, basicamente podem ser destacadas duas definições de trabalho informal como atividade executada à margem da lei, especialmente no que diz respeito à legislação trabalhista vigente; e o trabalho informal encarado como aquele vinculado a estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista. “O trabalho informal legalizado ou não, é um conceito que está muito colocado numa visão fiscal do que numa visão de lógica, de produção”. (GALEAZZI, p.2, 2004)

“O que acontece é que nesta não-legalização você vai encontrar até grandes negócios, e a visão que temos é a de observar aquilo que é alternativo ao sistema capitalista empresarial clássico em que há o trabalho como forma básica de contratação do trabalhador”.

De acordo com a pesquisa desenvolvida na Fundação de Economia e Estatística, baseou-se no conceito adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1993,

“de modo que para a instituição o trabalho informal é caracterizado como uma atividade em que há participação direta do proprietário no processo produtivo, ou seja, sem separação entre o trabalho direto e a gestão de negócios, e, onde a pequena escala permite que mesmo fragmentando as tarefas, o trabalhador e seus ajudantes (o conceito admite no máximo dois trabalhadores e mesmo assim não permanentes) mantenham o conhecimento e o controle do processo produtivo como um todo”. (SCHNEIDER, p.2, 2004)

Ramos(2002) diz que “para ganhar competitividade na mão-de-obra, ou se reduzem os encargos trabalhistas, o que não ocorreu, ou burla-se a legislação. Esta segunda alternativa, é evidentemente mais fácil de ser aplicável em nosso país. E o trabalhador se torna um “refém” de uma economia que não contempla o micro, o artesão e todas as formas alternativas que poderiam estar inseridas no setor formal.

O desemprego crescente e o enfraquecimento do poder sindical têm levado, como bem explicitam Mattos et al (1995), a modificações fundamentais na estrutura de trabalho. O número

de trabalhadores dos núcleos centrais de produção, com contratos em tempo integral, tende a reduzir-se. Esta redução do núcleo central estratégico, com flexibilidade funcional, traduzida pela incorporação crescente do “conhecimento intelectual às máquinas flexíveis”, vem acompanhada de um aumento relativo do número de empregados periféricos ao núcleo central. De habilidades cada vez mais disponíveis no mercado e sob a égide de um desemprego crescente, são forçados a se submeterem a menores salários, a não terem garantia empregatícia (contratos em tempo parcial, por tempo determinado, subcontratações) e a piores condições laboriais.(WAISSMANN& CASTRO, 1998).

Ramos(2002) observa que a economia “informal”(não legal, isto é, não registrada como atividade econômica) só pode criar empregos “informais”, mas a economia formal freqüentemente abre postos de trabalho “informais”- empresas formais (registradas e pagadoras de impostos) freqüentemente contratam todos ou parcela de seus trabalhadores sem registrá-los em carteira. Isto porque o setor formal é dinâmico e mantém em paralelo uma grande fatia do mercado que não consegue ser estruturada nem absorvida pelo padrão único de contrato trabalhista.

O desemprego e a precarização do trabalho são estruturais, de modo que haja sempre novos pobres e despossuídos, que não conseguiram ganhar a sua liberdade individual, tornando-se, na expressão de Bauman(2000), “consumidores falhados”. Dessa maneira, o direito universal ao emprego e à renda mínima, presentes no documento da SAE (1998), que envolveria a diminuição dos desequilíbrios sociais, com o Estado investindo os recursos públicos prioritariamente para a infra-estrutura social e para a distribuição de renda, atuando para uma redução da degradação ambiental e da saúde, é inadequada com o discurso e a lógica neoliberal atual e, em uma lógica estrita de mercado global, significa tornar o país fraco e vulnerável. Inadequada porque ao invés de estimular o ingresso no mercado para garantir a entrada no mercado estimula o acesso e o consumo de mercadorias como uma necessidade existencial, como uma única maneira de continuar existindo, ou de se tornar “cidadão”, dessa forma conduzindo para a precarização e flexibilização do trabalho.(BAUMAN, 2000)

A década de 1990 foi marcada por grandes mudanças no funcionamento do mercado de trabalho, acarretadas pelas significativas transformações ocorridas no cenário econômico nacional. A combinação de diferentes políticas e contextos macroeconômicos afetaram o comportamento de diversas variáveis do mercado de trabalho, implicando rupturas no padrão histórico de comportamento.(RAMOS, 2002)

Nesta dissertação adotaremos o conceito de POCHMANN, onde o trabalhador do mercado informal típico é aquele que, por conta própria, desenvolve ocupação relacionada à uma atividade mercantil simples, sem assalariamento permanente, que inclui dentre outros, os

biscateiros, os vendedores de rua, os guardadores de carros, os engraxates etc., sendo que o que mais vale como referência é o nível geral de ganho da atividade. (POCHMANN, 1999)

São várias atividades informais que são desenvolvidas na Baía de Guanabara; a pesca artesanal, a cata de caranguejos nos manguezais, os currais de peixe (técnica herdada pelos Tupis-Guaranis; litoral entre Magé e São Gonçalo), a extração de mexilhões (costões e pontões rochosos da entrada da baía), e as sirizeiras. Essas atividades proporcionaram a fixação de todas essas comunidades pesqueiras de entorno da Baía de Guanabara e possibilitaram a sua sobrevivência. Segundo Barroso (1989) é grande a informalidade na pesca artesanal e de pequena escala nas quais a relação de trabalho também ocorre por parcerias.

2.1.2 - O crescimento da informalidade

A informalidade vem aumentando gradativamente, principalmente entre os mais pobres, onde a proporção chega a 70%, segundo o IBGE (2004).Essa expansão da informalidade está relacionada a vários fatores e não apenas a ausência de empregos formais.O país cresceu e a situação da informalidade se cristaliza.

Cerca de 47% das famílias brasileiras são chefiadas por trabalhadores informais segundo essa mesma pesquisa.Esses dados são importantes para revelar a situação social e econômica do país.A informalidade é algo tão institucional como a pobreza e as desigualdades sociais.

Do período colonial ao século XX, a economia produz e reproduz um conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que fornecem de maneira precária, meios de subsistência e ocupação a uma parcela bem expressiva da população, sem que essas atividades e relações vivem essencialmente a produção de mercadorias e/ou se realizem mediante contrato monetário de trabalho.(RAMALHO&ARROCHELLAS,2004)

Para Delgado,

“concluído o século XX com um enorme contingente daquilo que vimos definindo como setor de subsistência, agora envolvendo mais da metade da força de trabalho; que futuro se poderá esperar dessas atividades e relações de trabalho que se produzem e reproduzem secularmente no Brasil, reproduzindo junto delas miséria e marginalidade?” (p.24,2004).

Fica claro que as relações de trabalho se tornam mais injustas e que a informalidade se enraíza em nossa economia de uma forma expressiva.

Para Ramos (2002), o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria é, praticamente igual ao de assalariados com carteira na década de 1990.O crescimento da informalidade foi devido, em boa parte, ao fato de a década de 1990 ter acontecido mudança profunda na estrutura ocupacional metropolitana. Houve uma vasta gama de

alterações, que, ao menos em uma primeira análise, podem ser sintetizadas pelo exame do comportamento de dois setores emblemáticos da economia: o da indústria de transformação e o de setor de serviços.

Noronha (2003) observa que, o início dos anos de 1990 representou uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho. Desde então, tem crescido a “informalidade”. A proporção de empregados sem carteira cresceu 8,1% de 20% em janeiro de 1991, para 28,1%, em janeiro de 2001 ao mesmo tempo a proporção de empregados com carteira decresceu 12,8%. Alguns estudos têm mostrado que a grande maioria dos postos de trabalho são informais.

Para Theodoro,

“o aumento da informalidade – e, nos anos 1990, também do desemprego - , a redução percentual da força de trabalho protegida pela legislação e a chamada precarização do trabalho aparecem como as características mais importantes do mercado de trabalho brasileiro. Com uma força de trabalho da ordem de 80 milhões de indivíduos, dos quais cerca de 10% estão em situação de desemprego, o panorama dos anos 1990 tem ainda contornos mais dramáticos. Cerca de 1,5 milhão de novos entrantes no mercado de trabalho e uma informalidade crescente, que hoje abarca mais da metade dos trabalhadores ocupados”. (p.105,2004).

É uma situação que causa preocupação e um certo desconforto em relação as projeções futuras, em termos de economia e desenvolvimento.

A precarização das relações de trabalho se multiplicam pelos diferentes setores produtivos e de serviços do país, condensando um processo que se iniciou no século XIX. Enquanto isso, as ações do Estado e as políticas de emprego se limitam e ampliam as desigualdades entre a mão de obra “protegida” e os “informais”. (RAMALHO & ARROCHELLAS, 2004)

Ramos (2003), afirma que a década de 1990 foi marcada por grandes mudanças no funcionamento do mercado de trabalho, acarretadas pelas significativas transformações ocorridas no cenário econômico nacional. A combinação de diferentes políticas e contextos macroeconômicos afetaram o comportamento de diversas variáveis do mercado de trabalho, implicando rupturas no padrão histórico de comportamento.

A tabela 1 traz informações sobre a distribuição dos trabalhadores (formais e informais) pelas diversas atividades econômicas no país.

Tabela 2.1: Distribuição dos trabalhadores Formais e Informais segundo a atividade econômica - 1997-Brasil

Distribuição dos trabalhadores	Empregado	Conta-própria
Agrícola	12,26	28,18
Indústria de transformação	19,46	4,99
Indústria da construção	6,43	11,65
Outras atividades industriais	1,99	0,26
Comércio de mercadorias	12,83	19,42
Prestação de serviços	10,50	22,06
Serviços auxiliares da atividade econômica	4,12	4,65
Serviços de transporte e comunicação	5,22	4,82
Serviços sociais	15,86	2,31
Administração pública	8,65	0,04
Outras atividades mal definidas ou não-declaradas	2,68	1,63
TOTAL(%)	100,00	100,00
TOTAL(Nº)	36.148.320	15.740.607

FONTE:ELABORAÇÃO DESEP/CUT À PARTIR DE PNAD/IBGE.

Obs: Nesta pesquisa os trabalhadores informais são chamados de conta-própria.

Na tabela acima se observa que os informais estão em maior contingente nos setores agrícola, comércio de mercadorias e na prestação de serviços. A indústria de transformação ainda mantém um maior percentual de trabalhadores formais.

A tabela 2 fornece dados sobre os rendimentos dos trabalhadores

TABELA 2.2: Distribuição dos trabalhadores formais e informais segundo a faixa de rendimentos em salários-mínimos (Setembro de 1997-Brasil)

	Empregado		Conta-própria	
	Nº	%	Nº	%
Até 1/2	1.384.466	3,9	2.335.440	15,2
+ de 1/2 a 1	5.604.134	15,7	2.630.019	17,2
+ de 1 a 2	8.433.691	23,6	2.987.638	19,5
+ de 2 a 3	6.770.868	18,9	2.217.187	14,5
+ de 3 a 5	6.683.423	18,7	2.516.874	16,4
+ de 5 a 10	4.489.223	12,5	1.581.816	10,3
+ de 10 a 20	1.652.184	4,6	706.104	4,6
+ de 20	790.768	2,2	358.213	2,3
Total	35.808.757	100,0	15.333.291	100,0

FONTE:ELABORAÇÃO DESEP/CUT A PARTIR DE PNAD/IBGE

Analisando a tabela 2 sobre os rendimentos dos trabalhadores vemos que 32,4% dos conta-própria recebem menos de um salário-mínimo enquanto este percentual não chega a 20% no caso dos empregados.É um grupo bem significativo da população que fica abaixo da linha da pobreza, mantendo relações de trabalho sub-humanas e desempenhando longas jornadas de trabalho para aumentar mais o rendimento.Entretanto, o percentual daqueles que recebem mais de 10 salários mínimos é de torno de 6,8% nas duas categorias, indicando que existe um segmento relativamente dinâmico também no seio dos conta-própria.

O trabalhador informal além de encontrar dificuldades para exercer as suas atividades, devido a precariedade e a falta de legislação própria, se vê em situação muito pior quando adoecer e necessita de atendimento médico.O problema da fome e desnutrição, a falta de saneamento e os fatores psico-sociais como a falta de emprego e de dinheiro, a violência nas comunidades carentes, a falta de lazer e educação contribuem para a proliferação e agravamento de diversos males e doenças. Umas dessas doenças estão diretamente ligadas ao trabalho exercido diariamente pelo catador de caranguejo e pescadores.

2.2 - A saúde do trabalhador informal

2.2.1- A Saúde do trabalhador informal

“O gozo do grau máximo de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano sem distinção de raça, religião, ideologia, política ou condição social.”(Constituição de la Organizati6n Mundial de la Salud, 1946)

Para o trabalhador informal a quest6o do adoecer é vista como uma ameaça a sua sobrevivência. O SUS representa a única possibilidade de atendimento e ações de saúde para o crescente setor informal.A saúde é tudo, para quem só conta consigo mesmo para sobreviver.

O pescador e o catador de caranguejo que são trabalhadores informais, e que lutam diariamente contra as adversidades e precariedades das suas atividades laborais, podem ter agravos a sua saúde devido a uma carga excessiva de trabalho e esforço físico. Eles ainda convivem com um ambiente poluído e degradado, trabalhando a céu aberto, sofrendo assim as mudanças do tempo e grande incidência de raios solares.

A carta de Ottawa (OMS, 1986), resultado da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, ressalta que a Saúde não é mais ausência de doença, mas sim um produto de diversos fatores que incluem a paz, boas condições de trabalho, moradia, saneamento, alimentação, educação, renda, cuidados em saúde, equidade, justiça social, entre outros. Dentro dessa lógica, muda-se o foco do modelo de atenção à saúde centrado na doença para um modelo de saúde-doença-cuidado a incluir as questões psicossociais, econômicas, culturais e políticas.

(Lacerda, 2002). Nesse foco a saúde é o resultado de todo o processo, das políticas implantadas, da cultura e educação de um povo.

A questão da saúde-doença-cuidado é fundamental na formulação de políticas públicas que estejam voltadas para comunidades carentes, onde o mais importante é ter medidas de inclusão, como o saneamento básico, campanhas de vacinação e de prevenção de doenças de veiculação hídrica e de vetores. Em relação ao saneamento ele deve ser tão difundido como a importância do ar, da água e alimentação. Ao investir em saneamento investe-se indiretamente na saúde, pois são, principalmente, as doenças de veiculação hídrica, que acometem mais a população carente.

Entende-se na carta de Ottawa, que deve haver um meio de proporcionar à população melhores condições de promover sua saúde e desta forma se ter um maior controle sobre a mesma. “A promoção da saúde, por sua vez, é apontada como uma estratégia para se enfrentar a complexidade dos problemas de saúde-doença, ao analisar a saúde sob uma perspectiva multifatorial e positiva” (OMS, 1986; OMS, 1988; OMS, 1991; OMS, 1982).

Encontrar esse meio é uma das obrigações e desafios dos governos e responsáveis pela saúde pública em nosso país. Os problemas sócio-econômicos e as políticas que não contemplam as populações de baixa renda reforçam os agravos a saúde desses trabalhadores.

Hoje em dia a saúde é encarada como uma realidade dinâmica que diz respeito ao bem-estar global das pessoas e das comunidades e na qual estão implicadas as dimensões orgânicas, psicológica e relacional das pessoas consideradas individualmente, bem como as dimensões sociais e culturais da organização e do funcionamento das sociedades. No conceito de saúde que hoje temos inclui-se a consciência de que a doença é um processo simultaneamente exógeno e endógeno que não se reduz às perturbações objetivamente detectáveis, sejam elas bio-químicas, fisiológicas ou mentais, mas existe em relação íntima com a vivência psíquica, com o suporte relacional e com o meio social. (SILVA & ALVES, 2002)

Essas perturbações não detectáveis e difíceis de serem diagnosticadas estão aparecendo muito mais na nossa sociedade atualmente. As questões de trabalho e vida mal resolvidas, os conflitos do cidadão e os problemas psíquicos fazem o corpo e a mente adoecerem.

Para Lacerda (2002), o campo da saúde vem sofrendo transformações importantes, nas últimas décadas, em decorrência da nova conjuntura social determinada pelo processo de globalização. Os resultados dessa política do capitalismo globalizado têm sido a distribuição desigual de renda, a precarização das condições de trabalho, o aumento do desemprego, a retração das redes sociais (Castel, 1993; Bourdieu, 1998). Esses fatores sócio-econômicos e políticos contribuem para o adoecimento da população, e resultam no aumento da demanda de atenção médica e a consequente crise na estrutura de atendimento da saúde pública (VALLA, 1999; LUZ,

2001). Nesse contexto, configura-se uma relação desequilibrada entre oferta dos serviços públicos de saúde e demanda da população em busca de atendimento médico.

A população carente tem grande dificuldade de conseguir atendimento médico em nosso país, e sofre com uma rede hospitalar ineficiente e inoperante. A pobreza e as desigualdades sociais agravam o quadro de total abandono. Aqueles que podem, pagam por um atendimento melhor na rede privada, através de convênios médicos. Segundo Machado (2002), a discriminação social e as desigualdades que dela decorrem têm influência determinante no estado de saúde das populações afetadas. Todos os indicadores o comprovam, desde a diminuição da esperança de vida aos aumentos de mortalidade e morbidade.

De acordo com as informações disponíveis, dos 174 milhões de brasileiros, apenas 39 milhões estão cobertos por Planos de Saúde. O restante da população, ou seja, 135 milhões de pessoas contam apenas com os recursos do SUS que, apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta para se manter fiel aos princípios constitucionais que o norteiam, representa a única possibilidade de se prover ações de saúde especializadas para os trabalhadores do crescente setor informal de trabalho. (Dias, 2002). O SUS atualmente sofre com a imensa demanda e a própria ineficiência do sistema.

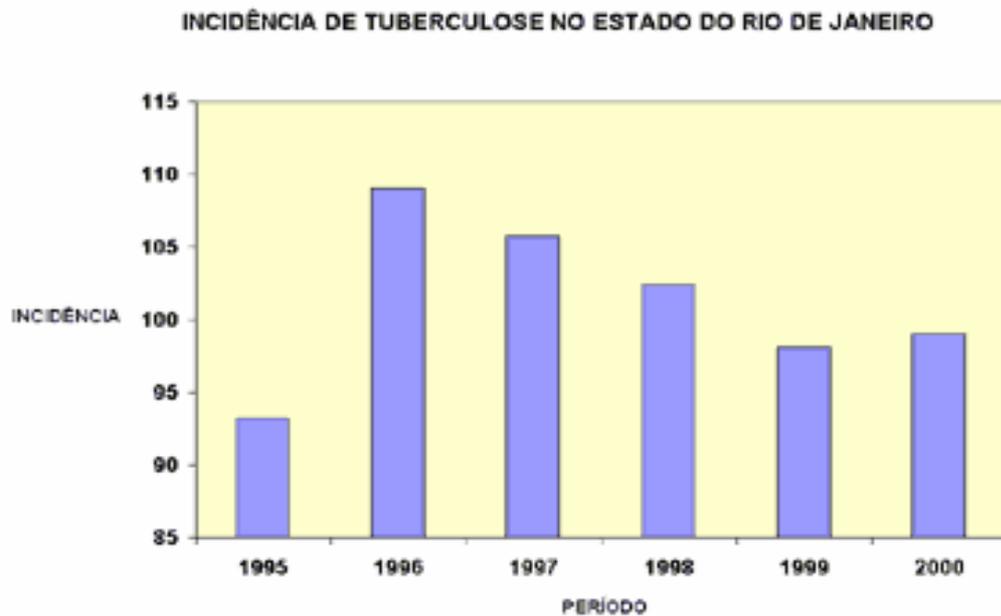
“O ambiente de relativa exclusão em que vivem as populações desfavorecidas, aumenta consideravelmente os riscos psicossociais, comportamentais e até fisiológicos a que estão expostas. Podem assim gerar-se carências de vária ordem: dietéticas, imunitárias, bem assim como alterações neurosensoriais e vasculares traduzidas em patologias de alta prevalência. A par da exclusão fomentada pela ignorância, déficit de oportunidades e dificuldades de identificação, aliam-se freqüentemente comportamentos nocivos. Daí mais prejuízo para a autonomia das pessoas e agravamento das suas carências contribuindo para o gênese e desencadeamento de diversos tipos de conflitos”. (MACHADO, p.66, 2002)

No contexto atual de precariedade do trabalho e fragilidade das relações sociais, uma parcela crescente da população vem manifestando sinais de adoecimento a se expressar através de um conjunto de sintomas como ansiedade, angústia, depressão, tristeza, síndrome do pânico, entre outros, denominados por alguns autores de “sofrimento difuso” (VALLA, 1999) ou “mal estar difuso” (LUZ, 2001). Esses sintomas difusos e inespecíficos constituem grande parte da demanda de atenção médica nos serviços públicos, porém, como não se enquadram em uma categoria diagnóstica na lógica da biomedicina não são reconhecidos como doença (FOSS& ROTHENBERG, 1987; CAMARGO Jr., 1997).

Além dessa questão, surge ainda nesse cenário o desencadeamento das doenças emergentes e reemergentes. As doenças emergentes são aquelas introduzidas por agentes

patógenos desconhecidos, como exemplo a Aids na década de 80, enquanto que as doenças reemergentes são aquelas decorrentes do ressurgimento de doenças conhecidas após o declínio ou controle de sua incidência como, por exemplo, a dengue e a tuberculose. As doenças reemergentes se disseminam de uma forma mais intensa podendo afetar um número significativo da população como é o caso da tuberculose na região metropolitana do Rio de Janeiro que tem se tornado uma das preocupações dos sanitaristas devido sua expansão principalmente nas camadas mais pobres da população.

Gráfico 2.3. sobre Incidência de casos de tuberculose no Estado do Rio de Janeiro 1995-2000



fonte: [www,ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

A tuberculose é um desses exemplos de doença que estava controlada, porém, por várias razões, houve a reincidência com força total. No caso específico da tuberculose, os fatores sócio-econômicos são determinantes para a propagação dessa doença. Atualmente o Estado do Rio de Janeiro lidera o ranking dos números de casos de tuberculose segundo dados do IBGE.

Segundo Cardoso (2001), Os efeitos danosos das intervenções sobre o meio ambiente – incluindo os riscos da exploração de novos nichos ecológicos, os movimentos migratórios, o desenvolvimento industrial e as novas tecnologias, como as recentes terapias e técnicas de processamentos de alimentos, a falta de resolução dos problemas da fome e da desnutrição, a despreocupação em muitas sociedades com as crescentes desigualdades sociais, as condições de vida das populações pobres em meio urbano ou rural, a resistência a antibióticos Isto vem acarretando a ampliação da discussão do risco de ressurgência de doenças infecciosas.

A questão da alteração do ambiente ocasionada por um modelo de desenvolvimento predatório, implica em situações de permanente ameaça. O fenômeno da globalização, combinado com os aspectos sociais e ecológicos dados por realidades específicas, aumenta a complexidade referente ao tema doenças emergentes e reemergentes.

Quanto à globalização, embora o conceito de emergência e reemergência de doenças reduzam a importância das fronteiras geográficas, as fronteiras político-econômicas continuam sendo um fator decisivo para a “explosão” de doenças em territórios onde as políticas de saúde não se constituem ponto prioritário dos investimentos e preocupações nacionais e, obviamente, internacionais, especialmente quando consideramos a orientação pré-estabelecida dos interesses econômicos, caracterizados pelo imediatismo dos empreendimentos lucrativos que geralmente tendem a negligenciar as questões ligadas ao desenvolvimento social, incluindo neste contexto um claro descaso pela saúde da população, principalmente das regiões historicamente pobres, as tropicais e subtropicais. (NAVARRO et al, 2002).

Outro aspecto a ser considerado é que alguns grupos estão muito mais expostos a esses riscos, como os grupos marginalizados dos grandes centros urbanos, os moradores de rua, os favelados, e os próprios informais.

A mudança e a visão da saúde global demarca um novo tempo, porém, muito ainda precisa ser feito para que as populações e comunidades carentes, realmente consigam adquirir condições ideais de qualidade de vida.

2.2.2 As doenças ocupacionais dos trabalhadores de pesca e dos catadores

De tudo o que foi comentado sobre a saúde do trabalhador, como a questão da saúde global, da ressurgência de doenças e das doenças de caráter difuso, entre outros aspectos, é possível afirmar que os pescadores e catadores de caranguejo se encontram num grupo ocupacional muito exposto aos males e doenças e tendo poucas condições para a prevenção e o seu tratamento.

Os pescadores e catadores de caranguejo atuam no mar ou mangue fazendo movimentos repetitivos e com muito esforço físico e além de transportarem materiais pesados e sofrerem mudanças repentinas de temperatura. Alguns autores já deram uma dimensão dos agravos da saúde desses trabalhadores informais. São pesquisadores que fizeram diferentes trabalhos, com várias comunidades pesqueiras de diversas regiões. O resultado dessas pesquisas são enfermidades e agravos à saúde que estão diretamente ligadas as atividades laborais.

Segundo Daal Oca (2004), em seu trabalho com os pescadores de Mato Grosso do Sul, entre as trinta queixas mais frequentes relatadas, destacaram-se as dores de origem

neuromusculares e articulares, traduzidas por dores nos pulsos, braços, juntas, ombros, costas, peito, coluna, câimbras ou dores pelo corpo em geral, podendo estar relacionadas ao desconforto físico sentido pelos trabalhadores quando do desenvolvimento de suas atividades. Outras queixas muito declaradas estão relacionadas a problemas de origem respiratória, como bronquites, pneumonias, gripes e esfriados, traduzidos por crises de tosse, falta de ar e obstrução nasal.

Nos textos da OIT, citados por Parmeggianni (1989), já se apontavam várias enfermidades relativas ao trabalho com a pesca como bursites, tenossinovites, doenças do aparelho digestivo, tensão nervosa, excesso de consumo de álcool e/ou fumo, provocando enfermidades respiratórias, sinusites, cáries dentárias, dermatites, originadas pelo contato com óleo diesel, e perda de audição, provocada pela exposição a níveis de ruído excessivos. Assim sendo, os estudos realizados junto à categoria, revelam tratar-se de um segmento sujeito aos mais variados tipos de adoecimento, com influência negativa em sua vida econômica e social.

Na região de Magé-R.J., Chaves et alli (2003) realizaram avaliações em processos de trabalho e vida dos pescadores, tendo mostrado casos de agravo à saúde, inclusive mortes, com doenças de veiculação hídrica e de vetores até transtornos mentais. Para os autores, as ocorrências acidentárias se devem basicamente às questões econômicas e de total desamparo a que essa categoria se encontra.

Torres (2003) relata as especificidades do envelhecimento em comunidades pesqueiras de Abade-PA, localizadas no estuário amazônico, onde a atividade se dá em ambiente hostil para a saúde, detectou casos de afogamentos, distúrbios do sono e outros problemas, como insegurança e uso de drogas.

Em estudo promovido por Schinder et al. (1992), destinado a avaliar o perfil de saúde de 101 pescadores de Mar del Plata, houve correlação significativa entre a exposição dos trabalhadores aos fatores de riscos no ambiente de trabalho, como umidade, vento, radiação solar, ruído, calor, frio e sintomas reumáticos, bronquites, úlceras digestivas, problemas de origem geniturinárias, transtornos circulatórios, tabagismo e enfermidades dermatológicas, entre outros.

Pereira (2002) aponta casos de transtornos psiquiátricos como esquizofrenia, uso abusivo do álcool e fumo em pescadores residentes em Vigia-PA. Estudo promovido por Rodrigues et al. (2001), indica que foram detectadas bactérias do gênero vibrio em feridas nos membros inferiores de pescadores do município de Raposa-MA.

Através desses trabalhos fica mais evidente que essa categoria pode ter vários agravos a saúde relacionados a seu trabalho e condições de vida.

2.2.3. Saúde e Saneamento, O Ambiente do trabalhador

A Baía de Guanabara apesar de bela continua sendo o depósito de toneladas de esgoto e lixo das cidades ao seu entorno. Para onde são lançados o esgoto e o lixo, é lançada a isca para o peixe, a rede e a esperança dos pescadores; esperança de se ter um mar limpo, de conseguir obter o pão de cada dia e melhores condições de vida. Falar de saúde para a população de pescadores e catadores de caranguejo é falar da falta de saneamento básico e das péssimas condições dos rios e canais que deságuam na baía. Inexiste um sistema eficiente de tratamento de esgotos, o lixo e o chorume de três aterros escoam para a baía e de quebra o óleo que sai das refinarias, portos, navios e postos de combustíveis que ficam ao seu entorno.

A Saúde está intimamente ligada ao saneamento básico, porém a população de baixa renda, expulsa das áreas nobres da cidade, passou a se concentrar em favelas e áreas sem condições mínimas de higiene e habitabilidade - verdadeiros bolsões de pobreza, que não contam com qualquer infra-estrutura de saneamento. O resultado é a disseminação de doenças parasitárias e infecto-contagiosas. A metade dos leitos hospitalares da região é ocupada por pessoas afetadas por doenças transmitidas por água contaminada. Além disto, novas doenças têm surgido no cenário das moléstias infecto-contagiosas, como a dengue. (J.B. Rev. de Domingo, 1998)

O atraso do Brasil na área da saúde é representado pelo recrudescimento de epidemias, algumas que já haviam sido erradicadas, como é o caso da cólera. Este atraso tem um sentido de alerta sobre a condição de miséria e ausência de infra-estrutura sanitária, uma vez que somente ocorrem, sob forma epidêmica, em áreas de precárias condições de vida. (Cad. PDBG, 2001). A Baía de Guanabara é um típico ambiente que possui todas as condições de disseminação de doenças infecto-contagiosas, isto devido a intensa degradação que sofre e a grande população que vive ao seu entorno, sem nenhuma estrutura sanitária.

Para Minayo & Miranda (2002) essa ausência de infra-estrutura e grande aglomeração de pessoas, implica num ambiente muito favorável de disseminação de diversos parasitos e doenças infecto-contagiosas como hepatite, diarreias infecciosas, tuberculoses e D.S.T. As endemias que estavam restritas a determinadas áreas, agora estão adaptadas as condições de transmissão dos centros urbanos. Acrescentando as precárias condições de vida e a insalubridade do ambiente das comunidades mais carentes. Muitas dessas doenças têm um organismo aquático envolvido.

A contaminação patogênica de um ecossistema aquático está diretamente relacionado às condições de saneamento básico da população instalada ao seu entorno. A falta ou ineficiência do esgotamento sanitário e o tratamento desses efluentes ocasiona a principal forma de transmissão de doenças de veiculação hídrica.

No quadro abaixo estão algumas doenças infecciosas e a sua transmissão

Quadro 2.4: Sobre alguns microorganismos patogênicos encontrados em sistemas aquáticos e as doenças associadas.

	Agente transmissor	Organismo aquático Envolvido	Modo de transmissão
Febre tifóide Gastroenterite	<i>Salmonella sp</i>	Peixes marinhos e Bivalves	Ingestão de água e Alimentos Contaminados
Meningite	<i>Angiostrongylus Cantonensis</i>	Camarão de água doce Caranguejos e certos Peixes marinhos	Ingestão de camarão/ Caranguejo cru ou mal Cozido
Hepatite infecciosa	Vírus da hepatite	Bivalves	Ingestão de bivalves Crus ou mal cozidos
Cólera	<i>Vibrio cholera</i>	Ingestão de água Contaminada
Leptospirose	<i>Leptospira</i>	Ingestão de água e alimentos contaminados
Distúrbios Digestivos	<i>Taenia saginata</i> <i>Ascaris lumbricoides</i>	Contato ou ingestão de água contaminada
Amebíase	<i>Entamoeba Histolytica</i>	Ingestão de água contaminada
Giardíase	<i>Giardia lamblia</i>	Ingestão de água contaminada

Fonte: Laws, 1993 e Libes, 1992.

Em 1990,70% da população se concentrava nos centros urbanos gerando transformações espaciais, culturais, econômicas à partir dessa nova realidade, isto devido ao movimento e as trocas de informações. Este modelo de desenvolvimento resultou no crescimento desproporcional dos que não têm acesso pleno aos recursos, informação e serviços públicos. No Brasil urbano, cerca de 20 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada, 75 milhões não dispõem de serviços de esgoto, e 60 milhões não são atendidos por coleta de lixo. (MINAYO & MIRANDA, 2002). São índices alarmantes que poderiam levar uma população a disseminar vários tipos de agentes patológicos e conseqüentemente uma epidemia.

Esses dados revelam a relação entre o percentual de doenças de veiculação hídrica e as condições sanitárias da região. A degradação da Baía de Guanabara ao longo dos séculos é sentida por quem mais necessita desse ambiente. A comunidade carente que usufruiu e retirou o seu sustento, assiste pacificamente a sua morte lenta e silenciosa.

As conseqüências da degradação e poluição ambiental não são distribuídas uniformemente entre a população, uma parcela sente os efeitos mais intensos. Nesse sentido, Hogan (1994) enfatiza que a mesma estrutura de classe social, que determina a desigual distribuição da riqueza e dos canais de acesso aos centros decisivos, também determina a desigual

distribuição da poluição e dos riscos ambientais, afetando, portanto, a qualidade de vida destas pessoas. Pacheco et al (1993) são outros autores que também concordam que os efeitos dos problemas e questões ambientais que se refletem em riscos ambientais, não atingem igualmente todas as camadas sociais, sem distinção. Algumas pessoas são atingidas de uma forma mais direta e imediata e outras são atingidas indiretamente e de uma forma mais branda, dada a sua interação com a fonte de degradação; outros, ainda, quando são atingidos, possuem formas de resolver o problema, o que não acontece com as primeiras pessoas. (Cad II PDBG,2001). Por isso fica bem evidente que os erros e a falta de atitude ambiental vão prejudicar mais as comunidades carentes de uma determinada região.

A intensidade e a frequência a que estas comunidades são atingidas estão diretamente relacionados ao grau de convivência e dependência com o ecossistema, no caso dos pescadores e catadores, ocorre uma estreita relação, onde está em jogo a sua sobrevivência. Para alguns autores essa degradação do ambiente está diretamente relacionada com a falsa idéia que esses recursos são inesgotáveis.

Um estudo histórico comparativo do processo de destruição ambiental ao longo dos séculos, entre diferentes países das Américas, revelou situações, percepções e motivações subjetivas que ainda persistem nas sociedades contemporâneas, como a brasileira. Uma delas seria a postura antropocêntrica, na qual o homem acredita que o resto das espécies de seres vivos exista somente para servi-lo, que na verdade é uma idéia muito difundida. Uma outra talvez fosse a falsa percepção da inesgotabilidade dos recursos naturais, visão deformada construída a partir da grande variedade e diversidade e abundância dos mesmos (água, florestas, etc.). Muitas pessoas acreditam que esses recursos nunca acabarão. Esta visão deve ter, em parte, influenciado o comportamento predatório no Brasil colonial e Império. Encantados com que estavam vendo, os exploradores diante da generosa e magnífica natureza tropical e da extensão do território. Certamente, esta percepção ainda prevalece em áreas dominadas por biomas largamente preservados e sujeitas à exploração extrativista, como se constata hoje na Amazônia Brasileira.(CONFALONIERI, 2002). E em ecossistemas degradados não se tem atitudes de recuperação e proteção, os ambientes são abandonados impiedosamente.

Para Cavalcanti (1995) As atividades de produção e consumo são concebidas como se pudéssemos não só extrair, sem critérios, componentes da natureza, mas também lançar nela qualquer tipo e quantidade de dejetos. Na verdade, os ecossistemas têm uma capacidade dinâmica, porém limitada, de consertar desvios mediante processos naturais que preservam a complexa rede de ciclos biogeoquímicos e geofísicos que sustentam a vida no Planeta. Toda essa rede de ciclos complexos só acontece devido a um equilíbrio delicado e intrínseco de toda a cadeia. Estes processos promovem, por exemplo, a regulação hídrica e climática: o controle de erosão e

retenção de sedimentos; a formação de solos e o tratamento de dejetos, visando a manter o equilíbrio do sistema. Essa capacidade torna-se cada vez mais limitada na medida em que ela vai sendo destruída, como é o caso da Baía de Guanabara. A sua capacidade de autodepuração já foi ultrapassada há muito tempo.

Para Navarro et al,

“O cenário mundial está em fase de mudanças muito rápidas, no que diz respeito ao quadro sanitário das populações: mudanças ambientais, na demografia e no comportamento humano, mudanças na tecnologia e na produção industrial, nas condições de desenvolvimento econômico e de uso da terra e, além disso, a rápida mobilidade possibilitada pela facilidade dos meios de transporte internacional e pelo comércio, que vem favorecendo a adaptação de saúde e a mudança dos agentes patógenos, surpreendendo os sistemas arcaicos de saúde pública, há muito falidos e negligenciados”.(p.46,2002)

Mudanças que diminuem a distância entre o norte e o sul, possibilitando que muitas enfermidades infecciosas, que estariam confinadas até pouco tempo em países subdesenvolvidos do planeta, se espalhem por todas as regiões, representando assim o lado negativo da globalização. Surgem nesse cenário, doenças emergentes como a Aids e doenças endêmicas que já estariam controladas e que voltam agora com toda força.

Apesar do direito ao acesso universal a saúde determinada na constituição federal de 1988, existe obstáculos e dificuldades para que isso ocorra no dia-a-dia. Há um total desrespeito por parte dos governantes que não tornam acessíveis os serviços de saúde. Esses serviços geralmente são bem limitados e oferecidos muito longe das residências. Para Pinheiro (2001) o trabalhador, em geral, recorre a serviços de emergência nos hospitais públicos e pronto-socorros da sua região para ser atendido, e com a expectativa de solucionar o seu problema.

Os trabalhadores enfrentam imensas filas para conseguir senha ou um atendimento para vários dias ou semanas. Esse tempo pode impossibilitá-lo de ir ao trabalho e desempenhar as suas funções. Em se tratando de um trabalhador informal, essa situação é mais agravante, pois, um dia parado representa muito para ele.

Segundo Pinheiro (2001), ao invés de se investir e organizar os serviços de atenção primária de saúde contribui-se para reforçar a preferência das pessoas pelo atendimento hospitalar. Dessa forma não se prioriza o tratamento preventivo, os cuidados com a alimentação, a higiene, o pré-natal, o controle da pressão e outros.

Sabe-se que a realidade brasileira é traduzida numa industrialização expressiva da região Sudeste, porém mantendo nas regiões mais pobres níveis de subdesenvolvimento que determinam e agravam as péssimas estruturas de saúde pública do país, nesse contexto há uma

convivência natural com as grandes endemias e até na “administração política das endemias”. As ações para combater os surtos ou as ações para a investigação da emergência ou reemergência das doenças só são tomadas quando os grandes centros urbanos tornam-se verdadeiramente ameaçados. Nesses espaços insalubres onde há todas as condições para a disseminação de doenças epidêmicas é algo extremamente preocupante. “Em outras palavras, com a metamorfose populacional brasileira, de rural para urbana, deu-se o fenômeno semelhante em relação a diversas endemias. Em relação a esse aspecto, nem a “desenvolvida” região Sudeste ficou indene” (FORATTINI, 1997)

O surgimento ou ressurgimento de novas doenças é influenciado pela ausência total de políticas de prevenção de doenças e de controle sanitário dos centros urbanos. Além dos agravos a saúde essas mesmas pessoas estão expostas a diversos riscos, muitas das vezes, esses riscos não são evidenciados pelo trabalhador.

2.2.4. O risco no trabalho

Os riscos no ambiente de trabalho são mais uma preocupação com a própria sobrevivência. Atualmente estas comunidades passam por inúmeras situações de riscos, inclusive os riscos de acidente por derramamento de óleo que, infelizmente, estão se tornando comuns. Apesar de que algumas atividades serem consideradas potencialmente perigosas, os riscos muitas das vezes são desprezados por essas pessoas que acreditam apenas na sorte para se livrarem desses riscos.

Luhmann (1991) afirma que uma das características da sociedade moderna é a mudança do perigo para risco na vida cotidiana: as antigas sociedades sempre se confrontaram com perigos naturais, algo que estava, simplesmente fora do controle humano, resultado de uma decorrência divina. Já as sociedades modernas, que controlaram grande parte destes perigos, acabaram substituindo-os pelo risco.

Assim, é necessário diferenciar os desastres ambientais, originados de situações de perigo, tais como os terremotos, furacões e vulcões, que são fenômenos naturais, independentes da ação humana dos desastres ambientais, oriundos de situação de risco, como os deslizamentos de encostas e enchentes, que são o resultado direto da ação do homem que não percebe ou negligencia o papel da atividade ambiental dos ecossistemas, particularmente das florestas. (LAYRARGUES, 2001). As atividades potencialmente perigosas devem ser aquelas mais protegidas para que de certa forma estes possam ser diminuídos ou minimizados. No contexto vivido pelos pescadores e catadores de caranguejo existem inúmeros perigos e riscos.

Muitas das vezes, as investidas humanas nas áreas que deveriam ser mantidas em boas condições ecológicas são realizadas por populações marginalizadas, por absoluta impossibilidade de utilizar espaços urbanizados na própria cidade formal. E são exatamente estes sujeitos os primeiros a sofrerem os impactos. Beck (1992) lembra, então, que a distribuição dos riscos-af, entendidos como riscos ambientais – no interior da sociedade é desigual. Assim, as populações desfavorecidas não têm como se refugiar, por exemplo, dos deslizamentos de encostas, quando habitam em morros com acentuada declividade, ou das inundações, quando habitam nas margens dos cursos d'água. (LAYRARGUES, 2001)

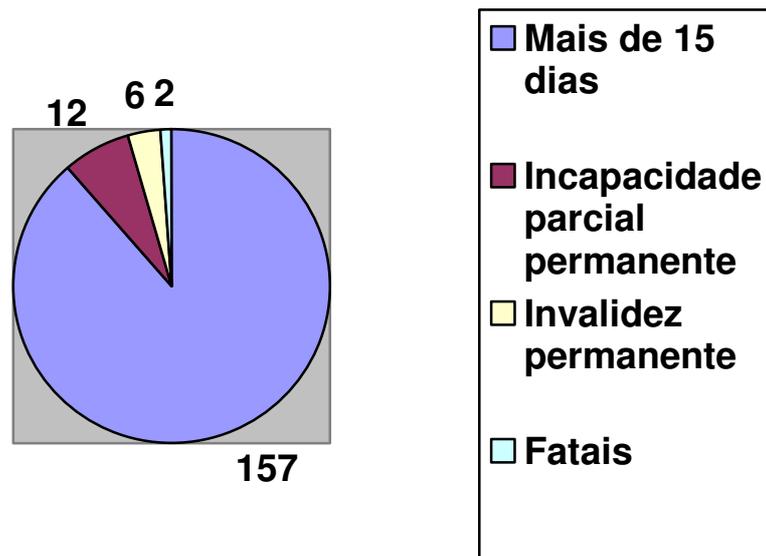
É neste cenário que nossas atenções se voltam para o SUS. É ao sistema de saúde que as pessoas, geralmente, recorrem quando adoecem em decorrência dos riscos presentes no ambiente, gerados nos processos de trabalho ou pela exploração predatória dos recursos naturais. Assim, não estamos falando de algo que pode vir a acontecer, mas que já está presente no cotidiano dos serviços de saúde que, lamentavelmente, não estão preparados nem equipados para lidar com a assistência aos doentes e a vigilância dos fatores de risco, resultantes das relações produção-consumo, trabalho e ambiente. (DIAS, 2002).

A pesca é uma atividade de risco 3 (potencialmente perigosa), segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)-2000/2002, sabe-se que os registros de acidentes envolvendo os pescadores são subnotificados, isto devido a vários fatores, como a própria ausência de proteção para esse trabalhador ao desconhecimento e importância desses registros. Os pescadores e catadores de caranguejo se expõem às condições adversas do mar e mangue, problemas com a embarcação, afogamentos, acidentes com apetrechos de pesca e com o próprio pescado.

Em trabalho de Ferreira et al. (2003), foram constatados casos de morte e aleijamentos em pescadores mergulhadores nas costas do Rio Grande do Norte, ocasionados pelas diferenças de pressão, quando realizam seus mergulhos na necessidade de busca de captura de lagosta.

A título de exemplificação, a figura abaixo nos mostra a quantidade de benefícios por acidente do trabalho pagos aos trabalhadores em pesca no Brasil, durante os anos de 1996-1997, quando foram registrados dois acidentes fatais, seis casos de invalidez permanente, doze de incapacidade parcial e somente 157 casos de acidentes com mais de 15 dias de afastamento.

Gráfico 2.5. Benefícios concedidos por acidentes de trabalho com trabalhadores em pesca, aqüicultura e serviços relacionados, Brasil, 1996-1997.



Fonte: Anuário Brasileiro de Proteção, 1999-2000 citando dados do Ministério do Trabalho Emprego e do Ministério da Previdência e da Assistência Social. 1996-1997.

Os casos de acidentes de pesca no Brasil ainda não são notificados, havendo uma grande lacuna com relação à atividade pesqueira que é potencialmente perigosa e as estatísticas apresentadas. As próprias colônias e associações de pesca acreditam que ainda são necessários muitos avanços em termos de fortalecimento e regularização dessas atividades.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS AMBIENTAIS E A PESCA NA BAÍA DE GUANABARA

3.1. A degradação da Baía de Guanabara

“Navegar na Baía de Guanabara é mergulhar num passado mágico. É cruzar as mesmas águas singradas pelos Tupinambás e seus ancestrais que, em suas frágeis canoas e ubás, estabeleceram uma relação harmoniosa de sustentabilidade com a Guanabara” (AMADOR, p.127, 2001).

Porém, navegar hoje nas suas águas é constatar a falta de respeito e a ignorância do homem com esse rico ecossistema. Todas as suas ações antrópicas ao longo de décadas foram responsáveis pelas profundas e lamentáveis modificações. De acordo com os dados do P.D.B.G. (1996) são 9000 toneladas /dia de lixo, cerca de 465 toneladas/ dia de esgoto doméstico, 800 m³/ dia de chorume dos aterros de Morro do Céu(Niterói), Gramacho (Duque de Caxias) e Itaóca (São Gonçalo) e mais 7 toneladas/ dia de óleo que são lançadas nas águas da Baía de Guanabara.

De 1500 até os dias atuais a baía perdeu quase 30% de sua área. As baleias desapareceram completamente. Não há um rio sequer que tenha mantido seu curso original. Hoje a Baía de Guanabara é depositária dos mais variados tipos de poluição, do óleo que escapa das refinarias e postos de gasolina à garrafa de plástico. (PDBG, 1996). A urbanização de todo o seu entorno avançou por dentre seus canais, manguezais, lagunas, iniciando seu processo de destruição. Para Amador (2001), as qualidades das águas da Guanabara também foram a sua perdição.

Hoje o grau de poluição é incompatível com os usos benéficos de suas águas, resultando em grandes prejuízos econômicos e danos a ecologia. A capacidade de autodepuração da Baía de Guanabara foi há muito ultrapassada. A Baía de Guanabara entrou num processo de degradação que se não for interrompido e corrigido tornará praticamente irrecuperável o ecossistema, repercutindo de maneira drástica até na sua utilização física como meio de transporte (FEEMA, 1995). Em vários locais da baía o transporte já não é mais possível, e os maiores prejudicados são os pescadores que daí retiram seu sustento.

A urbanização metropolitana - proletária que avançou por todos os lados da baía, através dos eixos rodoviários avenida Brasil, Rio-Petrópolis, Rio-Magé e Niterói-Manilha foi uma das principais causas da aguda deterioração na baía (CARVALHO, 2004). Essa população que se fixou ao seu entorno não tem saneamento básico e nenhuma infra-estrutura. São habitações populares e favelas que ocupam áreas de antigos manguezais e restingas da baía. Áreas que deveriam ser protegidas e que um verdadeiro caos foi instalado. Tudo resultado de uma falta de

visão ambiental, da falta de um zoneamento da cidade e de um desconhecimento e incapacidade dos órgãos públicos.

A transformação sofrida pela Baía de Guanabara tem também conseqüências sociais e econômicas. A deterioração do meio ambiente repercute na queda de vida da comunidade, atuando negativamente sobre o comportamento dos indivíduos em todos os seus aspectos. A economia da região se deteriora num processo degenerativo pelo afastamento dos habitantes de melhor renda, da indústria e do comércio que, ao instalar-se em outros locais, demandam novas infra-estruturas, dificultando o aprimoramento do que já foi feito (PDBG, 1996). Locais que eram verdadeiros cartões postais são motivo de vergonha para a comunidade que ali ainda vive. As marcas deixadas pelo homem, durante todo esse período de ocupação estão claras e visíveis por toda a baía.

Para Amador (1997), apesar de muito agredida durante os quase cinco séculos de ocupação histórica, ainda é considerada um ambiente natural. Ao lado de diversas formas de degradação física, química e biológica, ainda remanescem alguns ecossistemas associados, primitivos, como manguezais, mata atlântica, brejos, ilhas, enseadas, pontões e costões rochosos, falésias, praias, dunas e lagunas. Cada um desses ecossistemas possui características ecológicas específicas, passíveis de serem observadas.

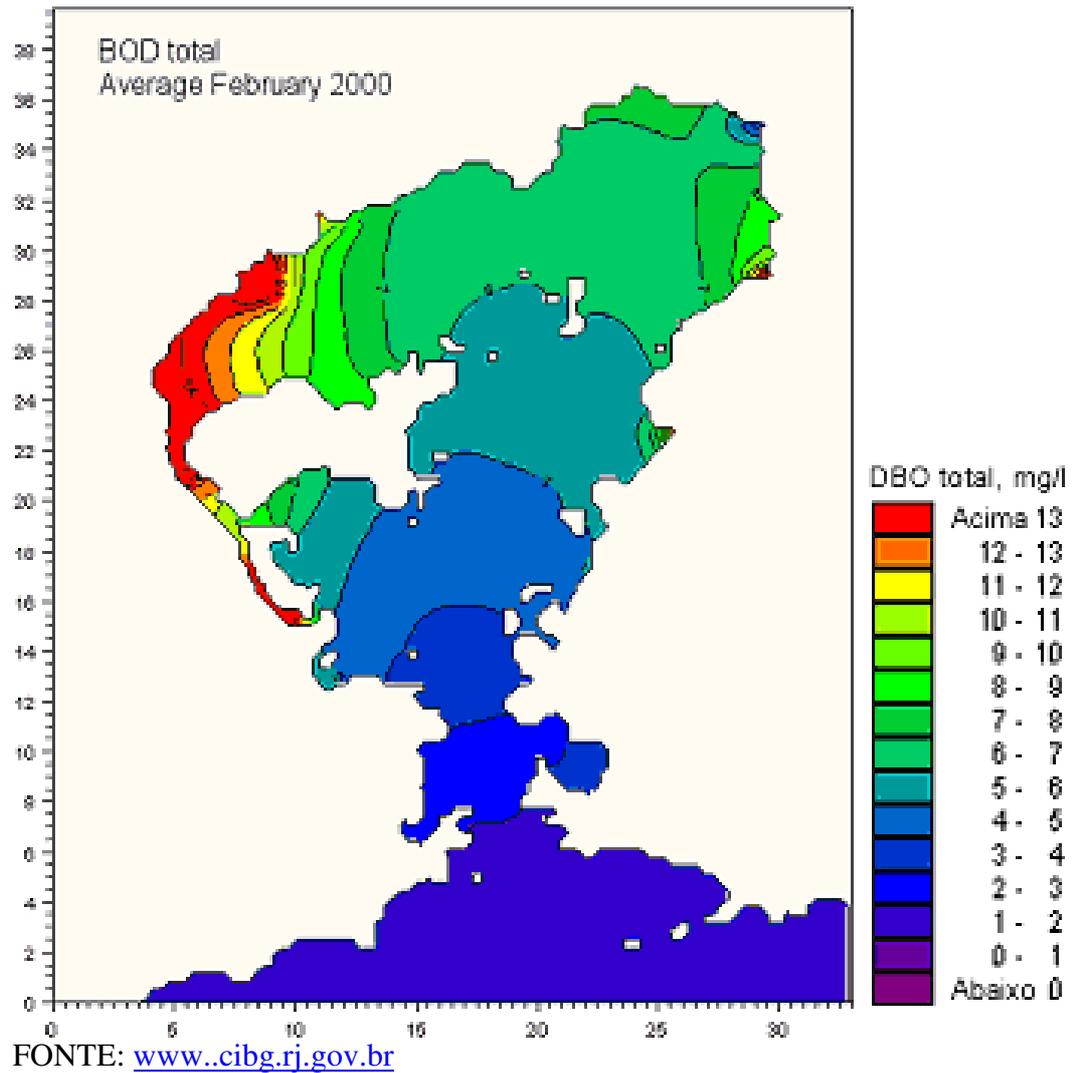
Amador (2001), relata ainda que em suas águas e nos ecossistemas periféricos, proliferavam imensos cardumes de sardinhas, tainhas, paratis, xereletes, cocorocas, corvinas, robalos e meros; imensa colônia de moluscos como mexilhões, ostras, sernambis; abundantes camarões e diversos tipos de caranguejos e siris, que lotavam os manguezais e as praias. Era a verdadeira alegria para os pescadores que tinham assim garantido o seu sustento nas suas águas.

O pescado em geral configura uma importante via de contaminação patogênica do homem, em vista de seu potencial de acumulação dos organismos patogênicos, notadamente no caso dos moluscos filtradores, como ostras e mexilhões (PDBG, 2001).

O mapa seguinte mostra as condições da água na Baía de Guanabara através de cores. O azul significa água limpa. O vermelho significa água muito poluída. As outras cores mostram a variação entre esses dois extremos.

A legenda ao lado indica o significado de cada cor-nível de poluição. Este indicador de cores ajuda a entender facilmente onde a água é mais poluída e onde ela não é. Um dos principais indicadores da qualidade da água na Baía de Guanabara é dado pelo nível de DBO. O mapa mostra alguns pontos de coleta de água e o resultado da análise de sua qualidade em termos de DBO₅, que é a quantidade de oxigênio necessária para realizar essa oxidação em 5 dias.

Figura 3.1. Figura sobre a qualidade das águas na Baía de Guanabara.



O rico habitat de uma majestosa diversidade é impiedosamente destruído por um crescimento desordenado da metrópole.

O quadro abaixo indica as principais formas de degradação da Baía de Guanabara e suas conseqüências:

Quadro 3.2. Principais formas de degradação da Baía de Guanabara e suas consequências

AMEAÇAS	FORMAS	CONSEQUÊNCIAS
As características morfológicas	Diminuição do espelho d'água. Assoreamento	Modificação do sistema de circulação Das águas Redução da vida média da Baía
À qualidade das águas	Eutroficação Aumento da concentração de Matéria orgânica Contaminação química Contaminação microbiana	Alteração dos processos naturais de depuração Crescimento anormal de algas Redução da vida média da Baía
À biota	Destruição de manguezais Poluição das águas Poluição do sedimento	Eliminação de habitats de muitas espécies de crustáceos, moluscos e peixes. Diminuição do potencial pesqueiro Contaminação química e microbiana da fauna
Aos usos	Presença de lixo Contaminação microbiana da água Assoreamento Presença de óleo	Contaminação do pescado Prejuízos à navegação Impedimento da recreação Diminuição da pesca Na estética Prejuízos à paisagem

Fonte: www.cibg.rj.gov.br

Segundo a Revista de Domingo-Jornal do Brasil, nº 1158/1998, são os esgotos sanitários, dos 20 m³/s do esgoto doméstico lançado na Baía, apenas 2,7 m³/s recebem tratamento, com maior contribuição dos bairros do Flamengo, Centro, Ramos, Penha e bairros de Niterói, que começam maior quantidade de esgoto in natura, seguidos pelos efluentes industriais lançados diretamente, sem tratamento, nas águas da Baía de Guanabara; sendo que a área que vai do Centro a Duque de Caxias é a que mais sofre com os rejeitos das indústrias, as principais fontes de contribuição para a poluição da Baía.

3.2. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara(P.D.B.G.)

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara-PDBG, lançado em 1994 e implantado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, pretendia reverter o processo crescente da poluição das águas da Baía de Guanabara, especialmente no que se refere às altas concentrações de carga orgânica, metais, óleos e graxas. Tratava-se, portanto de um conjunto de ações integradas, cuja finalidade principal era a recuperação das condições ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e conseqüentemente melhoria da qualidade de vida da população, recuperação da pesca comercial, melhoria dos padrões de balneabilidade em grande

parte das praias do interior da baía, atenuação da interrupção das atividades sócio-econômicas decorrentes de enchentes catastróficas, diminuição dos casos de surtos de doenças de veiculação hídrica e diminuição do processo de assoreamento da calha dos rios e do fundo da baía, devido ao lançamento de resíduos sólidos. (PDBG, 1996). Diferentes organismos do governo ficaram responsáveis pela execução do projeto, SERLA, CEDAE, FEEMA, SOSPA, além de participação das prefeituras dos municípios beneficiados.

Um conjunto de intervenções estruturadas em cinco componentes-Saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário), macrodrenagem, resíduos sólidos, programas ambientais complementares e mapeamento digital, com o objetivo de reduzir a poluição da bacia hidrográfica contribuinte à Baía de Guanabara.

Na época, foram alocados recursos da ordem de US\$793 milhões, sendo as parcelas de US\$350 milhões e US\$ 237 milhões financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e pelo The Overseas Economic Development Fund- OECF (atualmente Japan Bank for International Cooperation- JBIC), respectivamente. Ambas através de recursos de empréstimo assinados com o governo do Estado do Rio de Janeiro, ficando os US\$206 milhões restantes à conta de recursos orçamentários locais.

Segundo Minc (2004) o P.D.B.G. está quatro anos atrasado, gastou cerca de um bilhão de reais, e a Baía ainda recebe 75% de todo o esgoto sem qualquer tratamento. No projeto inicial havia programas de recuperação dos manguezais, de apoio aos pescadores, de redução de lixo químico e de óleo. Havia uma concepção integrada, que depois foi abandonada, de tratar o conjunto da bacia contribuinte da Baía de Guanabara. Tudo o que acontece nesta grande área do entorno, como lançamento de lixo, agrotóxicos e assoreamento nos rios se reflete diretamente na própria baía. A urbanização democrática e planejada era uma destas premissas. Com dezenas de milhares de famílias chegando à Baixada Fluminense e São Gonçalo, expulsas do interior pela falta de terras, de emprego, de qualificação profissional, as novas casinhas e palafitas se instalam nas margens dos rios Meriti, Pavuna, Sarapuí, Iguaçu, Brandoas e recomeçam o ciclo de poluição hídrica multiplicando os coliformes da Guanabara, por falta de habitação popular, zoneamento urbano efetivo e reciclagem de lixo.

Para Minc, gastamos mal por falta de fiscalização, burocracia, desvios, superfaturamento, falta de articulação com os municípios. Pagamos R\$ 21 milhões em multas por atraso. As estações foram inauguradas e reinauguradas sem a estrutura da rede de esgotos construída e interligada. Resultado: as estações funcionaram a 20% ou 30% de sua capacidade e o grosso chega pelos rios fétidos às águas da Guanabara.

Foto 3.3: Foto de satélite da região em estudo



Fonte: www.ilhadepaqueta.com.br/mapashtm

Segundo O GLOBO, dez anos depois de iniciado o programa de despoluição, o estado só trata 25% do esgoto lançado na baía. A meta era tratar, até 1999, 50% do total.

Das 53 praias da baía, apenas quatro estão liberadas para o banho de mar. Os índices de coliformes fecais chegam a 1,6 milhão por cem mililitros, como em Botafogo.

Dos 10 reservatórios construídos com o dinheiro do programa de despoluição, apenas um funciona. Aos moradores vizinhos aos reservatórios vazios bebem água da chuva.

O estoque de pesca caiu 40% desde o início do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, segundo a Federação dos Pescadores do Rio. A UFRJ estima redução de 20% por ano na pesca de camarão.

Parte dos R\$ 16 milhões de dólares destinados à construção de usinas de lixo e à ampliação da coleta foi desperdiçada em projetos fracassados.

As obras da estação de tratamento de esgoto de Alegria, a maior do Programa, estão quase paradas. O contrato será reajustado em 30%, de R\$ 98 milhões para R\$ 128 milhões.

Sabe-se que 15% da área total da baía, equivalentes a 60 quilômetros quadrados, foram assoreados pela degradação.

Um mangue de 20 quilômetros quadrados, único vestígio não degradado da orla, pode virar estação ecológica. Equivale a 5% do perímetro da baía.

Passaram-se diversos governos entre eles os de Leonel Brizola, Marcelo Alencar e Antony Garotinho, e até agora pouca coisa mudou, principalmente se for avaliado o alto investimento de recursos externos.

3.3. Os manguezais da Baía de Guanabara

3.3.1 - A importância dos manguezais

Manguezais constituem um tipo especial de ecossistema característico de zonas tropicais, estando presente, em várias partes do mundo, sempre ocorrendo em regiões abrigadas, como o contorno de baías e enseadas e nas margens litorâneas de deltas de rios e estuários, onde normalmente há mistura de água doce com a água salgada do mar. Sua localização é restrita à faixa entre marés (situada entre o ponto mais alto da maré alta e o ponto mais baixo da maré baixa). São, portanto, ambientes protegidos, alagados, de água salobra, sujeito à ação periódica das marés e servindo de ponto de ligação entre os ambientes marinho e terrestre. Daí sua extrema importância na manutenção e equilíbrio dos ecossistemas.

Os manguezais se constituem num dos mais produtivos ecossistemas do planeta, sendo responsáveis pela manutenção de uma cadeia biológica, que iniciada na degradação das folhas por microrganismos decompositores, passa por diversos elos, culminando nos peixes e mamíferos como o homem. A influência dos manguezais, por sua vez não se limita apenas ao ambiente onde está alojado, influencia também áreas costeiras ou de mar aberto distantes (AMADOR, 1997). Em todo o mundo, a maior extensão de manguezais está no Brasil, que faz pouco ou muito pouco para preservar esse ambiente tão rico e importante para a manutenção de toda a cadeia aquática.

Araújo e Maciel (1979) atribuem aos manguezais, importante função básica de produtor e explorador de detritos fundamentais para a produtividade biológica dos ecossistemas locais. Portanto, sob o aspecto econômico, os manguezais atuam como elementos mantenedores das altas taxas de produtividade das águas estuarinas, visto que a reciclagem de nutrientes que neles se processa é o mecanismo responsável pela importação de compostos inorgânicos da região terrestre, sua transformação e conseqüente exportação de produtos orgânicos para o oceano.

De acordo com Araújo e Maciel (1979), a Baía de Guanabara exibia extensas franjas de manguezal, um ecossistema dinâmico, de importância ecológica e geomorfológica para a criação e manutenção da fauna e da flora. A decomposição da vegetação é o começo da cadeia alimentar,

da qual dependem para sobreviver moluscos, vermes, camarões, caranguejos, que por sua vez são consumidos por peixes, aves e outros animais. O homem se localiza no topo desta pirâmide da cadeia alimentar, pois captura os peixes das águas do estuário. O manguezal representa um ecossistema costeiro de transição para muitas espécies aquáticas que passam toda ou grande parte de suas vidas neste ambiente para alimentação, reprodução, desova, crescimento e proteção contra predadores. Muitas pessoas ainda associam o mangue com um ambiente sujo e que deve ser saneado. Talvez esse pensamento foi determinante para o aterramento e extinção de milhares de quilômetros de manguezais em nosso país.

Dos 260 Km² manguezal que havia no ano de 1500, hoje restam 80 Km². São os aterros e obras de macrodrenagem, que mudaram o curso original dos rios, os maiores responsáveis pelo assoreamento da Baía de Guanabara. O assoreamento constante afeta os cursos d'água, além de provocar a obstrução dos córregos pelo lançamento de resíduos sólidos e uso indevido da calha dos rios com terrenos para moradia.

Devido a importância dos manguezais na manutenção do equilíbrio da Baía de Guanabara e estando constantemente ameaçados por toda ordem de alterações provocada pela ação humana desordenada, faz-se necessária a conservação dos mesmos no que concerne à manutenção da integridade de seus componentes físicos e biológicos e à conservação enquanto gestão ambiental. A preservação deste tipo de ecossistema é fundamental para o equilíbrio ecológico da Baía de Guanabara e também para o sustento de centenas de famílias que dele retiram seu alimento.

Atualmente os manguezais remanescentes da Baía de Guanabara, estão restritos a uma área total de cerca de 81,50 Km², concentrados principalmente na APA de Guapimirim e algumas manchas no litoral de Duque de Caxias, Ilha do Governador, Canal da Maré, e Ilha do Fundão.

3.3.2 - Legislação de proteção ao manguezal

Os manguezais são protegidos em diversos instrumentos legais, tanto a nível federal quanto estadual e municipal. A nível federal são os seguintes os dispositivos legais de preservação dos manguezais:

- .Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934;
- .Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937;
- .Decreto-Lei 2490 de 16 de agosto de 1940;
- .Decreto-Lei 3438 de 17 de julho de 1941;
- .Decreto Legislativo nº 3 de 13 de fevereiro de 1948;
- .Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965;

- .Decreto nº 58.054 de 23 de março de 1966;
- .Decreto nº 59.428 de 27 de outubro de 1966;
- .Lei 5.197 de 3 de janeiro de 1967;
- .Decreto-Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967;
- .Decreto-Lei 289 de 28 de fevereiro de 1967;
- .Decreto 66.682 de 10 de junho de 1970;
- .Decreto 76.389 de 3 de outubro de 1975;
- .Lei 6902 de 27 de abril de 1981;
- .Lei 6938 de 31 de agosto de 1981;
- .Lei 7689 de 23 de novembro de 1988;
- .Resolução CONAMA nº 10 de 14 de dezembro de 1988;
- .Decreto 97633 de 10 de abril de 1989;
- .Portaria 332 de 13 de março de 1990;
- .Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990;

Apesar da existência destas leis e decretos de proteção dos manguezais, há uma grande degradação dos manguezais do país. Na Baía de Guanabara houve a criação da APA de Guapimirim, com a intenção de proteger a última área de manguezais da região.

3.4- Evolução e Histórico da pesca na Baía de Guanabara

A pesca é uma atividade milenar e, de grande importância em todo o mundo, porque é uma fonte que gera recursos, emprego e renda para diversas comunidades, ela contribui para a manutenção de outras atividades econômicas de forma direta ou indireta.

A pesca na baía também é milenar, a presença de pescadores pré-históricos na região da Guanabara foi detectada em um sambaqui situado em Camboinhas, na Lagoa de Itaipu. Foi datado como o mais antigo do Brasil, com quase 8 mil anos. Nas camadas arqueológicas, foram evidenciados os hábitos daqueles pescadores, com uma predominância da atividade de pesca, seguida de coleta de mariscos (KNEIP, PALLESTRINI, 1984).

A pesca é vista como forma de sobrevivência dos primeiros povos que viveram ao entorno da Baía de Guanabara. Ela sempre teve uma importância fundamental como meio de sobrevivência dos índios que aqui viviam e a exploração pesqueira é uma influência dessa atividade. A nomenclatura indígena está presente nos nomes de diversos peixes e apetrechos de pesca. A partir da colonização portuguesa, essa atividade foi responsável pela manutenção da

subsistência familiar e mais tarde com fins comerciais (Barroso, 1997). A partir disso a baía está sempre relacionada com a pesca e comunidades pesqueiras.

Os primeiros grupos de pescadores a se fixar no entorno da baía, se distribuíram em diversos núcleos que se formaram nas praias e ilhas que se sobressaíam na baía, depois, na Ponta do Caju e na Praça XV de Novembro, onde as praias primitivas foram substituídas por cais acostáveis. A urbanização sempre foi um fator de instabilidade nos núcleos de pesca. As obras de aterro e modificação das praias da baía foram responsáveis em retirar grandes comunidades pesqueiras. Foram obras que modificaram sensivelmente toda a orla natural da baía. Essas obras de aterro que começaram no início do século XX além de expulsarem as comunidades pesqueiras, favoreceram o desaparecimento das praias do interior da baía, como por exemplo, no Bairro da Saúde e na Ponta do Caju (BERNARDES, 1958). A orla da baía foi sendo modificada, dando origem a inúmeras atividades e muitas dessas atividades altamente impactantes.

A pesca sempre desempenhou um papel relevante na alimentação humana, tendo apresentado crescimento acelerado depois da Segunda Guerra Mundial até os anos 80. Desde então se verificou uma redução do ritmo de expansão da produção, devido a problemas como sobre pesca, poluição e degradação das áreas de reprodução (SÁ, 1999). Esses problemas estão sendo agravados ainda com a falta de políticas públicas de proteção a essas atividades e a precariedade do trabalho. O setor pesqueiro passa por novas tendências à nível global. A aqüicultura e a pesca oceânica são novos caminhos para atender a crescente demanda do mercado. Aliás, a aqüicultura tem aumentado muito nos últimos anos. Atualmente, este é o setor de produção de alimentos de maior crescimento no mundo, segundo dados disponíveis em www.mercadodapesca.com.br.

A globalização crescente da economia e a expansão das informações afetam diretamente o setor pesqueiro mundial. Como consequência disto, os encarregados de formular e aplicar políticas nacionais neste setor comprovam que está se invertendo a natureza e o âmbito de seu interesse. Atualmente são essenciais o seguimento e análise das novidades internacionais de forma mais sistemática (FAO, 1996). No Brasil muito se tem que avançar em estruturação e melhoramentos das atividades pesqueiras para se alcançar melhores níveis de produtividade.

No Brasil os dados oficiais disponíveis (Brasil, 2004), nos revelam uma tendência na evolução da produção pesqueira. A partir de 1960, inclusive, graças a política de incentivos fiscais adotada na época, atingiu-se em 1985 cerca de 971.500 t, sendo 78% oriundas de águas marítimas e 22% do ambiente continental.

A partir desse ano há uma queda contínua da produtividade, chegando-se a 640.300t em 1990. Os últimos anos apontam para a recuperação do setor, devido ao aumento da produção

continental chegando-se em 915.334 t em 2001, das quais 60% são originadas do mar e 40% em águas continentais.

Tabela 3.4 : Pesca no Brasil; Evolução da Aquicultura e Pesca Segundo Categorias – 1994 – 2002(1000 toneladas).

Ano	Extrativa costeira	%	Continental	%	Oceânico	%	agricultur	%	Total
1994	469,02	64,38	203,22	27,90	24,23	3,33	32,00	4,39	728,47
1995	391,41	59,95	193,04	29,57	22,26	3,41	46,20	7,08	652,91
1996	394,56	56,92	210,28	30,34	27,62	3,98	60,72	8,76	693,18
1997	433,09	59,14	178,87	24,43	32,63	4,46	87,67	11,97	732,26
1998	419,00	57,79	173,00	23,86	40,00	5,52	93,00	12,83	725,00
1999	403,00	54,09	158,90	21,33	44,00	5,91	139,10	18,67	745,00
2000	406,00	47,21	228,00	26,51	54,00	6,28	172,00	20,00	860,00
2001	410,00	45,61	223,00	24,81	62,00	6,90	204,00	22,69	899,00
2002	420,00	42,64	230,00	23,35	75,00	7,61	260,00	26,40	985,00

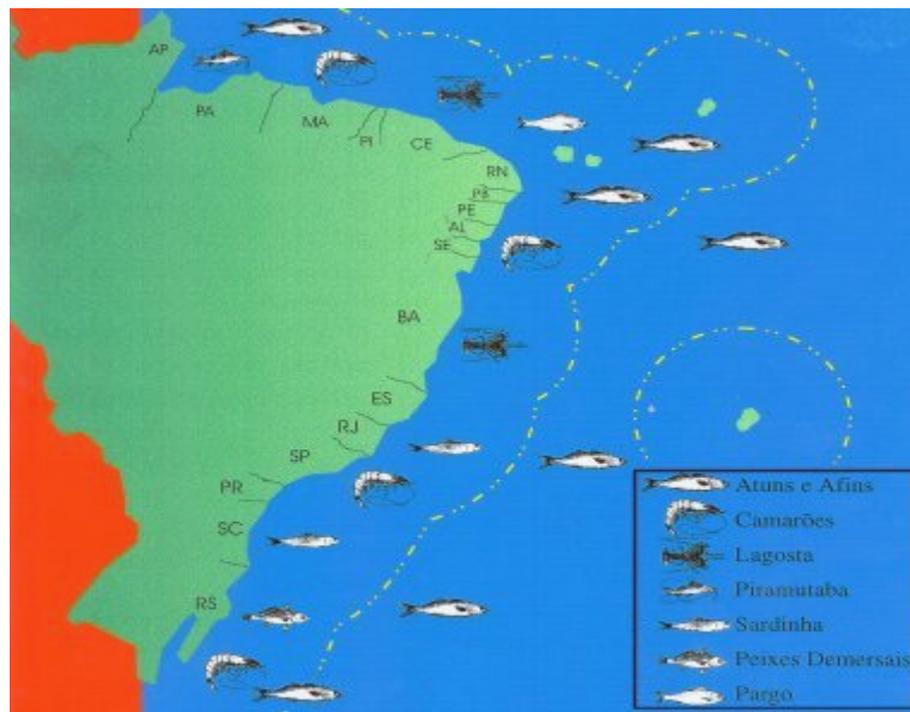
FONTE: Secretaria Especial de AQUICULTURA E Pesca DA Previdência DA República- IBAMA, 2002.

O Brasil, apesar de sua extensa zona costeira e regiões cortadas por inúmeros rios, tem uma produção pesqueira muito abaixo do seu potencial. O Brasil ocupa a 27ª ocupação mundial na produção de pescado segundo a FAO (2001), ficando atrás de países como Argentina,

Marrocos, França e México. Um dos maiores problemas enfrentados é a falta de investimentos governamentais para esse setor.

Para Pinho (1997), a atividade pesqueira tem pago o preço dos erros do passado cometidos pelos setores privados como os responsáveis das estatais da atividade. Vários são os problemas enfrentados pelos pescadores e toda a comunidade pesqueira. Abaixo têm-se os principais tipos de pescado da costa brasileira que vão movimentar toda uma economia de uma região.

Foto: 3.5. Foto sobre tipo de pescado na costa brasileira



Fonte: www.pescabrasil.com.br/prod-pesqueira.asp

O equivalente a 45% da produção brasileira é de cunho artesanal, representando a atividade pesqueira em águas costeiras um papel relevante na produção de alimentos para a população brasileira. Também apresenta um forte indicador social, proporcionando a oportunidade de aproximadamente 200 mil empregos diretos e indiretos, gerados através da produção e comercialização de insumos básicos. A produção artesanal está voltada para os estuários naturais e está intimamente relacionada a sazonalidade das espécies. A sazonalidade das capturas é responsável por um dos fatores que contribuem para a manutenção da atividade em padrões artesanais. Diferenças específicas e geográficas na migração de peixes, em resposta ao regime hidrológico, dão a base para o desenvolvimento das pescarias (Paiva, 1997).

Na região metropolitana do Rio de Janeiro segundo a FIPERJ (1998), são desembarcados 8.152 ton/ano de pesca marítima. Esse total abrange os municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo (Fonte: CIDE).

3.5 A Pesca Artesanal e as artes de pesca

3.5.1 A Pesca Artesanal

Entende-se por pesca todo ato com o objetivo de retirar, colher, apanhar, extrair ou capturar quaisquer recursos pesqueiros em ambientes aquáticos, podendo ser exercida em caráter científico, econômico /comercial, amadorístico ou de subsistência.(O Brasil e o mar, 1998).

A pesca é classificada como comercial, artesanal e de subsistência. A pesca artesanal se realiza única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador – mesmo em todas as variantes de espera.A participação do pescador em todas as etapas do processo é total ou quase total, onde é feito o lançamento, recolhimento e levantamento das redes ou outros implementos.(www.brazilsite.com.br.2004). Os pescadores utilizam embarcações extremamente simples como botes ou caiaques.

Para Diegues (1988), pesca artesanal é aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em “partes”, sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares.A organização da produção artesanal se faz basicamente por dois sistemas: o de “quinhão” ou “partes”, e o de “aviamento”.

Para Ramos (1977), os pescadores podem ser classificados em dois grandes grupos, sob o ponto de vista de sua economia, os pescadores de subsistência e os pescadores comerciais.

Os pescadores de subsistência são homens que exploram a fauna do meio aquático apenas para complementar o suprimento alimentar da família. Não visam qualquer comércio com o produto de suas pescarias e limitam-se, quando muito, a trocar os eventuais excedentes de suas capturas por outros artigos de alimentação e artefatos diversos.

Os pescadores comerciais subdividem-se em independentes ou autônomos (artesanais) e empregados ou assalariados (industriais).

No que se refere aos pescadores autônomos, estes representam uma evolução do pescador de subsistência, quando as condições ecológicas e econômicas permitem a este alcançar uma maior especialização e independência em relação ao ambiente em que vive. São, portanto, uma classe intermediária entre o pescador que só pesca para se alimentar, e aquele que exerce a

atividade em caráter puramente profissional e especializado. Assim é que, nessa categoria, encontramos no mundo inteiro inúmeras variações e modalidades de especialização e de dependência com a atividade pesqueira.

A significativa parcela dos trabalhadores do setor pesqueiro não possuem vínculos empregatícios com os proprietários dos barcos e têm baixa escolaridade. Na pesca artesanal e de pequena escala, nas quais a relação de trabalho, em sua vasta maioria, se dá de maneira informal, por meio da parceria, a situação é mais difícil.

A precariedade da legislação trabalhista específica para o setor pesqueiro, especialmente aquela relacionada aos segmentos feminino e artesanal, estimula a conivência entre o pescador e o armador no desrespeito à legislação, agravando a ausência da cobertura assistencial e social aos pescadores. As poucas linhas de crédito se tornam restritas tanto pela falta de informação dos mesmos como pelos empecilhos impostos pelos bancos, aumentando a dificuldade de aquisição de novas embarcações e tecnologia do setor. (Resende, 2003) O pescador, assim, precisa usar de sua criatividade para driblar a falta de recursos. Muitos aprendem a fazer suas próprias redes e consertos em seu barco.

3.5.2. As artes de pesca

Os processos de pesca passaram por uma evolução, segundo Bernardes (1958) as artes de pesca que vem desde as armadilhas e os anzóis primitivos dos indígenas e passa pela influência dos portugueses e espanhóis de tradição pesqueira. O peixe sempre foi a base da alimentação das populações estabelecidas no litoral e devido à grande piscosidade da baía, com o crescimento do Rio de Janeiro, a região tornou-se uma importante concentração de pescadores.

Segundo Barroso (2000), um grande número de artes de pesca é utilizado pelos pescadores na baía, em razão da existência da diversidade dos alimentos; as redes de cerco, as redes de arrasto de portas, as redes de espera, as linhas-de-mato, o currico, o mergulho ou caça submarina, os currais, os covos, a arrasto-de-praia, a tarrafa e o puçá. Algumas dessas artes são utilizadas, às vezes, por apenas uma comunidade pesqueira.

O uso de todas estas artes de pesca é extremamente variável nas comunidades pesqueiras. Nota-se que as comunidades situadas no interior da baía, caracterizadas por uma pesca artesanal bem marcante, são aquelas que utilizam artes mais diversificadas (Gradim, Itaóca, Mauá, Ilha do Governador). As comunidades situadas na área mais poluída (Ramos e Caju) exibem o menor número de artes de pesca utilizadas, operadas principalmente fora da baía. Comunidades da margem oriental da baía (Jurujuba e Ilha da Conceição) são dedicadas a uma pesca comercial, ainda que em modelo artesanal. As comunidades de Copacabana e Itaipu são

consideradas da área de abrangência da Baía de Guanabara, por situarem-se nas duas extremidades de sua zona estuarina, contudo, as artes de pesca utilizadas, caracterizam uma pesca oceânica e de característica cada vez mais recreativa (Barroso, 2000).

Para o IBAMA (2002), coexistem na baía pelo menos seis diferentes “sistemas” pesqueiros, incluindo, a pesca da sardinha boca-torta e savelha, com destinação industrial; as diferentes pescarias artesanais, voltadas para a tainha, corvina, bagre, espada, parati, e outros peixes, envolvendo a maior parte do contingente de barcos e pescadores e a totalidade dos currais; a pesca do camarão, com sazonalidade bem marcada, entre setembro e janeiro; a coleta do caranguejo nos manguezais; a pesca do siri, com o auxílio de puçás, visando o processamento pelas “descarnadeiras”; e finalmente, a coleta de mexilhões, nos costões rochosos da baía oceânica, também direcionados para o processamento. Esses sistemas diferentes vem reforçar a importância desse ecossistema para todas as comunidades envolvidas.

A partir da tabela abaixo, pode-se perceber os diferentes apetrechos de pesca utilizados nas comunidades pesqueiras do entorno da baía. Algumas delas expressam uma pesca bem artesanal e que bem praticada pode preservar bem mais as reservas pesqueiras.

Tabela 3.6 : As artes de pesca e as comunidades pesqueiras

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
REDE DE CERCO		X	X	X					X	X	
ARRASTRO DE PORTAS			X	X	X	X		X	X	X	
REDE DE ESPERA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
LINHA DE MÃO	X	X	X	X	X	X	X	X			
ESPINHEL		X	X	X	X	X	X	X			
CURRICO		X	X								X
MERGULHO	X	X							X		X
ZANGAREJO	X		X								X
CURRAL				X	X	X	X	X			
COVOS				X	X						
ARRASTO-DE PRAIA	X					X					
ARRASTO-DE MÃO				X	X	X		X			

REDE DE BALÃO				X	X	X		X			
TARRAFA			X	X	X	X		X			
PUÇÁ											

FAPESCA/RJ-2002

Legenda: (1) Itaipu, (2) Jurujuba, (3) Ilha da Conceição, (4) Gradim, (5) Itaóca, (6) Mauá, (7) Ilha de Paquetá, (8), Ilha do Governador, (9) Ramos, (10) Caju, (11) Copacabana.

A arte de pesca com todas as suas sabedorias e entendimentos sobre o vento, a lua, as nuvens, são passadas de geração à geração. A pesca artesanal é sempre realizada em embarcações pequenas (botes ou canoas) a remo ou a vela ou mesmo motorizadas, sem instrumentos de apoio à navegação, contando tão somente a experiência e o saber adquiridos, porém, devido ao grau de poluição na baía e a conseqüente diminuição da pesca, esse ciclo está ameaçado de prosseguir.

Além da poluição, a diminuição da pesca é resultado da pesca predatória, ou seja, da pesca realizada em períodos de defeso, ou quando é feita com material impróprio e do esforço excessivo da mesma.

Para cada região observam-se técnicas e artes de pesca diferentes.

A tabela abaixo mostra os pescadores desembarcados em atividade no período, por modalidade de pesca.

Cerca de 81% são coletores que utilizam o “laço” como método de captura do caranguejo, operando com base nas localidades de Feital, São Gabriel e Barbuda(Magé).

TABELA 3.7. : Pescadores desembarcados por modalidade na baía de Guanabara, entre abril de 2001 e março de 2002.

Local/petrecho	laço	puça	tarrafa	total
Barbuda	10			19
Canal de Magé	1			1
Chacrinha			1	1
Coroa de S. Francis		2		2
Feital	38			28
Ipiranga	6			6
Itaoca	11	17		28
Olaria	3	7		10
Porto da Chacrinha	6			6
São Gabriel	31			31

TOTAL	115	26	1	142
-------	-----	----	---	-----

Fonte: IBAMA, 2002

O laço é uma técnica empregada para a captura de caranguejos nos manguezais da baía. Essa técnica consiste em armar uma armadilha com fios ou cordinhas de material plástico nas tocas do caranguejo.

O puçá é muito utilizado para a captura de siri, e que consiste em um tipo de apetrecho parecido com um coador. Com esse instrumento o pescador pode retirar do seu barco ou do mar, sem muito esforço o siri que observa.

No interior da baía também é muito comum a presença dos currais de peixe. Após o acidente com vazamento de óleo na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, a PETROBRÁS realizou um levantamento detalhado dos “currais” de pesca, para efeito de verificação de danos e pagamento de indenizações, tendo sido registrados 208 currais, pertencentes a 61 pescadores.(Jablonski, 2002).Atualmente, muitos dos currais desses locais encontram-se desativados.

Os currais são artes de pesca fixas, confeccionados com esteira de bambu e tendo como fundação, troncos de árvores dos manguezais ou de eucalipto. A madeira do mangue, cuja utilização constituía prática comum, vem sendo substituída pelo eucalipto. Não há, no entanto, números precisos quanto ao consumo de cada madeira. Para a construção de um curral são necessários 150 a 180 troncos, com diâmetro variando de 3 a 8 cm e altura entre 5 e 7 metros. Esteves (1995) determinou a área de mangue desmatada para construção de um curral em São Gonçalo, como de aproximadamente 560 m², com a predominância (97%) de troncos de “mangue vermelho”, *Rhizophora mangle* (Jablonski, 2002). Muitos dos currais presente na baía já estão desativados a muito tempo. A proibição do corte da madeira dos manguezais foi uma medida importante para a preservação da faixa de mangue da baía, que se concentra na APA de Guapimirim.

3.6 - Os pescadores e catadores de caranguejos da Baía de Guanabara e as associações de pesca

Os pescadores sempre souberam tirar proveito das ricas águas da Guanabara, ao seu entorno, foram estabelecendo grandes comunidades pesqueiras, que mantêm uma relação bem estreita com esse ecossistema. Devido a grande produção de pescado surgiram as primeiras colônias de pesca e entrepostos, onde o produto da pesca, geralmente, é vendido através de leilões. A atividade pesqueira desenvolvida na Baía de Guanabara é voltada para o mercado interno.

Foram vários povoados e núcleos pesqueiros que deram origem as colônias de Itaipu (Z-07), Jurujuba, Ilha da Conceição, Gradim (Z-08), Itaóca, Mauá (Z-09), Ilha de Paquetá, Ilha do Governador (Z-10), Ramos (Z-11), Caju (Z-12) e Copacabana (Z-13), além das associações de pesca (cerca de 20).

Na região de estudo se estabelece as colônias Z-08(Gradim) e Z-09(Mauá). Porém nesse local existe várias associações de pesca. Só no município de São Gonçalo encontram-se as Associações do Gradim (APELGA), Associação da Praia das Pedrinhas e Associação da Praia da Luz.

Para Resende (2003), o desenvolvimento da pesca na região leste da Baía de Guanabara deu-se também devido a instalação de indústrias pesqueiras e a indústria naval nessa região, o que possibilitou a renovação da frota e a instalação de portos em vários locais. Já em 1980 houve o declínio da indústria pesqueira nessa região agravada pela crescente poluição da Baía de Guanabara.

Apesar do aumento da poluição e da diminuição da pesca, o número de pescadores da região tem aumentado ano a ano. As estimativas sobre o número oficial de pescadores da baía são bem contraditórias e deixa dúvidas devido a grande variação: o estudo feito pelo IBAMA aponta cerca de 2.200, já os estudos de Cantarino & Souza (2000) apontam para 5.000, enquanto que o CIDS (2000) indica um total de 18.000 pescadores, incluindo os registrados e não-registrados, para as cinco colônias da Baía de Guanabara.

Segundo o IBAMA (2000), A Baía de Guanabara, apesar da poluição derivada do lançamento de esgoto doméstico, dos despejos de instalações industriais e da disposição não controlada de resíduos sólidos, mantém uma produção pesqueira importante, não apenas pelas quantidades desembarcadas, mas, especialmente, pelo numeroso contingente de pescadores envolvidos. Dados parciais obtidos indicam a presença de 2.200 pescadores e 900 embarcações atuando no interior da baía, determinando uma produção anual superior a 5 mil toneladas, não incluída a pescaria direcionada a sardinha boca-torta, com destinação industrial.

Segundo José Maria Pugas, presidente da Federação dos Pescadores, existem 21.800 pescadores cadastrados nas cinco colônias da Baía de Guanabara. Mas ele calcula que só 14.000 estejam na ativa. A maioria é de pescadores artesanais, que utilizam em geral canoas ou caíques e usam redes, linhas ou pequenos arrastos. (O GLOBO 13/02/2005). Há também os falsos pescadores, pessoas que tiram a carteira de pescador pelas colônias com o objetivo de receber o defeso ou de pescar por lazer.

Os pescadores assim que chegam na praia têm a tarefa de vender seu pescado. O Mercado de São Pedro e o CEASA são os dois grandes centros de comercialização do pescado capturado na baía de Guanabara. Apesar dos casos isolados, quando o pescado é vendido

diretamente para os detentores de boxes do mercado, praticamente todo o pescado comercializado no Mercado São Pedro, com origem na baía, passa pelo leilão na Colônia Z-8. O leilão, provavelmente, permite ao pescador a obtenção de preços mais favoráveis do que os obtidos na venda direta no cais. A venda no CEASA pode, também, ser feita de forma cooperativa, mas na maior parte dos casos é feita por compradores independentes ou pescadores que centralizam a produção de um determinado local.(JABLONSKI, 2002). Além do mercado São Pedro, outra parte é vendida em áreas menos disputadas no entorno da baía de Guanabara.

Pelo sistema de “partes”, o dono da embarcação e do equipamento recebe 50% da produção, sendo a outra metade repartida entre os pescadores. Este sistema é adotado para as pescarias de curto período, quando não há necessidade de maiores deslocamentos à procura dos cardumes, limitando-se às águas protegidas.

Pelo sistema de “aviamento”, pelo qual o patrão da pesca, que em geral não participa da captura, adianta aos pescadores os gêneros alimentícios para o consumo em viagem e também da família que fica em terra. Os pescadores por seu lado se comprometem a entregar toda a produção a um preço estipulado, bem abaixo do preço de mercado. Neste sistema, os pescadores ficam totalmente dependentes do financiador (SÁ, 1999). Esse tipo de sistema não é comum nessa região, onde geralmente o pescador ou é dono do seu barco ou adota o sistema de partes com o dono da embarcação ou seu ajudante.

A venda do pescado nos leilões, no CEASA, ou nas praias é feita com a participação efetiva do atravessador, que consegue um preço bom para as suas revendas com o pescador. Nesse trajeto o preço do pescado pode subir até 100% do valor inicial.

A produção pesqueira da Baía de Guanabara, registrada em 32 pontos de desembarque, no período de abril de 2001 a março de 2002 foi de pouco mais de 19.000t, corresponde a um valor total de primeira venda de cerca de R\$ 14,3 milhões. Desse total, a sardinha boca-torta, com destinação industrial e preço médio de venda de R\$ 0,25/Kg, respondeu por 12.500 t, equivalendo a um valor aproximado de R\$ 3,0 milhões. Quando se desconsideram os desembarques da sardinha boca-torta e da savelha, também direcionada ao processamento industrial, tem-se um total capturado de cerca de 6.300 t e valor de R\$ 11,2 milhões, correspondente a um preço médio unitário de R\$ 1,76/Kg (JABLONSKI, 2002).

Além da pesca da sardinha boca-torta e savelha e das diferentes pescarias artesanais, envolvendo a maior parte do contingente de barcos e pescadores e a totalidade dos currais, coexistem na baía outros importantes segmentos da atividade pesqueira, voltados para o camarão; a coleta do caranguejo; o siri, visando o processamento pelas “descarnadeiras”, e a coleta de mexilhões, nos costões rochosos da baía e ilhas oceânicas, também direcionados para o processamento (JABLONSKI, 2002).

Os pescadores sentem dificuldades no escoamento dessa produção, pois são péssimas as condições de atracação nos locais de embarque e desembarque. Para Jablonski,

As condições de atracação, desembarque e comercialização são muito variáveis em todo o litoral da baía. Acrescenta-se a isso o fato de que “as condições da baía de Guanabara, onde a pesca ainda é realizada por um grande número de embarcações a remo, sem refrigeração ou apenas com caixas isotérmicas, para a conservação do pescado, a questão de insumos tende a ser menos importante aumentando assim a dispersão dos pontos de desembarque e de comercialização”. (JABLONSKI, p.22, 2001)

O pescador muitas das vezes, por não ter vínculo com a colônia ou associações de pescadores desembarcam em pontos diversos da baía. Isso também dificulta as projeções pelos órgãos competentes, de produção de pescado, pois desse modo fica muito pulverizado.

3.6.1. O catador de caranguejo

Se a terra foi feita para o homem, com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito especialmente para o caranguejo. Tudo aí é, foi, ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz. Quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela, cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fabricando com a lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a do corpo de seus filhos. (CASTRO, p.8, 2003)

A coleta de caranguejos constitui um universo particular no cenário da atividade pesqueira na baía, na medida em que se realiza nos manguezais e não no espelho d'água e implica em processos de comercialização diretos e pulverizados, quase sempre com a participação dos próprios coletores (JABLONSKI, 2002). A captura de caranguejos atualmente encontra-se mais restrito a região de manguezais da APA de Guapimirim, nas localidades de Itaóca, Itambi e Magé.

Essa captura é feita predominantemente com a utilização de armadilhas (laços) formadas por tiras de plástico, colocadas sobre as tocas. O petrecho é conhecido como “redinha” nas demais áreas de ocorrência do Sudeste-Sul, reservando-se a primeira para outra modalidade de captura utilizada em algumas regiões, e que consiste em um laço na forma de forca, preso na extremidade de um pedaço de madeira. O catador após a cata amarra os caranguejos em cordas,

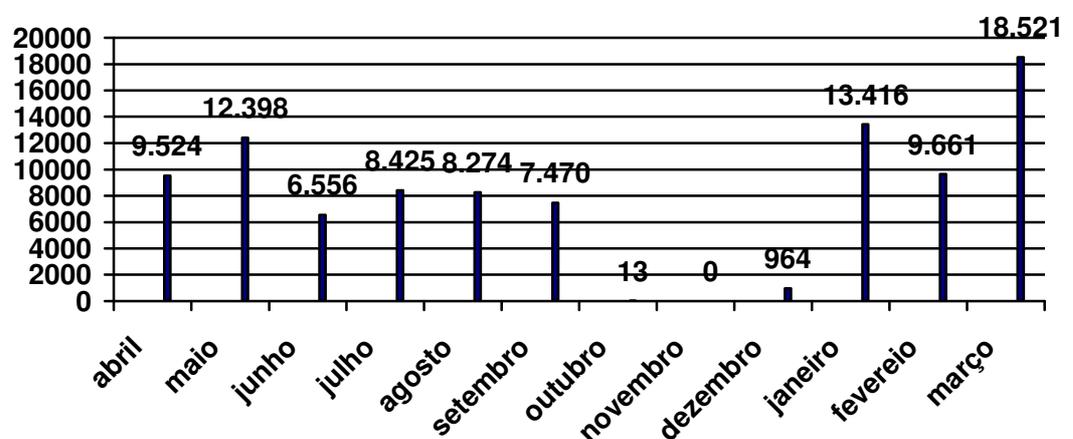
cerca de 10 à 12, separado por tamanhos. O caranguejo é vendido vivo nas ruas e feiras da cidade.

Além do período de defeso do caranguejo entre outubro e dezembro, é proibida a apreensão de fêmeas. Muitos dos catadores de caranguejo, nesse período, se voltam para a pesca ou até mesmo outra atividade. As estimativas e projeções com relação a produção de caranguejos na baía é difícil ser feita devido ao fato do catador não ter um local fixo de embarque e desembarque. E os pontos de venda são bem dispersos.

As estimativas de produção para a localidade de Feital em Magé, indicam que o ponto concentra cerca de 46% de produção total de caranguejos na baía; seguindo-se em importância, as localidades de Itambi (31%) e São Gabriel, na ilha de Itaóca, com cerca de 14% (JABLONSKI, 2002). Vários são os locais que eram importantes pontos de concentração e venda de caranguejos na baía, como por exemplo, a região de manguezais de Duque de Caxias. A perda gradativa desses manguezais restringiu essa atividade praticamente nessa região.

O total estimado para a baía (99 t anuais) implica num rendimento de cerca de 12 kg/ha/ano, considerando-se como aceitável a estimativa de 8.300 ha de área de manguezais. Os números obtidos poderiam ser vistos como uma estimativa “mínima” da produção da baía, apesar de compatíveis com as estatísticas para as regiões Norte e Nordeste. A produtividade de 12 kg/ha/ano parece razoável quando comparada a do delta do Parnaíba, onde em Manguezais mais preservados, têm-se rendimentos entre 20 kg/ha/ano (Ivo et al, 2000; Jablonski et al., 2002)

3.8. Gráfico sobre os desembarques mensais de caranguejos na baía de Guanabara, entre abril de 2001 e março de 2002.



3.7 - A Diminuição da Pesca, a Pesca Predatória e os Danos Ecológicos

3.7.1 A Diminuição da Pesca e a Pesca Predatória

Uma das principais queixas do pescador é a diminuição crescente da pesca. Segundo Vergara (1994) a pesca predatória é apontada como dentre os principais contribuintes para a redução da pesca, sendo efetuada através de arrastos com rede de malha fina nos canais dos manguezais, que capturam em sua maioria formas jovens, além da pesca com bomba, que é considerada crime. Em relação à captura de caranguejos, atualmente restrita à área dos manguezais de Guapimirim, a adoção de técnicas não tradicionais da cata, como o laço, ratoeira, enxada e carbureto, está reduzindo cada vez mais as populações destes animais, sendo ainda uma pressão adicional a degradação do ambiente destes animais devido à invasão das áreas de mangue para habitação.

Ainda há o desaparecimento de várias espécies que antes eram comuns na Baía de Guanabara. Algumas espécies de pescado, de importância comercial, não são mais encontrados no interior da baía, que, no entanto, ainda oferece mais de 100 espécies de peixes, principalmente, sardinhas, parati, corvina e tainha e, em menor escala, pescada, pescadinha, linguado, robalo, xerelete, bagre e anchova. Atualmente a produção média é de 13 toneladas/ dia de pescado comercial, uma ton/dia de mexilhão e 0,4 ton/dia de camarão. (www.mma.gov.br/port/sbf, 2004). Essa produção obedece a uma sazonalidade e está diretamente relacionada ao período de reprodução e desova das espécies.

Nas águas da Baía de Guanabara já não é mais possível encontrar espécies como a lagosta (*Panulirus argus*), que é comum no litoral brasileiro e habitava ilhotas de pedras, como a Ilha da Luz em São Gonçalo. O cação (*Ginglymostoma*) que é encontrado em áreas com abundância de peixes, em especial as sardinhas. O siri azul (*Callinectes sapidus*) era atraído por peixes e camarões para as praias da Baía de Guanabara, onde os moradores facilmente enchiam baldes de siri. A tartaruga verde (*Chelonia mydas*) que foi afastado pela poluição e pela falta de comida. A moréia (*Gymnothorax funebris*) que gosta de águas limpas sendo o seu afastamento uma comprovação do alto índice de poluição, as baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*) mesmo que as águas da Baía se tornem limpas jamais irão voltar devido a quantidade de barcos e o intenso tráfego naval que as assustariam. Os golfinhos cinza (*Sotalia fluviatilis*) há 30 anos começaram escassear, hoje aparecem raramente e vem em grupos muito menores. (www.baiadeguanabara.com.br/ 2004)

Algumas espécies são raramente vistas na baía: São eles a Sororoca, o Cação, o Carapicu, o Bagre-amarelo e Bagre-branco. O camarão-rosa e o camarão-branco são espécies que sofreram grande redução, enquanto outras ainda são abundantes, como a Tainha e a Corvina (O Globo/02/02/2005). A tainha e corvina são espécies presentes em quase todo o ano e que reforçam a renda do pescador.

Em tempos anteriores, pescava-se na Baía de Guanabara, um grande volume de sardinhas por ano, enquanto que hoje não se consegue pescar mais de 20 toneladas. Algumas espécies de peixes de importância comercial não ocorrem mais nos limites da baía, bem como todos os recursos pesqueiros se encontram em níveis consideravelmente reduzidos. Entretanto, verifica-se ainda a ocorrência de mais de 125 espécies de peixes (MATOS & MURATORI, 1989)

Segundo o Departamento de Biologia Marinha da UFRJ, apesar da degradação, há na baía cerca de 200 espécies de peixes. Alguns peixes, no entanto, estão escassos, devido ao lodo, ao assoreamento e à escassez de oxigênio em alguns pontos do estuário. (O GLOBO/02/02/05)

Apesar da diversidade de peixes que ocorrem na baía, apenas algumas poucas espécies alcançam densidades expressivas compatíveis com pescarias rentáveis. A pesca é dominada, no grupo dos pequenos pelágicos, pelas sardinhas boca-torta e verdadeira, e entre os demersais, pela corvina, tainha e bagre, o que determina um baixo valor unitário médio para o pescado capturado. (JABLONSKI, 2002).

A tainha não é apenas um dos peixes mais encontrados na Baía de Guanabara. Para os pescadores, simboliza a poluição que tomou conta das águas do estuário. Segundo Rodolfo Paranhos, chefe do Laboratório de Hidrologia da UFRJ, “a resistência da tainha não é história de pescador, explica que a matéria orgânica do esgoto serve de alimento para a espécie. Por isso, o peixe é encontrado com facilidade em áreas cheias de lodo”. (O GLOBO, 02/02/2005)

A atividade pesqueira na Baía de Guanabara foi sendo reduzida devido ao assoreamento, pois o acesso dos pescadores a determinadas áreas foi sendo dificultado. As grandes embarcações muitas das vezes não conseguem entrar na baía, tendo que se deslocar para o Porto de Sepetiba. As causas deste processo pode ser atribuídas aos aterros, à transformação de rios em canais e à destruição dos manguezais e ao lançamento de resíduos sólidos. (FEEMA, 1988). Essa atividade pesqueira que já foi muito mais produtiva resiste hoje a todo tipo de agressão ambiental e a falta de uma política de incremento da pesca.

Para Barroso (1997), A Baía de Guanabara atualmente não apresenta uma produção expressiva em termos comerciais, apenas se colocando de maneira relevante para o sustento de uma população que vive no seu entorno e que depende diretamente desse ecossistema, apesar das diversas formas de degradação ambiental que são verificadas. A produção de pescado neste estuário mostra o predomínio da pesca artesanal, que pouco contribui para a produção total do

Estado do Rio de Janeiro. Os recursos pesqueiros da baía foram diminuindo de maneira muito intensiva, o que pode ser atribuído à baixa qualidade das águas e ao excessivo esforço de pesca, que é quantificado através do número de viagens ou lances de rede de pesca aplicada pela frota pesqueira.

De acordo com os dados sobre Valoração Econômica de Recursos Ambientais da degradação da Baía de Guanabara, conclui-se que o volume do pescado hoje equivale a 33% de peixe e 17% de camarão que há dez anos. O camarão é, historicamente, uma das espécies mais importantes da baía. Num levantamento de 2002, especialistas da Uerj apuraram o total de 88 toneladas de camarão pescadas no ano. Em 2003, um estudo realizado pela UFRJ, o volume caiu para 69 toneladas – uma queda de 21,5%. O chefe do Departamento de Biologia Marinha da UFRJ, Marcelo Vianna, diz que faltam dados sobre a pesca.

“Com dados isolados, é difícil estudar o problema. O Rio precisa urgentemente de uma série histórica sobre a pesca. Mas sabemos que o volume de pescado na região continua caindo. O camarão da baía, antes vendido a quilo, tornou-se tão raro que passou a ser oferecido como isca, a R\$ 0, 20, para pesca esportiva”.

Segundo Marcelo, na costa da Região Sudeste, há 15 anos, a captura por hora de arrasto era de 20 quilos. Em 2004, o número caiu para 1,5 quilo. Como a baía é um grande criadouro, sua degradação ambiental reduz a abundância do camarão. O crustáceo rareou entre a década de 60 e 2003, quando foi registrada uma diminuição de 83%. A abundância do passado é divulgada num dos poucos dados disponíveis na Feema, que estimou em 400 toneladas de camarão o volume pescado por ano durante a década de 60 (O GLOBO, 02/02/2005).

Foto 1: Camarão cinza exposto no leilão em Gradim

A Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro também tenta estimar o prejuízo, diante da inexistência de uma série histórica nos órgãos responsáveis. Faltam estudos ininterruptos no Ibama, na Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Governo Federal e na Federação das Indústrias de Pesca do Estado do Rio. “Estimamos a queda de todo o pescado em 40% nos últimos dez anos. Infelizmente não existem estatísticas oficiais sobre a produção. A Federação insiste, mas o Governo não faz, ninguém faz”. (O GLOBO, 02/02/05)

As atividades de desenvolvimento atuantes sobre os recursos pesqueiros manifestam-se sob vários aspectos, que são fatores de redução da ictiofauna, incluindo poluição das águas, assoreamento e destruição dos criadouros naturais. A necessidade de se executar o saneamento da

Baía de Guanabara afigura-se cada vez mais evidente, à medida que suas condições sanitárias se deterioram (FEEMA, 1988).

As medidas de ordenamento pesqueiro hoje adotadas – como o controle esforço de pesca, com limitação das frotas, tamanho mínimo de captura, defesos, controle de apetrechos utilizados, áreas interditadas etc, embora contemplem um amplo espectro de objetivos, não vêm surtindo os efeitos desejados, em virtude, principalmente, de dificuldades de aplicação decorrentes da fiscalização deficiente, ausência de mecanismos de gestão participativa, conflitos de interesse, falta de informação dos diversos usuários dos recursos e de integração dos conhecimentos biológicos, econômicos e sociais, desestrutura do Estado e das ONGs, entre outros fatores amplos ou localizados. Como consequência, evidencia-se, hoje, a necessidade inadiável de efetiva implementação de diretrizes e ações que contemplem o uso sustentável dos recursos, a diversificação da atividade, a aplicação efetiva das medidas de regulamentação, a proteção e a educação ambiental, entre outros (BEZERRA, 2000).



Foto 2 – O trabalho do pescador

3.7.2. Acidente ambiental & dano ecológico

Para falar sobre a Baía de Guanabara é importantíssimo abordar os danos e acidentes ambientais ocorridos nesta década, ainda se não bastasse todas as agressões, por despejo de lixo e esgoto, aterramento, perda de manguezais, a baía ainda está à mercê de acidentes por derramamento de óleo. Foram grandes acidentes que marcaram pela falta de uma política de proteção a esse ecossistema e pela falta de atitudes. Os pescadores são as pessoas mais atingidas por este tipo de acidente, pois o óleo afeta toda a biota, causando morte e intoxicação. O óleo mata os moluscos, mexilhões, conchas, ostras, caranguejos. A morte dessas espécies causa,

irremediavelmente, um total desequilíbrio na cadeia alimentar de todo ecossistema. O óleo forma uma fina camada impedindo a entrada da luz e conseqüentemente a fotossíntese das algas.

Os estragos causados pelo vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara, em 18 de janeiro de 2000 – que afetou manguezais, praias, aves e peixes – até hoje não foram totalmente compensados. Cinco anos depois da tragédia, a Petrobrás já pagou multas, bancou medidas compensatórias e criou programas, mas, segundo o Ministério Público (MP) Federal, não arcou com a responsabilidade civil sobre danos irreparáveis, como o tempo em que a população ficou privada da baía. Para encontrar um valor, o MP baseia-se num estudo inédito da COPPE/UFRJ, apresentado em 2003, que contabilizou em R\$ 345,00 milhões o passivo do desastre, inclusive os danos ao meio ambiente, normalmente considerados incalculáveis. (O GLOBO, 17/01/05)

A mancha de óleo se estendeu por uma faixa superior a 50 quilômetros quadrados, atingindo o manguezal da área de proteção ambiental (APA) de Guapimirim, praias banhadas pela Baía de Guanabara, inúmeras espécies da fauna e flora, além de provocar graves prejuízos de ordem social e econômica a população local. As comunidades que tiraram seu sustento de atividades ligadas, direta ou indiretamente, tais como, a pesca e o turismo, foram muito prejudicadas, quer pela contaminação dos peixes e crustáceos, quer pela inviabilização do turismo pela poluição ambiental. (www.1.jus.com.br). A pesca e a cata de caranguejos ficaram proibidas, eles receberam um salário durante dois meses, porém relatam que a venda de peixes e caranguejos diminuiu consideravelmente depois do acidente.

A conta do dano ambiental sofrido pela Baía de Guanabara, que totalizou R\$ 345,5 milhões, segundo o estudo da Coppe/UFRJ, na qual houve a perda dos produtores em: Transporte: R\$ 269,100, Turismo: R\$ 1.506.180, Pesca: R\$ 2.021.997 e Manguezal: R\$ 96.514.427.

A perda dos consumidores está relacionada com a Saúde: R\$ 565.885 e a perda de qualidade de vida: R\$ 244.609.697.

Cinco anos depois desse acidente onde ainda se discute a reparação e os danos envolvidos, acontece um novo acidente nos manguezais da APA de Guapimirim, em abril de 2005. Um desastre ecológico de grandes proporções. É assim que foi considerado o vazamento de mais de 60 mil litros de óleo diesel causado por um acidente de trem em Itaboraí no dia 26/04 05. A mancha de óleo avançou pelo Rio Caceribu, afetou a área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim. A pesca e a captura de caranguejos na região foram suspensas temporariamente devido ao risco de contaminação.

Devido ao desastre ambiental, a FCA foi multada em R\$ 5 milhões, mas novas medidas devem ser tomadas. As multas foram aplicadas pela Comissão Estadual de Controle Ambiental

(R\$ 4 milhões) e pela SERLA (R\$ 1 milhão). A SERLA ainda intimou a FCA a adotar as medidas de contenção e a fazer uma análise diária da água de toda a região afetada. (O Globo, 28/04/05).

A comissão de Meio Ambiente da Alerj vai cobrar na Justiça a reconstituição de tudo o que foi atingido, além de indenização aos pescadores e catadores de caranguejo. Segundo o deputado Carlos Minc, presidente da comissão, também cabe neste caso uma ação de reparo dos danos.

O dano ambiental, em razão de sua própria natureza corresponde o evento de difícil reparação e valoração, pois, mesmo que levado avante o esforço reparatório, nem sempre é possível, promover reparação ou efetuar o cálculo da totalidade do dano ambiental. Assim sendo, temos, por exemplo, o caso de uma espécie de vida levada à extinção. A reparação seria impossível! E quanto valeria, sob o aspecto econômico, a quebra ao equilíbrio de um ecossistema, com a extinção de formas de vida animal e vegetal e com a mais alta degradação da qualidade de vida? (www.1.jus.com.br) Desse mesmo ponto de vista, qual o valor de um dano ambiental que inclui seres de várias espécies, comunidades inteiras que sobrevivem de atividades estritamente artesanais e que muitas das vezes não conseguem ou não sabem fazer outras coisas.

3.8 – A legislação dos pescadores artesanais

A legislação pesqueira em vigor para a baía, por si só, já define um zoneamento implícito, com restrições à pesca de arrasto e, portanto, garantindo a “reserva” da maior parte do espelho d’água para as atividades mais caracteristicamente artesanais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 8º, equipara as colônias de pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais; recebendo, portanto, configuração sindical.

-A Portaria 8, de 20/02/1997, do IBAMA – proíbe, especificamente, na região da APA de Guapimirim, qualquer pesca com “redes de cerco com traineiras”, “arrasto com sistema de parelhas” e “arrasto de portas”. Fica proibido, ainda o “emprego de qualquer armadilha”, para a captura do caranguejo-uçá, nos manguezais da APA.

-Portaria 122, de 14/09/2001 do IBAMA – proíbe a captura do caranguejo-uçá, nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, entre 01 de outubro e 20 de dezembro de 2001; proíbe em qualquer época a captura de fêmeas ovadas e de qualquer indivíduo cuja largura da carapaça seja inferior a 6,0 cm; proíbe em qualquer época a utilização de qualquer tipos de armadilhas tais como redinhas, laços, ratoeiras, “chunchos”, “vangas”, cavadeiras, ferramentas cortantes ou produtos químicos na captura da espécie.

-Portaria 602, de 13/12/1973 da SUDEPE – permite o exercício da pesca de camarão na baía de Guanabara, com redes de arrasto de portas, obedecidas as seguintes restrições: os

aparelhos não podem ser usados em “áreas de profundidades inferiores a 5 metros” ou “a menos de quaisquer aparelhos de pesca fixos ou flutuantes”.

- Portaria IBAMA 074 de 13/02/2001 Estabelece o período de defeso do camarão

Quaisquer atualizações ou modificações da legislação devem contar com a participação das associações de pescadores, que conhecem bem os principais problemas das comunidades pesqueiras.

A Lei nº 8287, de 20 de dezembro de 1991, estabelece um período de reprodução das espécies. Através da concessão de um seguro desemprego. O defeso é um benefício importante, pois estabelece uma proteção as espécies e ao pescador artesanal que sobrevive dos recursos naturais.

Os períodos de defeso variam de acordo com a sazonalidade das espécies.

O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com a ajuda de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social:

I-Certidão do registro de pescador profissional no IBAMA emitida, no mínimo, há 3 anos da data da publicação da lei.

II-Atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado, ou do órgão do IBAMA, com jurisdição sobre onde atue o pescador artesanal, ou, em último caso, declaração de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando.

III-Comprovantes de pagamento da contribuição previdenciária

CAPÍTULO 4- AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PESCADORES E CATADORES DE CARANGUEJO DA REGIÃO DE MANGUEZAIS DA APA DE GUAPIMIRIM

4.1 – Caracterização da área de estudo - a APA de Guapimirim

4.1.1 - Caracterização da região

A região estudada é compreendida pelos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Guapimirim, esses municípios ficam no entorno da Baía de Guanabara e possuem rios que ali deságuam.

Tabela 4.1: A população e a área (Km²) dos municípios da região em estudo.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA/Km ²
SÃO GONÇALO	948.216	249
ITABORAÍ	210.735	424
MAGÉ	227.467	386
GUAPIMIRIM	43.019	361

Fonte: www.ibge.gov.br

A região estudada possui uma população total de cerca de 1,5 milhão de habitantes conforme o quadro, sendo uma área que apresenta diversos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos. Um dos piores problemas é a falta de estrutura sanitária da região. Por estar bem próxima a capital, mantém um enorme vínculo de dependência econômica, social e até cultural. Esses municípios ainda hoje, são considerados cidades-dormitório, pois não conseguem manter uma estrutura de emprego e desenvolvimento. A população local sofre com a falta de infra-estrutura e das mínimas condições de saneamento e de saúde.

A região possui os seguintes estabelecimentos de saúde pública e privada.

Tabela 4.2: Estabelecimentos de saúde pública e privada da região.

MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	E. SAÚDE	E. SAÚDE
-----------	-----------------	----------	----------

	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA
SÃO GONÇALO	199	57	142
ITABORAÍ	60	31	29
MAGÉ	52	28	24
GUAPIMIRIM	6	6	0

Fonte: www.ibge.gov.br

Uma das maiores reivindicações dessa população é com relação ao atendimento médico, ou seja, a população tem enorme dificuldade de ser atendida, pois a demanda é muito maior que os serviços oferecidos, sobrecarregando o atendimento na capital.

Em relação a educação esses municípios ainda têm problemas em relação ao analfabetismo com a população jovem e adulta. Os índices de analfabetismo ainda são elevados como mostra o seguinte quadro:

Tabela 4.3: Total de analfabetos da região

Municípios	Total de analfabetos
Guapimirim	14,74
Itaboraí	13,16
Magé	12,96
São Gonçalo	8,16

Fonte: www.cide.gov

Apesar do aumento do ingresso nas escolas de ensino fundamental da região, existe uma parcela significativa que ainda não conseguiu ser inserida nos programas educativos e projetos para a alfabetização de jovens e adultos.

A educação é uma das principais soluções para se resolver problemas como subemprego e desemprego. Altas taxas de analfabetismo e uma população pouco escolarizada vão caracterizar pouco avanço social e desenvolvimento. Além disso, é através da educação que essa população pode ser capaz de ter uma maior consciência ambiental e conseguir modificar a realidade da Baía de Guanabara e das suas vidas.

Para se ter um melhor perfil desses municípios e da população em questão, é importante analisar outros índices sócio-econômicos.

Tabela 4.4: Perfil sócio-econômico da população da região em estudo

Municípios	Esperança devida ao nascido	Taxa de alfabetização de adultos	Renda percapita	Índice de Educação IDHM-E	IDH	Classificação na unidade da Federação	Classificação nacional
São Gonçalo	69,51	94,19	268,79	0,896	0,782	23°	1012°
Itaboraí	67,50	89,24	202,29	0,844	0,737	67°	2180°
Guaxindiba	66,41	88,20	234,72	0,843	0,739	63°	2174°
Magé	67,68	90,06	209,61	0,863	0,747	57°	1977°

Fonte: www.cide2.rj.gov.br/banco-municipais

Esses valores retratam a situação dos municípios entre 1991 à 2000, são dados que refletem a difícil situação a que se encontram os municípios dessa região ,segundo o CIDE, São Gonçalo é o município que apresenta melhores índices sócio-econômicos em relação a região estudada, porém em relação ao país, está em 1012° lugar.Essa classificação é obtida através de diversos parâmetros como educação, saúde, saneamento, renda, etc. O atual quadro de desemprego e subemprego da população é refletida em vários aspectos, desde a diminuição da renda per capita a esperança de vida ao nascer desse trabalhador.A busca pela sobrevivência é o primeiro objetivo do trabalhador que não consegue alcançar uma melhor qualidade de vida.Através do trabalho formal ou informal, o pescador e o catador procuram retirar do ecossistema o básico para se sustentar. É através desse trabalho que envolve vários riscos e grandes esforços, que esse trabalhador mantém a sua família.

4.1.2. A APA DE GUAPIMIRIM

A área de proteção ambiental (APA) de Guapimirim foi criada em 23 de setembro de 1984, através do decreto federal 90.225. Possui cerca de 140 quilômetros quadrados, ou exatamente 14.340 hectares. Há 100 anos, esse manguezal era quatro vezes maior do que hoje, mas acabou reduzido às atuais proporções devido a desmatamentos, aterros e construções irregulares, principalmente.

Nem toda a APA de Guapimirim é formada de manguezais, assim como nem todos os manguezais da região estão incluídos na APA de Guapimirim.Boa parte dos manguezais da ilha de Itaóca, por exemplo, em São Gonçalo, não foi incluída na APA. Mesmo que não façam parte da APA não significa que estes manguezais estejam desprotegidos do ponto de vista da lei. É que o código florestal considera o manguezal como área de preservação permanente, onde é proibido

desmatar, aterrar ou destruir sob qualquer hipótese. Em São Gonçalo ainda houve uma perda considerável desses manguezais com a construção da Niterói-Manilha, a Estação de Tratamento de Tratamento de Esgotos e mais recentemente, o piscinão de São Gonçalo.

A APA de Guapimirim possui apenas cerca de 30% de manguezais preservados integralmente, em bom estado de conservação. Ficam localizados na beira dos rios e junto à baía, onde o acesso humano é mais difícil. Os restantes 70% correspondem a áreas comprometidas pela ocupação humana, onde o manguezal sofre agressões permanentes, principalmente pelo fato de que até hoje, não foi realizada a demarcação da área da APA, ou seja, marcações que indiquem onde começa e termina a APA.

A APA é limitada ao norte, pela rodovia BR-93 e a área urbana do município de Magé , ao sul, pela serra de Itaúna e a ilha de Itaóca, a leste pela rodovia BR-493 e o ramal ferroviário de Itambi-Campos , e , a oeste pela Baía de Guanabara .

Os manguezais (foto 2) em estudo ocupavam há 20 anos atrás áreas bem mais extensas do que atualmente. Estas áreas de manguezais, e demais tipos de vegetação natural, foram sendo substituídas a partir dos fins do século XVII pela monocultura canavieira e posteriormente, pela citricultura para atender, segundo Mendes (1950), ao comércio exterior.



Foto 3: Rio Caceribu na região da APA de Guapimirim

Essa área foi muito afetada pela devastação dos mangues também devido à construção do Aterro de Itaóca e de construções populares estimuladas principalmente pela proximidade dos grandes centros e do crescimento da região.

Antes da construção, alguns desses locais eram de difícil acesso, sendo freqüentados por pescadores, catadores de caranguejo e banhistas.

Quanto à vegetação, Araújo e Maciel (1979), classificam os manguezais como do tipo ribeirinho, que normalmente ocupam os aluviões ao longo dos rios e gamboas e que drenam a área inundada periodicamente pelas marés . E os manguezais são caracterizados floristicamente pelas espécies arbóreas: *Ryzophora mangle* (mangue vermelho), *Avicennia Schauerianna* (mangue preto), *Languncularia racemosa* (mangue branco).

Quanto ao meio antrópico , a APA compreende regiões ocupadas por pescadores , agricultores e caranguejeiros , em área de perfil urbano . Os assentamentos urbanos são de baixa renda, com a presença de favelas, loteamentos populares e conjuntos habitacionais, em zonas urbanas dos municípios de São Gonçalo, Magé e Itaboraí, Guapimirim.

Estudos realizados por órgãos oficiais, ONGS e universidades apontam os seguintes problemas como os maiores responsáveis pela degradação do ecossistema da APA de Guapimirim: desmatamentos, exploração predatória, aterros e vazadouros de lixo ,áreas aterradas para a construção de moradia de baixa renda , conjunto habitacional ou mesmo utilizadas como depósito de lixo em Itaoca , bem próximo ao limite da unidade, poluição hídrica ,fiscalização precária, falta de zoneamento (Guapi on line – APA Guapimirim)

Hidrografia: A região da APA Guapi-Mirim é cortada por diversos rios e canais (foto 4), sendo os principais: o Rio Guapi-Mirim o Guaraí, o Macacu, o Guaxindiba e o Iriri.Esses rios apresentam um aspecto meandroso típico e os canais de seus leitos adentram na Baía de Guanabara cerca de um quilômetro.



foto 4: os pescadores e catadores percorrem canais para chegar ao mangue ou a Baía de Guanabara

4.2. As condições de trabalho dos pescadores e catadores de caranguejo

A partir da amostra estabelecida, ou seja, 80 pescadores e 20 catadores de caranguejo, os dados foram quantificados e analisados.

Com a aplicação do questionário, o trabalhador pode relatar as suas experiências, falar das suas principais situações e problemas que ocorrem no seu dia-a-dia. Esse trabalhador relatou e demonstrou as precárias condições de vida e trabalho dos pescadores e catadores de caranguejo dessa região. Muitos relataram problemas de saúde e uma rotina sofrida e silenciosa. As condições adversas da atividade do mar e mangue são colocadas de forma unânime como os maiores riscos enfrentados. A saúde é o bem mais precioso, pois nada pode ser feito se o corpo ou a mente adoecer. Os sinais de sobrecarga de trabalho são expressos e identificados nas reclamações de dores e problemas da coluna. Os pescadores e catadores de caranguejo se expõem a grandes variações de temperatura como excesso de radiação solar e frio intenso (foto5), desempenhando uma jornada de trabalho excessiva.



foto 5: o pescador em atividade na Baía de Guanabara

A atividade pesqueira pode ser considerada potencialmente perigosa por expor os trabalhadores a possíveis riscos de acidentes com embarcações, afogamentos, acidentes com os apetrechos de pesca, esforços físicos acima dos limites do corpo, problemas de postura inadequada, mudanças climáticas, trabalho noturno, ruído, acidentes com o pescado, contato com agentes patológicos em ambiente mal saneado e outros.

Há também a questão da baixa auto-estima que leva muitos trabalhadores a terem problemas com o álcool e o fumo. Muitos recorrem a bebida para conseguirem aliviar os sintomas da depressão e as dificuldades inerentes do ofício. A bebida é muito utilizada para “esquentar” e “passar o tempo”. O equilíbrio emocional é importante para o trabalhador que passa a noite no mar, muitas vezes sozinho. É dele que parte a observação do cardume e das ações e atitudes para se ter êxito em sua pescaria.

Além dessas dificuldades, o pescador vê seu ambiente de trabalho ser degradado e ele sente os resultados na própria pele. Muitos peixes, crustáceos e moluscos não caem mais em suas redes devido a falta de sensibilização do homem com o bem maior que é a natureza.

As suas atividades podem ser suspensas devido a acidentes na Baía como em janeiro de 2000 e este mais recente em 2005. O pagamento de indenização além de não cobrir com as reais necessidades dessa categoria, não é o bastante para resolver a situação de descaso a que passam. No acidente ocasionado pelo tombamento do trem e do derramamento de óleo no Rio Caceribu, os pescadores da região receberam cesta básica e foram convidados, pela Companhia, a trabalhar na limpeza da região, eles receberam diárias no valor de R\$ 50,00 para o pescador sem barco e R\$ 120,00 para o pescador com barco próprio. Eles receberam uma indenização de R\$ 300,00, porém ainda estão pleiteando um valor maior na justiça.

Para A., presidente da Capatazia local, o mais importante foi o recrutamento dos pescadores para o trabalho de limpeza do rio e dos mangues.

Os catadores relatam que mesmo depois da liberação da pesca e da cata de caranguejo, as pessoas ficam umas tanto “desconfiadas” com o pescado e as vendas ficam mais difíceis. Na verdade, a questão dos reparos a danos e indenizações, nesse caso, é uma questão muito difícil de ser estabelecida. A questão é que se dá muita ênfase ao lado econômico, porém medidas para restabelecer o ambiente atingido nunca são tomadas.

As tabelas a seguir traçam um perfil desse grupo de trabalhadores, também em alguns casos é feito cruzamento de dados para uma melhor comparação entre as duas funções, ou seja, entre o pescador e o catador de caranguejo. Durante as entrevistas os trabalhadores relataram suas experiências e se expressaram através de sentimentos de indignação, esperança, tristeza, desespero entre tantos outros.

4.3-Dos resultados:

Foram entrevistados 99 homens e 1 mulher, esse percentual é devido porque boa parte das mulheres da região, que atuam na pesca, fazem o trabalho de limpeza do peixe, da retirada da carne do siri (sirizeiras) e da venda do caranguejo nas feiras e ruas das cidades. Como as entrevistas foram na própria praia, não foi possível obter um maior percentual feminino.

Tabela 4.5: A Ocupação x Idade do trabalhador

IDADE	PESCADOR	percent	CATADOR	Percent	TOTAL
18-25	7	8,8%	3	15,0%	10%
26-30	6	7,5%	3	15,0%	9,0%
31-35	9	11,3%	5	25,0%	14%
36-40	15	18,8%	2	10,0%	17%
41-45	14	17,5%	2	10,0%	16%
46-50	4	5,0%	3	15,0%	7,0%
51-55	14	17,5%	1	5,0%	15,0%
56-59	4	5,0%	0	0%	4,0%
60 +	5	6,3%	1	5,0%	6,0%
<18	2	2,5%	0	0%	2%
TOTAL	80		20		100%

- Na tabela acima que indica a idade em relação a ocupação , é possível perceber a diferença entre as duas funções A maioria dos pescadores se encontra na faixa superior dos 36 anos de idade.
- Para o idoso é mais difícil se manter na cata de caranguejo do que na pesca, onde se tem um total de 5 pessoas com mais de 60 anos (83,3%) para apenas 1 na cata de caranguejo (16,7%). Isso vem reforçar a extrema dificuldade que o catador relata com o mangue.
- Outro fato observado é que não houve nenhum catador com menos de 18 anos. A presença de menores no mangue é uma realidade, porém ela é mais freqüente na venda dos caranguejos nas ruas e feiras da cidade. 2,5% dos pescadores tem menos de 18 anos.
- Os catadores são mais jovens, 65% deles têm até 40 anos. 25% dos catadores tem entre 31 e 35 anos

A prática da pesca é um trabalho árduo, para muitos pescadores nem sempre o resultado é satisfatório como diz o Sr. F. da S. de 40 anos: “Foi difícil, mas a pescaria deu para quebrar o galho”.

Tabela 4.6. A IDADE X USO DE EPI

IDADE	Não mencionado	percent	NÃO	percent	SIM	TOTAL
-------	----------------	---------	-----	---------	-----	-------

18-25	0	0%	7	15,9%	3	10%
26-30	2	13,3%	6	13,6%	1	9%
31-35	6	40,0%	6	13,6%	2	14%
36-40	3	20%	4	9,1%	10	17%
41-45	2	13,3%	7	15,9%	7	16%
46-50	0	0%	3	6,8%	4	7%
51-55	1	6,7%	5	11,4%	9	15%
56-59	1	6,7%	2	4,5%	1	4%
60 +	0	0%	3	6,8%	3	6%
< 18	0	0%	1	2,3%	1	2%
TOTAL	15%		44%		41%	100%

- Pelo menos 44% não usa e até desconhece os equipamentos de proteção individual. O equipamento de proteção utilizado pelos pescadores é uma capa de plástico, chamado de aliado. O seu bote ou pequeno barco não possui equipamentos de localização e nem de salvamento, como bóias e lanternas, caixa de primeiros socorros.
- 41% usa algum tipo de equipamento de proteção individual
- O catador de caranguejo faz uso de óleo queimado para se proteger dos insetos do mangue, e não usa outros equipamentos de proteção como luvas e botas. O uso de EPI é maior na faixa entre 36 e 40 anos de idade (17%) e 41 e 45 anos (16%). Nesse caso denota-se a importância da experiência do mar para a prevenção de acidentes e riscos. Mas ainda esse uso é extremamente baixo, em relação aos riscos inerentes da função.
- Eles sabem dos riscos que correm e das dificuldades que sofrem quando ocorre algum tipo de acidente.

Percebe-se que muitos pescadores têm receio do trabalho que realizam, como relata o pescador SR.A.F. S, de 55 anos: “Você sai para pescar e não sabe se volta”. Além do temor, a falta de garantias e coberturas em relação à acidentes preocupa muitos catadores como o Sr. C. G., catador de 23 anos: “Se sofrer algum acidente, não vou receber nada”

Há muitos perigos no mangue, como nos diz o catador de 47 anos Sr. A.: “No mangue tem muita ponta de pau, há lugares onde se você não passar rápido, fica agarrado”.

Tabela 4.7: USO DE EPI em relação a ocupação:

EPI	pescador	percent	catador	percent	Total
Não menc	13	16,3%	2	10%	15%
Não	30	37,5%	14	70%	44%
Sim	37	46,3%	4	20%	41%
total	80		20		100%

- O uso de EPI é maior entre os pescadores (46,3%0 contra 20% entre os catadores). O catador além dos riscos de acidentes no rio ainda enfrenta inúmeros riscos no mangue,

com a vegetação, com os insetos, com cobras e objetos pontudos na lama do mangue. O uso contínuo de óleo queimado como forma de prevenção ao ataque de mosquitos e outros insetos pode levar esse trabalhador a ter problemas sérios na pele e até intoxicação, pois parte dessas substâncias são absorvidas pela pele.

- O uso de equipamento de proteção como capas, luvas, botas, colete salva-vida, lanterna, filtro-solar entre outros, são considerados caros por esses trabalhadores.

Os pescadores realizam seu trabalho sem utilizarem os equipamentos necessários nas embarcações que asseguram a segurança dos mesmos; como relata o pescador Sr. J. B. de 42 anos: “As embarcações não oferecem segurança e os recursos são poucos para melhorar”. Muitos não sabem nem manipular esses equipamentos, como nos diz o pescador de 27 anos Sr. J. da S.: “É difícil usar equipamento de proteção”.

Tabela 4.8: IDADE X DURAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

IDADE	12h16h	%	16h24h	%	8h12h	%	Até 8h	%	Não menc	%	Total
18-25	2	5.9%	0	0%	8	14%	0	0%	0	0%	10%
26-30	2	5.9%	0	0%	6	10.5%	0	0%	1	50%	9%
31-35	4	11.8%	1	20%	8	14%	1	50%	0	0%	14%
36-40	5	14.7%	2	40%	10	17.5%	0	0%	0	0%	17%
41-45	8	23.5%	0	0%	7	12.3%	1	50%	0	0%	16%
46-50	2	5.9%	0	0%	5	8.8%	0	0%	0	0%	7%
51-55	7	20.6%	1	20%	6	10.5%	0	0%	1	50%	15%
56-59	2	5.9%	1	20%	1	1.8%	0	0%	0	0%	4%
60 +	2	5.9%	0	0%	4	7%	0	0%	0	0%	6%
<18	0	0%	0	0%	2	3.5%	0	0%	0	0%	2%
Total	34%		5%		57%		2%		2%		100%

- Os pescadores e catadores ficam muito tempo no mar e ainda preparam os apetrechos para a pesca, fazendo acertos e manutenção na rede e outros materiais. A duração da jornada é longa e cansativa. Para 57% desses trabalhadores levam em média 8h a 12 h no mar ou mangue e 17% desse percentual tem entre 36 a 40 anos. A atividade noturna ainda é mais desgastante e bem cedo esse pescador participa também das vendas do seu pescado.
- Dos 10% dos pescadores mais jovens, que estão na faixa dos 18 à 25 anos, 80% trabalha de 8 à 12 horas.
- Dos 34% que tem uma jornada de 12 a 16 horas, 23.5% estão entre 41 e 45 anos de idade.

- Dos 15% que tem entre 51 e 55 anos trabalham de 12 a 16 horas.
- Os pescadores relatam que é extremamente desgastante a longa jornada no mar e por isso sentem muito sono e cansaço.

Por ser desgastante o trabalho dos pescadores, muitos têm o receio do envelhecimento precoce, como nos diz o Sr.R. da S. de 37 anos: “A desvantagem de ser pescador é ficar velho rápido”

Tabela 4.9: IDADE X DESEMPREGO

Idade	NÃO	Percent	SIM	Percent	TOTAL
18-25	4	10,5%	6	9,7%	10%
26-30	2	5,3%	7	11,3%	9%
31-35	6	15,8%	8	12,9%	14%
36-40	5	13,2%	12	19,4%	17%
41-45	6	15,8%	10	16,1%	16%
46-50	1	2,6%	6	9,7%	7%
51-55	9	23,7%	6	9,7%	15%
56-59	2	5,3%	2	3,2%	4%
60+	3	7,9%	3	4,8%	6%
<18	0	0%	2	3,2%	2%
TOTAL	38%		62%		100%

- 62% dos entrevistados já estiveram desempregados. Muitos se consideram desempregados permanentes, e tem na pesca a única saída para a sua sobrevivência. Para 38% consideram a pesca e a cata de caranguejos como o seu emprego, o seu ganha-pão permanente.
- O desemprego está distribuído por todas as faixas etárias, mas é entre 36 anos e 45, que ele se torna mais expressivo. A falta de uma profissão e de estudo são determinantes para a fixação desse homem nesse ambiente. Eles afirmam que não querem esse destino para os seus filhos e acreditam que a educação possa garantir um futuro melhor para eles.
- Para os menores de 18 anos, a situação não é diferente, eles já entram na pesca, porque não conseguem serem inseridos no mercado e porque há uma enorme tradição em passar os conhecimentos sobre a pesca para os filhos, assim há sempre uma renovação, os que param e os que iniciam na vida da pesca. Há aqueles que sempre viveram da pesca e não sabem fazer outra coisa (38%), ou possuem uma outra atividade para complementar a renda.

Os pescadores e catadores não reconhecem a atividade que desenvolvem como trabalho, isso nos revela o catador de 29 anos o Sr G. A.: “Desempregado, somos todos”

Na tabela abaixo os dados da escolaridade são expressos da seguinte forma:

Escolaridade	analfabeto	alfabetizado	1º grau incompleto	1º grau completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio Completo
Níveis	1	2	3	4	5	6

Tabela 4.10: IDADE X ESCOLARIDADE

IDADE	1	Percent	2	Percent	3	Percent	4	Percent	5	Percent	6	Percent	total
18-25	1	8,3%	0	0%	4	8,3%	1	7,7%	2	33,3%	2	33,3%	10%
26-30	2	16,7%	0	0%	6	12,5%	1	7,7%	0	0%	0	0%	9%
31-35	2	16,7%	0	0%	10	20,8%	1	7,7%	1	16,7%	0	0%	14%
36-40	2	16,7%	2	13,3%	10	20,8%	2	15,4%	1	16,7%	0	0%	17%
41-45	3	25,0%	3	20%	5	10,4%	3	23,1%	0	0%	2	33,3%	16%
46-50	0	0%	2	13,3%	3	6,3%	1	7,7%	0	0%	1	16,7%	7%
51-55	2	16,7%	3	20%	6	12,5%	3	23,1%	1	16,7%	0	0%	15%
56-59	0	0%	2	13,3%	2	4,2%	0	0%	0	0%	0	0%	4%
60+	0	0%	3	20%	1	2,1%	1	7,7%	0	0%	1	16,7%	6%
<18	0	0%	0	0%	1	2,1%	0	0%	1	16,7%	0	0%	2%
TOTAL	12		15		48		13		6		6		100%

- Como já era esperado a escolaridade dos pescadores e catadores de caranguejo é baixa, ou seja, a maioria possui apenas o 1º grau incompleto(48%).O percentual de analfabetos também é alta, 12% do total pesquisado. A maioria dos analfabetos tem menos de 40 anos.
- A baixa escolaridade também contribui para o maior agravamento dos riscos e doenças. Além disso, essa baixa escolaridade impede que esse trabalhador consiga um melhor emprego, ou outras oportunidades no trabalho formal, por exemplo.Para muitos começar a estudar agora é mais difícil, já que eles não teriam um horário definido para a pesca.
- Dos 48% que possuem o 1º grau, 41.6% estão entre 31 e 40 anos.
- Os analfabetos estão espalhados por praticamente todas as faixas etárias, inclusive entre os mais jovens, caracterizando a ausência de uma política efetiva de erradicação do analfabetismo.
- Esse percentual ainda pode ser mais alto, visto que muitos dos que assinam seu nome não sabem ler.Para eles uma melhoria de vida está relacionada com uma melhor educação.

Observa-se também que muitos pescadores não sentem orgulho da atividade que praticam, as falas do Sr. Fernando, pescador de 38 anos: “Prefiro que meus filhos estudem e que saiam fora da pesca”, do pescador Sr. D. C. de 35 anos: “Não aconselho ninguém a ser pescador, ensinaria outra profissão”, e a do pescador Sr. M. da L. de 34: “Não tive opção, por isso fui ser pescador”, revelam a frustração que sentem.

Tabela 4.11: ESCOLARIDADE X OCUPAÇÃO

Escolaridade	pescador	percent	catador	Percent	Total
1	6	7,5%	6	30.0%	12%
2	10	12.5%	5	25%	15%
3	39	48.8%	9	45.0%	48%
4	13	16.3%	0	0%	13%
5	6	7.5%	0	0%	6%
6	6	7.5%	0	0%	6%
total	80		20		100%

- Ao comparar a escolaridade entre as duas ocupações observa-se que o pescador possui uma escolaridade maior que o catador. Não tem nenhum catador com o 1º grau completo enquanto tem-se 16.3% de pescador com essa escolaridade.
- 30% dos catadores são analfabetos e outros 25% apenas são alfabetizados
- Para o ensino médio também não há nenhum catador com essa formação.
- 7.5% do pescador tem o ensino médio incompleto e 7.5% tem ensino médio completo.

Embora não sintam orgulho do trabalho que realizam, os pescadores têm consciência da importância da pesca para suas vidas (foto 6). Como diz o pescador Sr. R. de 37 anos “A salvação é a pesca, a pesca é de onde vem o dinheiro”.



Foto 6: PESCADOR LANÇANDO A SUA REDE EM MAIS UM DIA DE TRABALHO

Tabela 4.12: SE POSSUI AJUDANTES X A OCUPAÇÃO EXERCIDA

Ajudantes	Pescador	Percent	catador	percent	total
Não	22	27,5%	18	90%	40
Sim outros	45	56,3%	0	0%	45
Sim /família	13	16,3%	2	10%	15
total	80		20		100

- É possível destacar a importância dos ajudantes na pesca, apenas 27,5% não têm ajudantes. 72,6% dos pescadores necessitam de ajudantes para melhor desempenho da sua função. Quando o pescador vai para o mar sozinho aumenta os riscos. Os ajudantes podem ser colegas de profissão que se alternam, ora como ajudante ora como pescador, principalmente se este não possui barco.
- Já a cata de caranguejo é uma atividade mais solitária, o catador pode ir com outro colega para o mangue, mas não é seu auxiliar nessas atividades. 90% dos catadores disseram não utilizar ajudantes na sua labuta diária.

O sucesso da pescaria depende da sorte, do mar, como relata o pescador de 23 anos o Sr. R. J.: “Depende muito do mar, quando está bom dá para tirar bastante, mas às vezes não compensa”.

Diante de tantas dificuldades os pescadores respeitam a individualidade e mantêm a harmonia entre ele, como revela o pescador Sr. C. A. S. de 52 anos. “Um respeita o espaço do outro. Há um consenso entre o que é e como pode se pescar há harmonia”.

A renda do trabalhador foi caracterizada pelo salário mínimo em vigor como mostra a seguinte legenda:

A	B	C	D	E	F
Meio salário	Um salário	Um salário e meio	Dois salários	Dois salários e meio	Três salários ou mais

Tabela 4.13: A RENDA X A OCUPAÇÃO

Renda	pescador	Percent	catador	percent	total
Não mencionado	5	6.3%	0	0%	5%
A	3	3.8%	1	5%	4%
B	13	16.3%	10	50%	23%
C	9	11.3%	1	5%	10%
D	25	31.3%	5	25%	30%
E	10	12.5%	3	15%	13%
F	3	3.8%	0	0%	3%
G	12	15%	0	0%	12%
Total	80%		20%		100%

- 31.3% do pescador ganha até 2 salários mínimos enquanto que 50% do catador recebe até 1 salário mínimo por mês. Observa-se que 3.8% do pescador recebe menos de um salário mínimo por mês enquanto que para o catador 5% recebe esse percentual. Isto vem afirmar que há uma diferença entre as rendas do catador e do pescador.
- No final da tabela existe um grupo que tem um maior poder aquisitivo. Para 15% dos pescadores que recebem mais de 3 salários mínimos por mês.
- Na amostra dos pescadores e catadores pesquisados, não existe nenhum catador com salário superior a 2,5 salários.
- A renda da pescadora da amostra, também equivale ao da maioria, ou seja, recebe até 2 mínimos.
- 100% dos que recebem mais de 3 salários mínimos são pescadores
- 67% dos trabalhadores recebem até dois salários mínimos

Alguns pescadores como a Sr^a W. P., pescadora de 52 anos, acreditam que ser pescador é algo hereditário: “Ser pescador vem de berço”.

Tabela 4.14: A RENDA X A ESCOLARIDADE

Renda	1		2		3		4		5		6		total
Não mencionado	0	0%	0	0%	2	4.2%	1	7.7%	2	33.3%	0	0%	5%
A	2	16.7%	1	6.7%	0	0%	1	7.7%	0	0%	0	0%	4%
B	4	33.3%	7	46.7%	11	22.9%	0	0%	1	16.7%	0	0%	23%
C	0	0%	0	0%	9	18.8%	1	7.7%	0	0%	0	0%	10%
D	2	16.7%	5	33.3%	17	35.4%	5	38.5%	0	0%	1	16.7%	30%
E	4	33.3%	1	6.7%	5	10.4%	3	23.1%	0	0%	0	0%	13%
F	0	0%	0	0%	1	2.1%	1	7.7%	0	0%	1	16.7%	3%
G	0	0%	1	6.7%	3	6.3%	1	7.7%	3	50%	4	66.7%	12%
Total	12%		15%		48%		13%		6%		6%		100%

- 48% do total tem apenas o 1º grau incompleto e desse total 35.4% tem uma renda de até 2 salários mínimos.
- 6% tem o ensino médio completo e desse total 66.7% recebem mais de 3 salários mínimos.
- 4% da amostra recebe menos de um salário mínimo por mês e desse total 16.7% não são alfabetizados.
- 23% dos que recebem um salário mínimo, 33.3% são analfabetos e 46.7% são apenas alfabetizados.

O crescimento do desemprego também preocupa os pescadores, pois contribui com a sobre pesca como sinaliza o pescador de 43 anos Sr. C. L.: “Em relação a pesca só vai piorar, porque a cada dia aumenta o número de pescadores”.



Foto 7 venda de pescado

Tabela 4.15: A RENDA X A DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Renda	12h16	%	16h24	%	8h12h	%	Até 8h	%	Não mencionado	%	total
Não menc	4	11.8%	0	0%	1	1.8%	0	0%	0	0%	5%
A	2	5.9%	0	0%	2	3.5%	0	0%	0	0%	4%
B	8	23.5%	1	20%	12	21.1%	1	50%	1	50%	23%
C	2	5.9%	1	20%	6	10.5%	0	0%	1	50%	10%
D	10	29.4%	2	40%	18	31.6%	0	0%	0	0%	30%
E	2	5.9%	0	0%	11	19.3%	0	0%	0	0%	13%
F	1	2.9%	1	20%	1	1.8%	0	0%	0	0%	3%
G	5	14.7%	0	0%	6	10.5%	1	50%	0	0%	12%
Total	34%		5%		57%		2%		2%		100%

- 50% dos que têm renda maior que 3 salários mínimos têm uma jornada de 8 a 12 horas de trabalho
- 57% de todos trabalhadores da amostra desempenham uma jornada de 8 à 12 horas, sendo que desse grupo, 60% (18 trabalhadores), recebem até 2 salários mínimos por mês.

- Para os 34% dos que trabalham de 12 horas à 16 horas, 29.4% recebem até 2 salários mínimos e 23.5% só recebe um salário mínimo por mês. Desse mesmo grupo 14,7% têm uma renda superior a 3 salários mínimos por mês.
- Dos que desempenham uma maior carga horária (5%), ou seja, de 16 horas à 24 horas, 40% ganha até 2 salários mínimos por mês.
- Esses dados demonstram que não é basicamente o aumento da jornada de trabalho que vai aumentar a renda desse trabalhador. Existe outros fatores importantes e decisivos para o seu melhor rendimento

Alguns pescadores acreditam que o trabalho autônomo (foto 6) proporciona melhores vantagens financeira, pois com carteira assinada quem ganha é sempre o patrão como nos diz o pescador Sr. G. de 45 anos: “Quando você trabalha de carteira, você pode se matar, mas o patrão é quem ganha”. Mas, muitos admitem que trata-se de uma vida sacrificada como nos diz o pescador Sr. A. F. de 55 anos: “É uma vida sacrificada”.



Foto 8: o pescador conserta a sua rede para mais uma jornada de trabalho

Tabela 4.16: A RENDA X DEPENDENTES

Renda	Não		Sim		Total
Não mencionados	1	2.8%	4	6.3%	5%
A	3	8.3%	1	1.6%	4%
B	10	27.8%	13	20.3%	23%
C	4	11.1%	6	9.4%	10%
D	7	19.4%	23	35.9%	30%

E	5	13.9%	8	12.5%	13%
F	1	2.8%	2	3.1%	3%
G	5	13.9%	7	10.9%	12%
Total	36		64		100%

- 35.9% dos trabalhadores que possuem dependentes ,recebem até 2 salários mínimos e 20.3% recebem até 1 salário.
- 1.6% dos que têm dependentes recebem menos de um salário mínimo.
- 27.8% dos que não possuem dependentes recebem até um salário mínimo.

Tabela 4.17: PERÍODO DA JORNADA X DURAÇÃO DA JORNADA

Jornada	12h16	perc	16h24	perc	8h12	perc	Até 8h	perc	nmenc	perc	total
Ambos	20	58,8%	5	100%	10	17,5%	0	0%	0	0%	35%
Diurno	0	0%	0	0%	19	33.3%	1	50%	0	0%	20%
Noturno	4	11,8%	0	0%	10	17,5%	1	50%	0	0%	15%
Variável	10	29,4%	0	0%	18	31,6%	0	0%	2	100%	30%
total	34		5		57		2		2		100%

- A maior parte dos pescadores sai para pescar no final da tarde e passa toda noite no mar(35%),ou seja em ambos períodos. Eles explicam que o período da jornada é muito variável (30%), não há um período específico para sair e nem para voltar, o período é um tanto indefinido.
- 15% desse percentual utilizam apenas o período noturno para pescar.
- Eles se informam se o mar está bom, se o tempo está bom, se está dando peixe e se arriscam no mar Eles sempre procuram retornar com algo que dê para sobreviver por mais um dia, não importando quanto tempo ficam fora.Essa atividade noturna é mais cansativa e oferece mais riscos, ainda mais com um trabalhador mal alimentado e que faz uso abusivo de bebidas alcoólicas.O catador de caranguejo já trabalha exclusivamente de dia. É através de uma observação bem apurada e um enorme conhecimento do mangue que o catador encontra seu objetivo.

A jornada de trabalho dos pescadores e catadores (foto 7) é marcada por grandes dificuldades como revela o catador o Sr. J. R. P. de 46 anos: “Pego muita chuva, friagem, ralo muito”, e o pescador Sr. F. de 40 anos: “O mar é triste, tem que ter muita disposição. A vantagem é arrumar o peixe para sobreviver, botar o pão de cada dia”.



Foto 9: Ao amanhecer os pescadores chegam com o pescado para vender no leilão

Tabela 4.18: A DURAÇÃO DA JORNADA X OCUPAÇÃO

Jornada	Pesca	Percent	Catador	Percent
12h16h	34	42,5%	0	0%
16h24h	5	6,3%	0	0%
8h12h	38	47,5%	19	95%
Até 8h	1	1,3%	1	5%
Não mencionado	2	2,5%	0	0%
total	80%		20%	100%

- 95% dos catadores têm uma jornada de 8h a 12 horas diárias, enquanto que para o pescador essa jornada é maior, já que 42,5% tem uma jornada de 12h a 16 horas diárias e 6,3% desse total trabalha de 16h a 24 horas. Apesar de se ter um grande percentual de pescador (47,5%), que trabalha de 8h as 12 horas, é possível perceber que o pescador necessita de um tempo maior para desempenhar as suas atividades.
- O catador já sabe o local para armar as suas armadilhas, faz isso, e depois espera cerca de 1 a 2 horas para que o caranguejo se desentoe e se enrole nas redinhas. Depois é passar e retirar o caranguejo, formando cordas. Geralmente separa-se pelo tamanho; grande, médio e pequeno.

Os pescadores não têm garantia da quantidade de pescado do dia de trabalho, pois como nos diz o pescador Sr. L. S. de 50 anos: “A pescaria é sempre incerta”.

Tabela 4.19: A OCUPAÇÃO E A OCUPAÇÃO PARALELA

Ocupação paralela	pescador	percent	catador	percent	Total
Não	41	51,3%	9	45%	50%
Sim/eventual	35	43,8%	10	50%	45%
Sim/fixa	4	5%	1	5%	5%
total	80		20		100%

- 50% não desempenha atividade paralela contra outros 50%, que tem atividade eventual ou fixa. A atividade paralela eventual é realizada em épocas onde o pescado está mais escasso, ou na época do defeso. Conciliar uma atividade fixa é mais difícil para o pescador, que precisa estar disponível em boa parte do dia e da noite.
- 50% do catador de caranguejo necessita de complementação de renda, recorrendo a biscates e outras atividades informais. A atividade paralela para o catador é maior pois ele se dedica a apenas uma espécie. Quando o caranguejo diminui ou mesmo desaparece, esse trabalhador precisa continuar sobrevivendo.

Tabela 4.20: PERÍODO DA JORNADA X OCUPAÇÃO

Jornada	pescador	percent	catador	percent	total
Ambos	35	43,8%	0	0%	35%
Diurno	1	1,3%	19	95%	20%
Noturno	15	18,8%	0	0%	15%
Variável	29	36,3%	1	5%	30%
total	80		20		100%

- O catador trabalha de dia (95%), pois seria muito difícil catar caranguejo à noite. Já o pescador pode trabalhar tanto de dia como à noite (43,8%). O que vai determinar são as condições do mar e se está dando peixe. O pescador que mora próximo a praia, é um bom observador das condições de tempo procurando aliar a sua experiência no dia-a-dia no mar.

Muitos pescadores como o sr. J. P. de 51 anos relatam que vivem mais no mar do que com seus familiares: “Moro mais no mar que em casa”. Além disso, perdem a noite de sono e não têm os direitos trabalhistas garantidos como nos diz o pescador de 39 anos Sr. M. M.: “A desvantagem é perder noite de sono e não ter carteira assinada”.

Tabela 4.21: TIPO DE RENDA X OCUPAÇÃO

RENDA	pescador	percent	catador	percent	Total
Comissão	11	13,8%	0	0%	11%
Fixo	6	7,5%	0	0%	6%
Variável	63	78,8%	20	20%	83%
total	80		20		100%

- A renda é variável para 78,8% dos pescadores e 100% dos catadores, ou seja, vai depender do que eles conseguem do mar ou mangue. A renda é fixa para 7,5% dos pescadores, nesse caso, ele atua como ajudante de um outro pescador e este lhe paga um percentual fixo, pré-determinado. O pagamento por comissão é feito através de um acordo entre as partes, onde o pescador, depois de contabilizar os custos, retira um percentual da venda do pescado, como exemplo, 30% do valor do pescado.

Como nos diz o catador de 43 anos Sr. J. C.: “O único rendimento dessa população é o caranguejo, se acabar não tem como viver”.

TABELA 4.22: RENDA X DURAÇÃO DA JORNADA

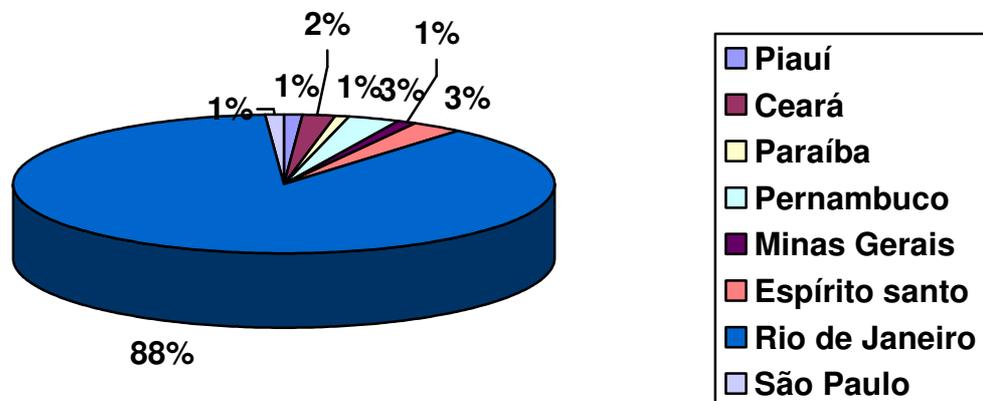
Renda	12h16h		16h24h		8h12h		Ate 8h		Nmenc		Total
Não mencionado	4	11.8%	0	0%	1	1.8%	0	0%	0	0%	5%
A	2	5.9%	0	0%	2	3.5%	0	0%	0	0%	4%
B	8	23.5%	1	20%	12	21.1%	1	50%	1	50%	23%
C	2	5.9%	1	20%	6	10.5%	0	0%	1	50%	10%
D	10	29.4%	2	40%	18	31.6%	0	0%	0	0%	30%
E	2	5.9%	0	0%	11	19.3%	0	0%	0	0%	13%
F	1	2.9%	1	20%	1	1.8%	0	0%	0	0%	3%
G	5	14.7%	0	0%	6	10.5%	1	50%	0	0%	12%
Total	34		5		57		2		2		100%

- 29.4% dos trabalhadores que desempenham uma jornada de 12 horas à 16 horas recebem 2 salários mínimos e outros 23.5% recebem 1,5 salários.
- Dos 12% que recebem mais de 3 salários, 50% trabalha entre 8 à 12 horas.
- Para o grupo que tem uma maior jornada de trabalho, ou seja, de 16 à 24 horas, 40% recebe até 2 salários, 20% recebe 1 salário e outros 20% recebe 1,5 salários mínimos. Observa-se também que não existe nenhum trabalhador com essa jornada com salários acima de 3 mínimos.
- À partir desse fato pode-se dizer que o aumento da jornada não vai proporcionar diretamente o aumento da renda. Existe outros fatores que vão influenciar diretamente a melhor produtividade desse trabalhador.

À partir da análise dos questionários têm-se o perfil desse trabalhador :

PERFIL DO PESCADOR E DO CATADOR

Gráfico 4.23: Quanto a naturalidade



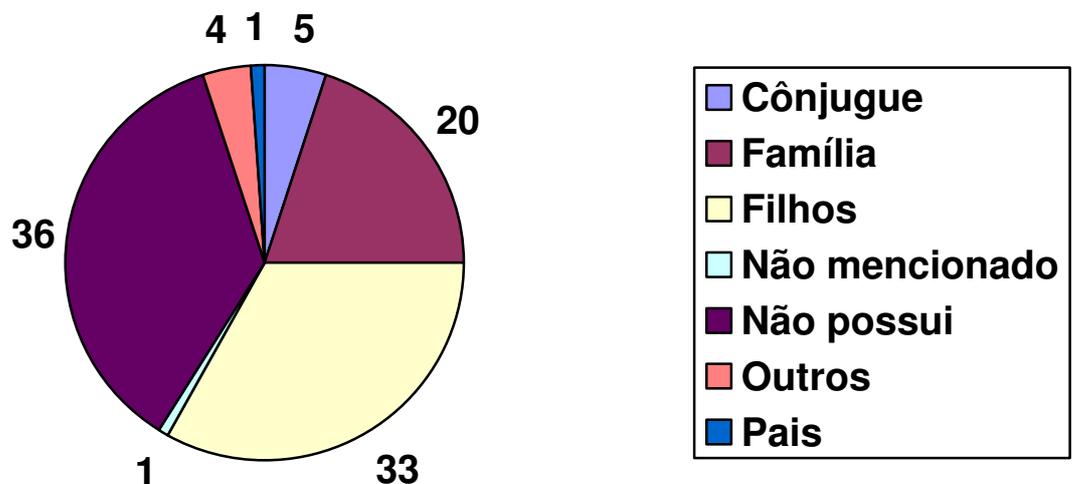
- A maioria absoluta é natural do Rio de Janeiro, o que pode denotar uma atividade bem voltada para as comunidades que se instalaram ao entorno da Baía e que deste ambiente mantém-se fiéis, talvez porque não possuem alternativas.

- 64% dos entrevistados possui dependentes e estes são os familiares. Um fator importante para se ter uma real dimensão do valor do seu trabalho, pois é dele que muitas pessoas dependem para sobreviver.
- 67,5% dos trabalhadores possuem dependentes enquanto que para o pescador esse percentual é de 50%.
- A maior parte dos pescadores e catadores de caranguejo se mantém no grupo dos casados(61%) e 24% são solteiros.
- 80% dos entrevistados diz que a esposa ou companheira não trabalha. Os 80% que disseram que a companheira não trabalha inclui também os que não têm companheiras. A grande maioria é responsável em manter a família.

Os pescadores também questionam a ausência de projetos governamentais que atendam as suas necessidades e facilitem a atividade de pesca, como nos diz o Sr. L. S. de 50 anos:

“O governo poderia olhar mais o nosso trabalho, pois nada é feito por aqui”.

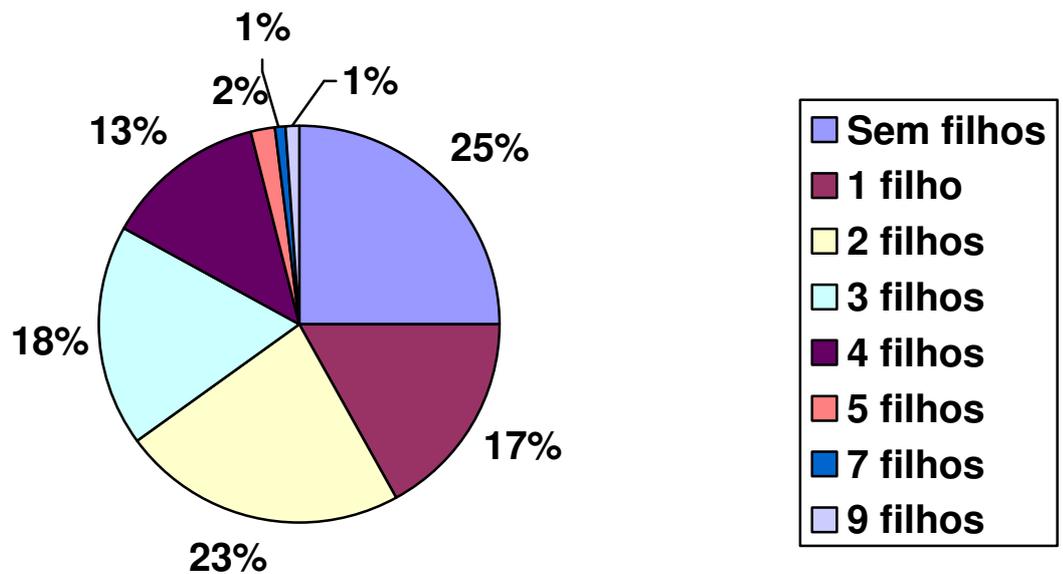
Gráfico 4.24: QUANTIDADE DE DEPENDENTES



- Dos que possuem dependentes a maioria é responsável em manter filhos (63%) e outros familiares, alguns desses familiares participam do processo da pesca de uma forma direta ou indireta. Como ajudante no barco, na venda do pescado ou do caranguejo, na limpeza do peixe ou na manutenção do barco e reparos de redes e outros artefatos de pesca.

- 36% disseram não possuir nenhum dependente. A pesca é uma atividade de forte tradição familiar e que praticamente conduz várias gerações por o mesmo caminho.

Gráfico 4.25: NÚMEROS DE FILHOS



- 25% não possuem filhos
- 40% possuem até dois filhos e 31% possuem até 4 filhos.

Os filhos herdam dos pais as noções para continuarem o trabalho que desenvolvem sem ter uma perspectiva melhor de vida como relatam os pescadores Sr. J. G. de 42 anos: “Filho de pobre o futuro é ser miserável”, e Sr. M. de 34 anos: “Filho de pescador desde pequeno começa a pescar”.

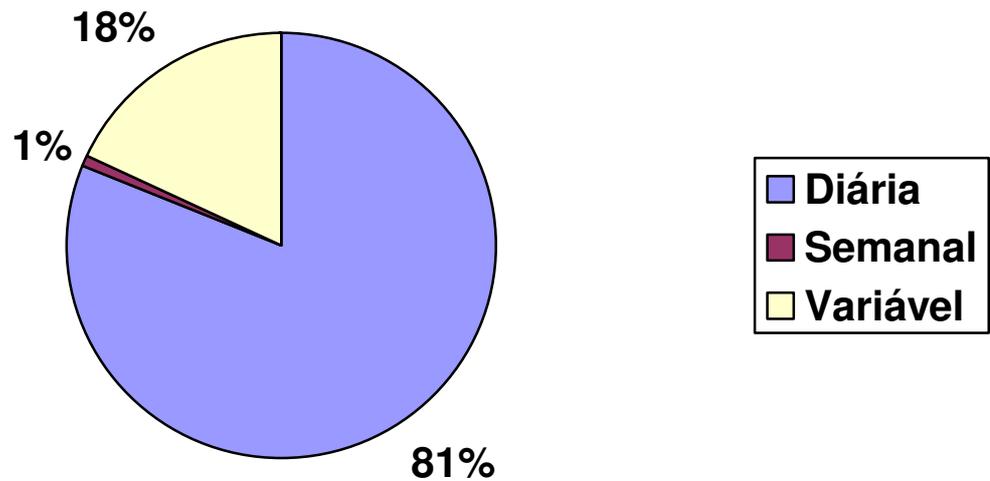
- 65% do trabalhador é independente, ou seja, que não paga a sua autonomia. A autonomia é obtida através do pagamento de um carnê com uma contribuição mensal, que pode variar de acordo com o salário estipulado. Muitos como não têm renda fixa, não conseguem pagar o benefício, que lhes asseguraria uma melhor renda futura. A autonomia não é obrigatória para o pescador e o catador, o importante é o seu licenciamento e a sua filiação a uma colônia de pescador.

- 49% dos pescadores e catadores da amostra possuem licença para pescar enquanto outros 49% não possuem. A licença para pescar é umas das poucas garantias que o pescador tem. É através da licença que o pescador pode receber o defeso e comprovar sua atividade de pesca.
- Quando é feita a comparação entre as ocupações observa-se que, 75% dos catadores não possuem licença enquanto que para o pescador esse percentual é de 42,5%.É um percentual muito alto visto que é uma das necessidades básicas desse trabalhador.
- 68,8% dos pescadores já estiveram no setor formal para 40% dos catadores que também já passaram por este setor.
- A maioria (66%) não possui registro de autonomia. Pagar a autonomia para muitos é algo muito difícil, pois eles têm dificuldade de juntar qualquer montante. Basicamente o dinheiro arrecadado é usado nas suas necessidades básicas diárias.

- Dos que trabalharam no setor formal, 51% esteve no setor terciário.Para 36% que nunca tiveram um emprego formal. O setor secundário corresponde a 8% e o primário a 5%.

Muitos desses trabalhadores gostariam de ter a carteira assinada, mas a falta de oportunidade no mercado formal não os estimulam, como relatam os pescadores Sr. R. A. de 32 anos: “ É importante ter carteira pois tem direito a tudo” e o Sr. J. G. de 50 anos: “As perspectivas são as melhores, mas a realidade é outra”.

GRÁFICO 4.26: QUANTO À FORMA DE REMUNERAÇÃO:



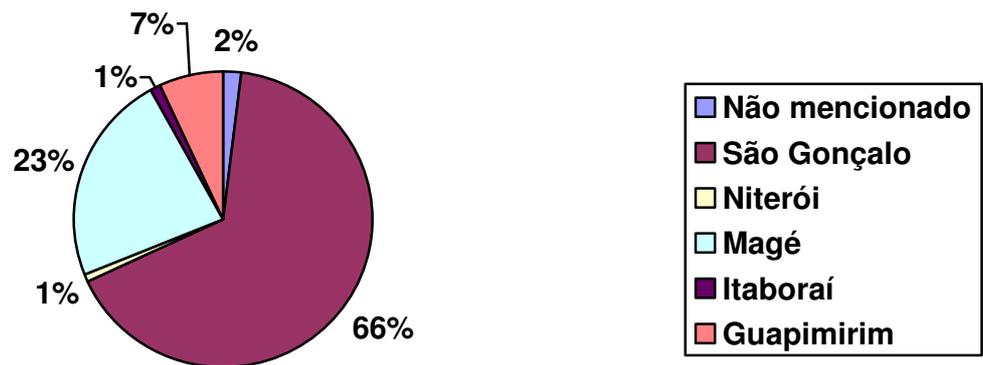
- A forma de remuneração mais utilizada é a diária (81%), que consiste em vender o pescado logo assim que se chega na praia, através de leilões (foto 8) ou venda direta para o atravessador. A procura nesses locais de desembarque de pescado é grande. Ainda antes de amanhecer, muitas pessoas já se encontram nesses locais para pegar o seu peixe fresco, por um preço bem mais barato. Quando sobra, alguns pescadores vendem nas ruas e feiras da região.
- Esse mercado movimentava um grande número de comerciantes, como donos de peixarias, bares e restaurantes da região. Paralelo a isso existe a venda do gelo, que é feita na praia ou bem próxima a ela. 18% diz que a forma de remuneração é variável e apenas 1% diz ser semanal.



Foto 10:Leilão dos pescadores em Gradim, ao amanhecer

Esses trabalhadores não têm salário fixo, contam com a sorte para cobrirem as despesas, como nos diz o pescador de 42 anos Sr. Sebastião: “Só tenho salário se saio para pescar, se a produção é baixa às vezes não cobre nem o gelo e o óleo do barco”.

GRÁFICO 4.27: QUANTO AO TIPO DE RESIDÊNCIA:



- Os pescadores em sua maioria (58%), moram em casa própria, em geral, próxima a praia, ou mesmo, em alguns casos em áreas na própria praia. Muitos são posseiros e outros vivem em terrenos da Marinha. As casas são bem simples ou apenas barracos improvisados (Foto 11). Ali guardam seus apetrechos da pesca, os isopores e materiais necessários do dia-a-dia. Já os catadores de caranguejo moram também próximo ao mangue, em áreas mal saneadas e insalubres. Alguns mantêm casa ou barracos próximos a rios da região, sofrendo perdas em épocas de cheias e enchentes.
- Comparando as duas ocupações, 58,8% dos pescadores disseram morar em residência própria. Para o catador esse percentual foi de 55%.

Muitos pescadores não pensam no futuro, nem fazem planos, como nos diz o Sr. D. de 52 anos: “Minha esperança é continuar levando a vida, até quando Deus quiser”.

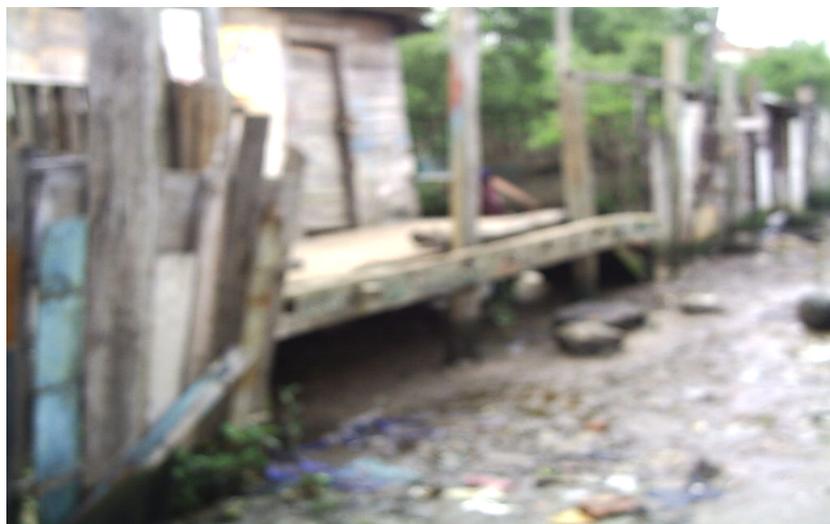
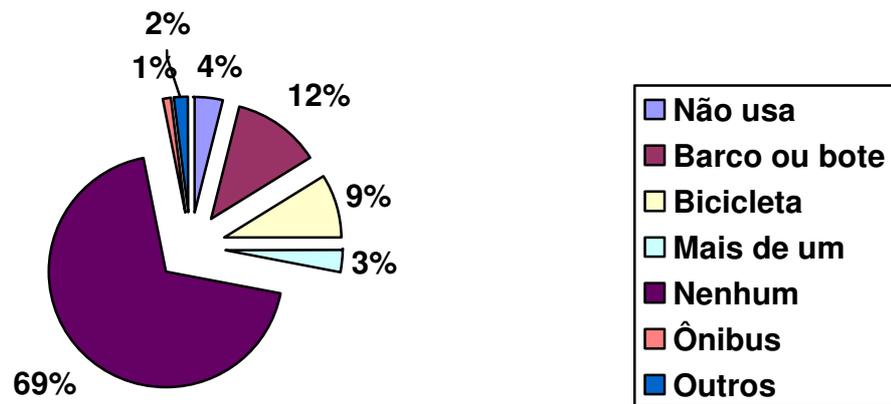


Foto 11 – moradia dos pescadores que vivem em barracos improvisados

TABELA 4.28: QUANTO AO TRANSPORTE OBSERVA-SE QUE:



- Como a maioria mora perto do ambiente de trabalho não usa nenhum tipo de transporte (69%). Os barcos são muito usados para os catadores de caranguejo (12%), que passam pelo rio Caceribu para chegar ao local ideal para a coleta do caranguejo. A questão de estar próxima ao mar é muito importante, devido ao alto custo do transporte que aumentaria em muito o valor do pescado e também pela facilidade em manusear todos os apetrechos de pesca e de manter o barco perto de casa.
- A maioria trabalha e atua no mar (73%) e 16% atua apenas no mangue.

Os pescadores enfrentam muitas dificuldades com a instabilidade do mar, como nos diz o pescador Sr. J. L. de 40 anos: “Quando a maré está baixa, tem que largar o barco lá em baixo, se tivesse uma ponte, facilitaria a nossa vida”.

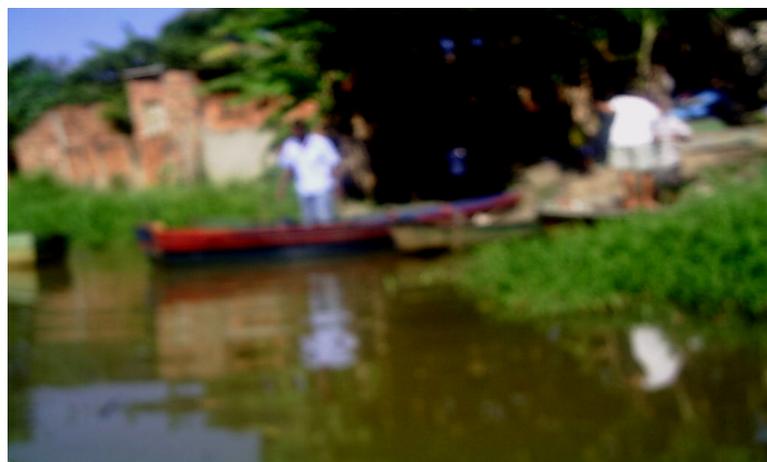
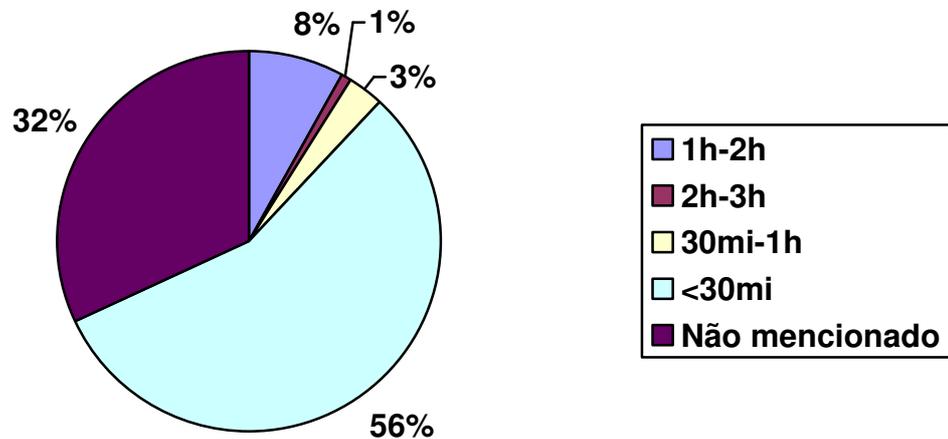


Foto 12: local de embarque e desembarque de catadores, em

Itambi/Itaboraí

Tabela 4.29: Quanto ao tempo gasto para se deslocar para o trabalho:



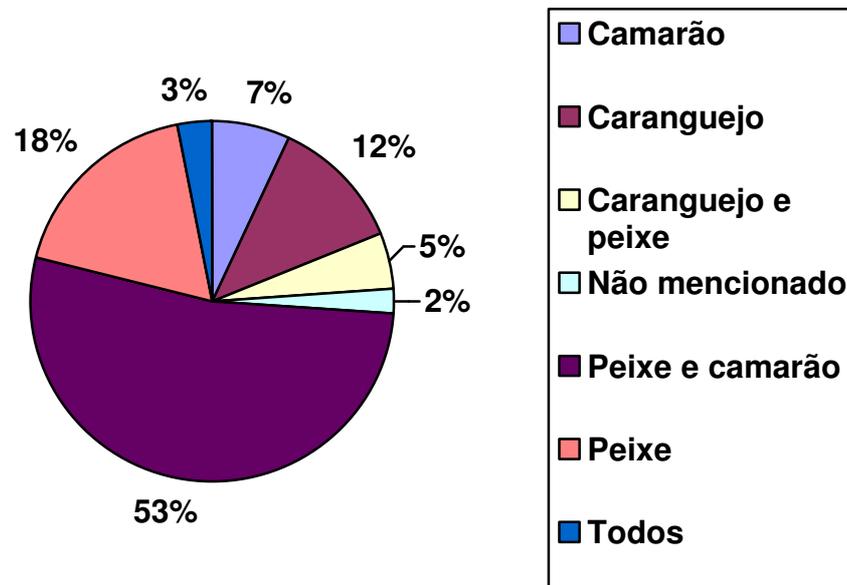
- Como a maioria mora próximo ao mar, o tempo gasto é bem pequeno, ou seja, 56% leva menos de 30 minutos.
- 66.3% dos pescadores gastam até 30 minutos para chegar ao local do trabalho. Isto porque, em geral, eles moram bem próximos a praia. Já para o catador o tempo gasto é maior, 30% disseram gastar de 1 a 2 horas até o local de trabalho, o mangue (foto 13).

Para o Sr. G. pescador de 45 anos “É importante ter carteira assinada, mas para a pescaria o importante é ser legalizado”.



FOTO 13 – Resultado de um dia de pesca

Gráfico 4.30: QUANTO AO TIPO DE PESCADO:



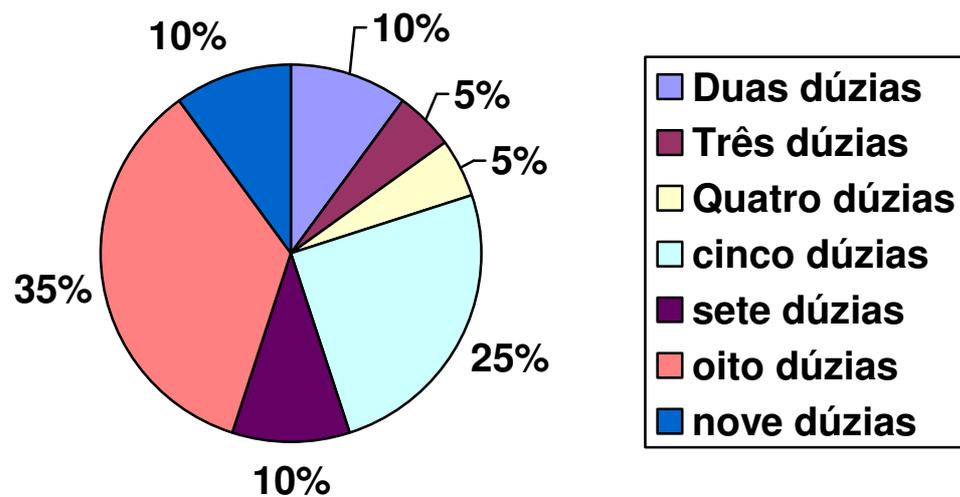
- A maioria pesca peixe (foto 14) e camarão (53%). Geralmente na safra do camarão todos pegam camarão. Nesse período o pescador precisa se adequar ao tipo de pesca e aos apetrechos exigidos. O tipo de pescado vai determinar os apetrechos e as técnicas da pesca.
- 12% disseram só pegar ao caranguejo. A cata de caranguejo é muito específica e limitada apenas para os catadores. Não é nada fácil entrar no mangue para catar caranguejo, a técnica e experiência são fundamentais.
- 7% se dedicam a pesca de camarão, nesse caso só possuem apetrechos para esse tipo de pesca.

A poluição diminui a pesca e ameaça o sustento de centenas de família, como nos diz o Sr. M. A., pescador de 15 anos: “O que atrapalha muito é a poluição”.



Foto 14: A sardinha sendo pesada e vendida

GRÁFICO 4.31: QUANTIDADE DE CARANGUEJOS/DÚZIAS/DIA



- O catador de caranguejo relata que é muito difícil precisar a quantidade de caranguejo que consegue pegar em suas idas ao mangue. 35% diz que consegue pegar até 7 dúzias de caranguejo diariamente. Para 45% dos catadores dessa região consegue-se até 5 dúzias de caranguejos diariamente.
- Esse caranguejo é geralmente armazenado para ser vendido nos finais de semana, nas feiras e ruas da cidade, nesse caso consegue-se um preço melhor do que o oferecido pelos atravessadores que compram o caranguejo diretamente nos domicílios dos catadores.

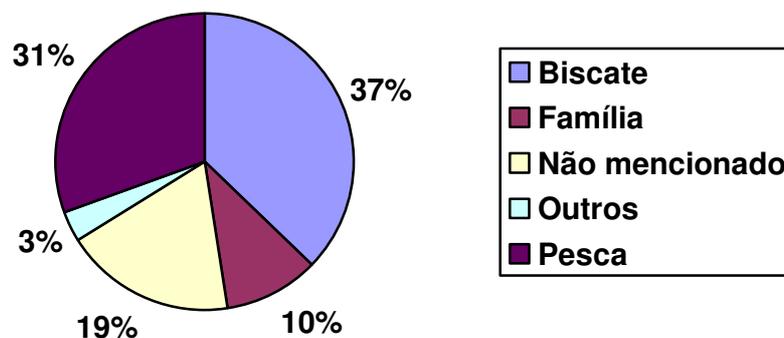
- A procura de caranguejos é grande nesses pontos, onde há mulheres, crianças e catadores de todas as idades, tentando vender todo seu caranguejo, para não precisar voltar com ele e assim ter prejuízo. Há muita negociação entre as partes para se chegar a um preço final. A cordinha com 1 dúzia de caranguejos pode ser encontrada por R\$ 12,00 à R\$ 15,00 (os maiores), e na residência do catador se vende por R\$ 8,00 a R\$ 10,00.
- O catador, em geral, só cata caranguejos durante a semana. Nos finais de semana eles se dedicam a venda.
- Na época do defeso ainda é possível encontrar caranguejo em muitos desses locais. São catadores que ainda não percebem a importância de preservar o ciclo do caranguejo e da sua própria subsistência.

Quando não encontram no mar o suficiente para atender suas necessidades os pescadores realizam outras atividades como nos diz o Sr. M.J. de 75 anos: “Às vezes desaparece o camarão ou o peixe, aí tem que procurar outra atividade”.



Foto 15- área de atracação dos barcos

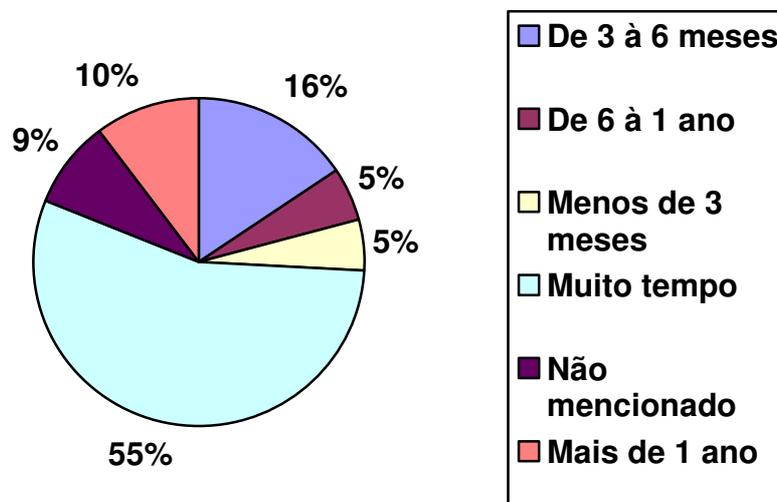
GRÁFICO 4.32: COMO SE MANTEVE QUANDO ESTAVA DESEMPREGADO?



- Os pescadores recorrem a biscates(37,3%), a ajuda de familiares(10,2%) e a própria pesca(30,5%) para se manter. Para quem não possui formação profissional e escolaridade suficiente para ingressar no mercado, são poucas as opções de vida e de trabalho. Nesse caso o setor informal abriga um exército de pessoas que não tiveram melhores condições de vida e educação quando jovem, e hoje se vêem num ciclo do desemprego e subemprego.
- Para muitos o desemprego já faz parte da vida desse trabalhador.

Com o acidente na baía de Guanabara em 2000 provocado pelo derramamento de óleo, muitos pescadores relatam que a situação dos que sobrevivem da pesca piorou: “Cada dia a vida está pior, depois do acidente as coisas pioraram muito por aqui”. (Sr. A. F. S. de 55 anos)

GRÁFICO 4.33: QUANTO TEMPO ESTEVE DESEMPREGADO



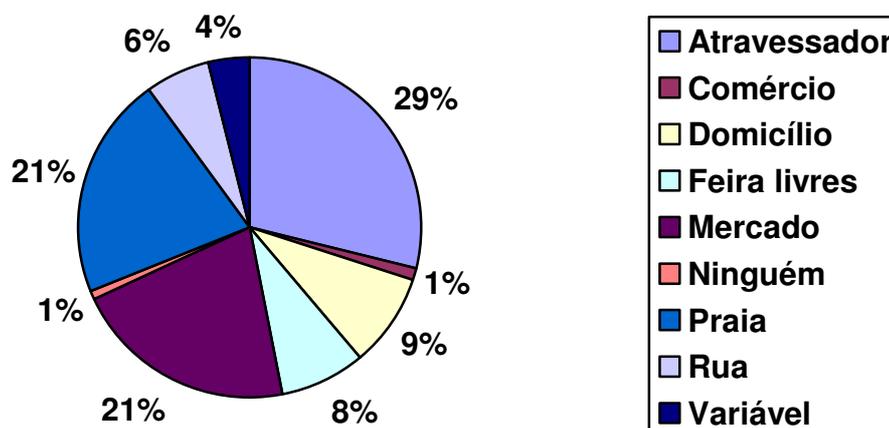
- Do total de desempregados, a maioria (55,2%) esteve ou está muito tempo sem emprego. Uns se consideram eternamente desempregados e têm a pesca como uma forma de atender a sua subsistência, mas gostariam de ter um emprego formal que pudesse lhes oferecer melhores condições de vida e uma maior estabilidade.

O catador demonstra ansiedade em arrumar um novo emprego: “Espero arranjar um emprego, pois o mangue é só um meio de sobrevivência”. (Sr A.A. de 47 anos)



Foto 16 – O Pescado é deixado a amostra esperando o melhor lance

GRÁFICO 4.34: PONTO DE VENDA DO PESCADO



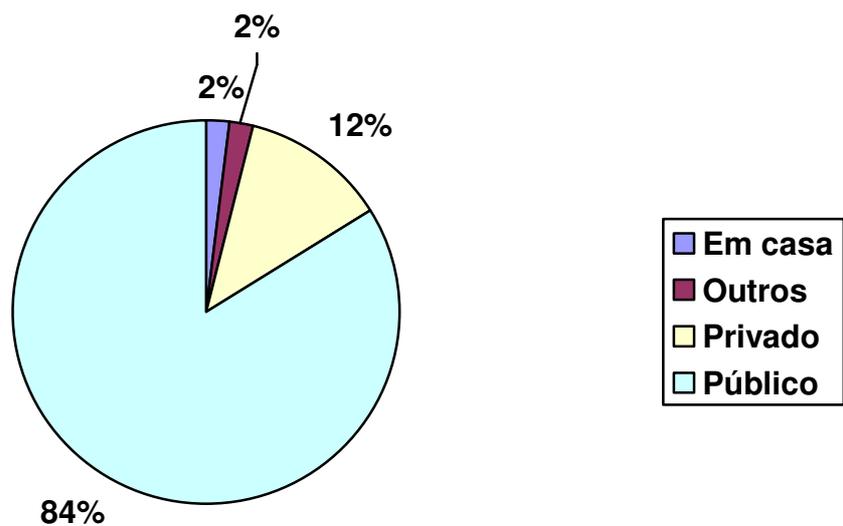
- Há vários pontos de venda, porém a presença do atravessador é bem marcante nesse processo (29%). Muitos pescadores preferem vender seu pescado assim que chegam na praia (21%), nos leilões e para os atravessadores, pois já chegam muito cansados para procurar um valor melhor na cidade. O preço do pescado pode variar bastante em relação a quantidade capturada. Em boas épocas o preço do pescado é vendido bem abaixo para os atravessadores, que revendem com valores muito acima. Os pescadores ficam nas mãos dessas pessoas que exploram o trabalho e conseguem obter assim, um lucro fácil.
- A maioria (84%) vende o pescado diariamente, nos pontos de venda especificados anteriormente, pois não possuem local para armazenar e congelar o pescado. O mercado São Pedro em Niterói também tem muita procura.
- O catador geralmente vende no final de semana, nas feiras e ruas da cidade. Alguns já possuem comprador definido, como boa parte dos catadores, que pegam o caranguejo na

própria casa (9%). São os restaurantes especializados no preparo do caranguejo. A presença feminina das vendedoras de caranguejo é bem grande, elas podem ser vistas também nas atividades de preparo das redinhas (foto 17), desfiando sacos de nylon para a captura do caranguejo.



Foto 17: a catadora desfia sacos de nylon para a preparação das armadilhas para o caranguejo

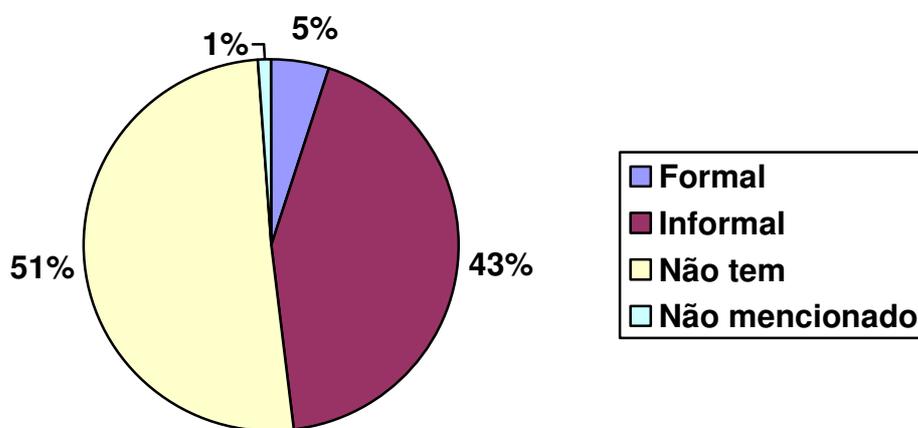
GRÁFICO 4.35: QUANTO AO ATENDIMENTO MÉDICO



- Os pescadores e catadores de caranguejo recorrem ao serviço público para atendimento médico (84%). Muitos reclamam do péssimo atendimento dos hospitais e postos de saúde da região, da falta de médicos e serviços especializados.
- Para 12% desse total que consegue pagar uma consulta popular quando está doente, ou que paga um plano de saúde, também popular, sabe da necessidade e da falta de serviços médicos.
- Os postos de saúde nas proximidades não funcionam adequadamente, não têm médicos especialistas e em geral tem um quadro de funcionamento muito restrito.

Os pescadores como uma grande parte da população brasileira sofre com os atendimentos na área da saúde. A pescadora de 52 anos W. P., entrevistada em janeiro deste ano, faleceu, no início do mês de setembro, vítima de uma parada cardíaca, segundo a mesma, no momento da entrevista, gozava de plena saúde. Como nos diz o pescador Sr. J. G. de 42 anos: “São muitas as tormentas do pescador”.

GRÁFICO 4.36: A SEGUNDA OCUPAÇÃO

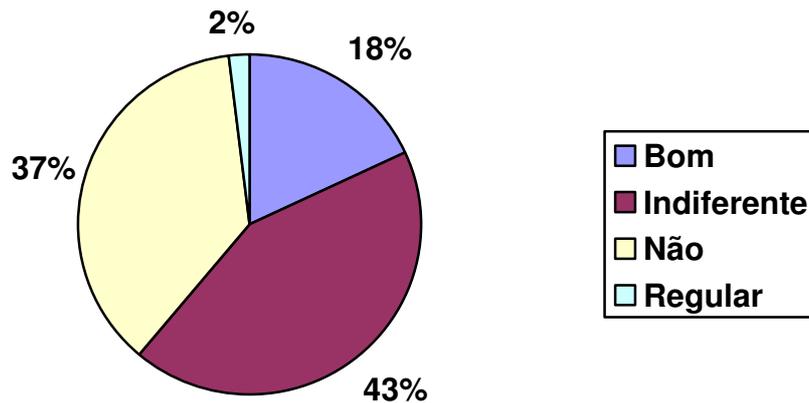


- 51% não possui segunda ocupação, ou seja, retiram da pesca ou da cata de caranguejos o seu rendimento diário e conseqüentemente a sua subsistência. Os 43% que possuem a segunda ocupação, também se insere no setor informal, desempenhando atividades como biscateiro, servente de obras, ajudantes, faxineiro, ambulante e outros.
- Para muitos que não têm escolaridade e formação profissional, a pesca é o único refúgio do desemprego e da fome, para pescar além dos ensinamentos básicos é necessária muita disposição para enfrentar todas as adversidades da função. Na época do defeso é maior a

procura por outra atividade. Além dessas citadas, muitos pescadores se especializam pelo fabrico de redes e manutenção de barcos.

- Apenas 5% desse total têm uma segunda ocupação formal, e tem a pesca como forma de complementar a renda, ou seja, a ocupação formal é insuficiente para manter todas as suas despesas.

GRÁFICO 4.37: RELAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

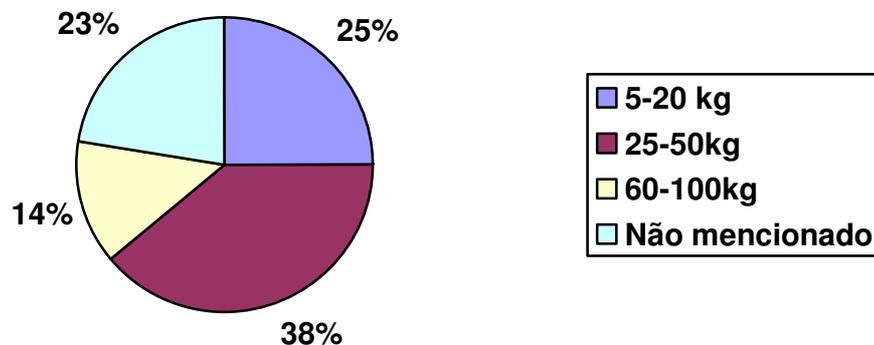


- Para a maioria dos pescadores e catadores de caranguejo a relação com os órgãos de fiscalização é indiferente(43%), muitos desconhecem órgãos como o Ibama e a Capitania dos Portos. Para 18% a relação é boa.
- 80% diz que tem uma boa relação com os pescadores e 12% como cordial, para 3% essa relação é indiferente e apenas 5% diz ser ruim. Os pescadores têm uma boa relação entre si, há uma certa colaboração entre eles, é uma necessidade da própria ocupação.

Os catadores não trabalham em conjunto, há uma grande individualidade entre eles:

“Cada um faz o seu trabalho, cada um por si”. (Sr. A., 47 anos).

GRÁFICO 4.38: A MÉDIA DE QUILOS DE PEIXE/DIA:



- Pelo que foi relatado pelos pescadores é extremamente difícil precisar quantos quilos de pescado se consegue abater por dia. Às vezes o pescador sai sem nada do mar, outras vezes é pescado uma quantidade insuficiente para pagar o óleo e o gelo. O esforço, um pouco de sorte e a própria experiência são necessários para que ele possa precisar o momento e o local certo do lançamento da rede. Em épocas boas, onde a pesca é farta, o pescador consegue fazer um dinheiro para o conserto do barco ou para a compra de uma nova rede. Porém, quando há muita oferta o preço do peixe também cai.

- 31% disseram pegar em média de 25 a 50 quilos de peixe ou camarão.

- Os pescadores reclamam da diminuição da pesca e do aumento do número de pescadores na região, isso faz com que a cada dia se pegue menos peixe.

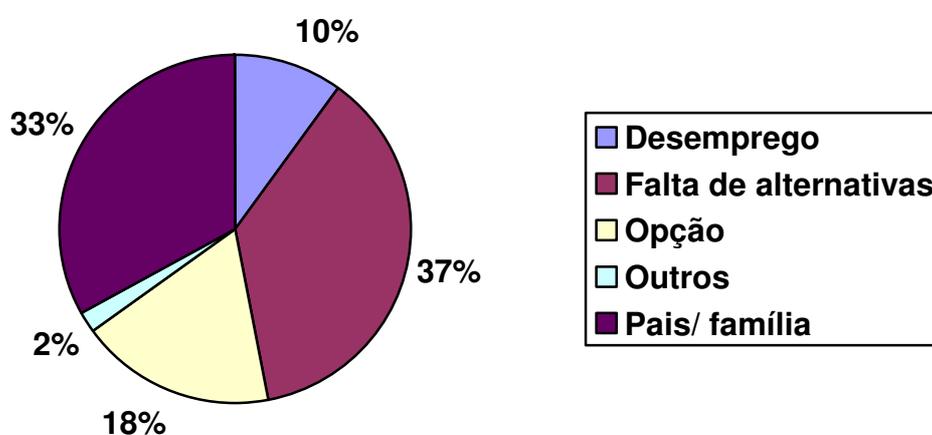
Os pescadores também reconhecem ao empréstimo pessoal: “O atravessador explora muito”. (Sr. J. R. / catador/ 46 anos)

“Tinha que ter uma cooperativa com uma linha de crédito para o pescador poder comprar seu barco”. (Sr. A. B. F. / pescador/ 51 anos)

- A renda é sempre bem variável, às vezes o pescador não consegue nada. A maioria dos pescadores e catadores da região recebe até 1 salário mínimo e meio mensalmente. Para muitos é extremamente difícil precisar o rendimento mensal. “As vezes agente não consegue nada”. (Sr. A./ catador/ 42 anos)

- 63% já estiveram no setor formal, que para muitos representa uma garantia de vida melhor, segurança e a certeza do salário. A incerteza do salário é uma das maiores preocupações do pescador e do catador de caranguejo.
- 50% voltaria ao setor formal, devido ao melhor salário e as garantias trabalhistas. Ser pescador é conviver com as incertezas do dia-a-dia. Para quem já se acostumou com o mar ou o mangue e com a liberdade de trabalhar por conta própria, não abandona a função, mesmo diante de tantas dificuldades.

GRÁFICO 4.39: QUAL O PERCURSO DO TRABALHADOR PARA DESEMPENHAR TAL FUNÇÃO



- O pescador e o catador de caranguejo geralmente desempenham estas funções devido, principalmente, a falta de alternativas (37%) e aos conhecimentos passados pela própria família nestas atividades (33%). A maioria dos pescadores e catadores tem pais ou possuem algum membro da família que passou os primeiros ensinamentos do mar e das técnicas de pescaria ou catação, ainda em criança. Inicialmente a pesca pode ter sido apenas como lazer ou a complementação da renda familiar e depois como profissão e seu

sustento. Para 10% da amostra o desemprego foi o motivo para desempenhar tal função e 18% estão como opção de vida.

- 52% dos pescadores e catadores de caranguejo não se afastaram do trabalho por motivo de doença e de acidente. Porém a maioria precisa trabalhar mesmo doente ou acidentado, devido a sua condição trabalhista. Durante as entrevistas foi observado que alguns trabalhadores estavam doentes ou tinham sofrido acidentes recentes, porém relataram que, não podiam deixar de trabalhar. 13% já se afastaram por acidente e 35% por doença. Os acidentes mais comuns são com a embarcação ou com o ferrão do bagre. No mangue são cortes com a própria foice e picadas de animais.

A realidade cruel desses trabalhadores é retratada nessas falas: Se você parar quando tiver doente ou acidentado vai morrer de fome “. (Sr. J.)

“Meu barco já virou várias vezes, já fiquei a deriva por mais de uma hora, esperando salvamento. Os acidentes são comuns, quase perdi a perna no motor do barco...”. (Sr. S.)



Foto 18- barcos dos pescadores

Os pescadores e catadores de caranguejo podem ter vários agravos a sua saúde devido as condições de trabalho. 44% do total disseram ter algum tipo de doença ou reclamação.

TABELA 4.40: AGRAVOS A SAÚDE

Doença	freq
Coluna e dores nas costas/hérnia de disco/joelho	18
Pneumonia e tuberculose	9
Hipertensão/coração	7
Gastrite, úlcera, problemas no estômago	5

Problemas na perna/varizes	4
Seqüelas c/ acidente de barco	4
Dores de cabeça, cansaço e sono	3
Visão	2
Íngua e hérnia	2
Doenças infecto-contagiosas(Hepatite,leptospirose)	2
Estresse e alcoolismo	2
Cálculo renal	1
Alergia	1
Câncer	1
Diabete	1
Total	44

- Dos 100 entrevistados, 44% apresentaram algum tipo de agravo na sua saúde. Sendo que deste total 18 têm queixas com relação a dores de coluna, costas e joelhos. 9 pessoas já tiveram pneumonia ou tuberculose e 7 têm problemas no coração ou hipertensão.
- 47.5% dos pescadores têm alguma queixa de doença enquanto que para o catador esse percentual é de 25%.
- Os pescadores relatam que pegam muito peso e que o ato de lançar e puxar a rede várias vezes provoca muitas dores nas costas, coluna e braços. Os problemas circulatórios, relatados por 7 trabalhadores, como dores na perna e varizes também são conseqüências de estar muito tempo com a mesma postura.
- Os problemas gastro-intestinais como úlceras e gastrites foram indicadas por 5 trabalhadores. Esses males estão relacionados com a má alimentação, períodos longos sem alimentação e problemas emocionais que são refletidos em dores, azia e mal estar no estômago.
- Outra reclamação desse trabalhador é em relação a problemas no sistema respiratório, 9 casos de pneumonia e tuberculose. É um fato preocupante, pois são doenças infecto-contagiosas e perigosas. Uma das causas da disseminação desse mal é a friagem e as mudanças repentinas de temperatura no mar. O pescador e catador se expõem muito a essas condições e ainda está mal alimentado, agravando mais esse problema.
- Um problema muito sério, mas relatado apenas por um pescador é o alcoolismo. Ficou evidente durante as pesquisas que o pescador utiliza o álcool como forma de amenizar seus problemas e conseguir suportar as adversidades. Muitos pescadores levam para o mar sua bebida para “se esquentar” e “passar o tempo”, outros continuam bebendo depois

da venda do pescado na praia ou nos leilões. O resultado disso é o agravamento dos males e uma maior exposição aos riscos já tão grandes.

- Dores de cabeça, sono e estresse são sintomas que podem indicar uma doença ou mesmo uma sobrecarga de trabalho. A exposição ao sol durante boa parte do dia provoca essas dores assim como problemas na visão (2 pessoas).
- A hipertensão e problemas no coração são relatados por 7 trabalhadores. Esses males podem ser agravados devido ao tipo de trabalho e esforço físico que se submetem. Seria necessário um acompanhamento maior assim como melhores condições de trabalho.
- 4 trabalhadores relataram seqüelas com acidentes de barcos. Esses acidentes nunca são notificados, o que dificulta uma identificação mais clara da periculosidade dessa atividade. Vários pescadores e catadores tinham algum ferimento no corpo devido as suas atividades no mar ou mangue.
- Foram relatados 2 casos de doenças infecto-contagiosas, hepatite e leptospirose. Essas doenças são transmitidas pela água contaminada. A falta de saneamento favorece a disseminação dessas e outras doenças infecto-contagiosas.

“Já vi vários colegas morrerem no mar, afogados, por raios e baleados. Eu mesmo já fui recebido por tiros várias vezes, quando me aproximo das ilhas da Marinha, pois lá é proibido pescar, mas às vezes é lá que se encontra um grande cardume. Arriscamos a nossa vida para conseguir trazer mais peixe. Desligamos o motor e ficamos bem quietinho até puxar a rede, às vezes, eles nos vêm e temos que sair rapidinho para não morrer”.

Sr. S. / pescador/ 42 anos

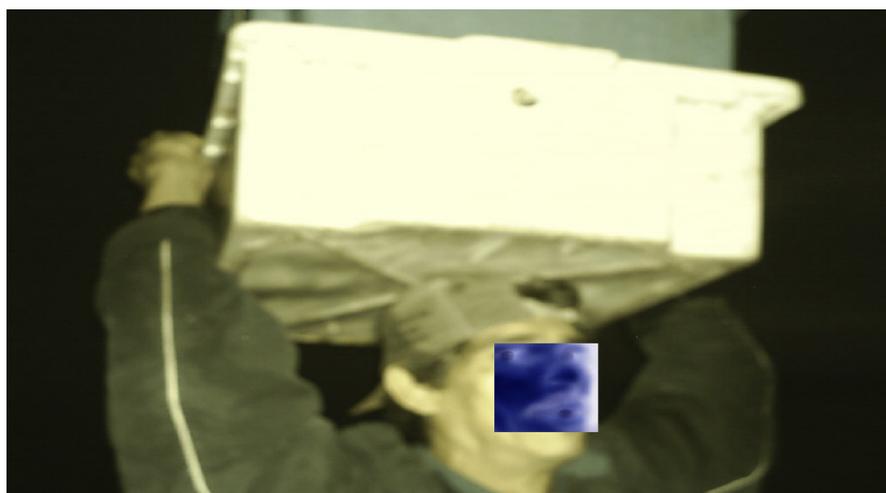


Foto 19: pescador desembarcando o seu pescado ainda de madrugada

Para os pescadores e catadores existem diversas medidas que poderiam ser tomadas para melhorar as condições de vida dos pescadores e catadores de caranguejo.

TABELA 4.31:Medidas que deveriam ser tomadas

Medidas	freq
Despoluição da Baía e limpeza dos canais/saneamento básico	18
Cooperativa, freezer p/ pescadores,municipalizar assoc. de pesca	14
Financiamento e crédito para pescadores, maior diálogo.	13
Ajuda do Governo, da Petrobrás, prefeitura e outros.	10
Construção de ponte e cais, barca de S. Gonçalo, melhor acesso p/ catadores.	8
Maior fiscalização, melhor relação com a Capitania.	7
Capacitação de pescadores, documentação, defeso, informações.	7
Assistência médica, plano de saúde, cesta básica.	6
Acabar com arrastos pesca predatória e traineiras.	4
EPI(roupa de aliado e outros)e materiais de pesca mais baratos	3
Respeito pelo pescador, união da categoria.	3
Está bom, já vê melhorias.	3
Não sabe	3
Geração de empregos, menos burocracia.	3
Melhoria do bairro/ valorização do bairro	2
Aproveitamento de pescadores e catadores para limpeza da baía	1
Total de entrevistas	100

- São muitas as medidas que deveriam ser tomadas pelos órgãos públicos e pelos próprios pescadores e catadores. A criação de cooperativas onde o pescador pudesse levar seu pescado e poder vendê-lo com um preço melhor, sem atravessador. Onde teria espaço físico para armazenar e congelar seu pescado. Isso é possível com a união da categoria e a diminuição de burocracia que impede o seu avanço. A outra medida importante é facilitar o canal entre as colônias e o pescador, para que este possa ser regulamentado e não ter problemas para receber seu defeso.
- Para que essa categoria possa ter melhores condições é necessário investimentos, e para isso é importante ter linhas de crédito com condições especiais para esse pescador poder trabalhar.

- Para o pescador e catador, a despoluição da Baía de Guanabara é tão necessária como o ar que se respira. Para isso há de se fazer presente mecanismos mais eficazes e transparentes. Onde a verba não seja usada e desviada para inúmeros fins, como temos assistido. Para quem vive realmente da pesca, além da despoluição é necessário acabar com a pesca predatória e as traineiras dentro da baía. O período de defeso deve ser obedecido assim como a cata de caranguejos fêmea. São medidas que visam preservar a sobre-vida dessas atividades na baía.
- O pescador pode ser importante em projetos de limpeza da baía e de recuperação do mangue. Eles dizem que quando pescam vem sempre muito lixo em suas redes, e eles acabam jogando de volta no mar (foto 14). Por que não remunerar por essa pequena e silenciosa limpeza?
- Devido ao assoreamento as praias de fundo da baía estão perdendo área, e os pescadores não tendo um cais ou uma ponte precisam deixar seus barcos bem longe da praia e caminhar pela lama com todos os seus apetrechos e o seu pescado. A falta de cais dificulta ainda mais a vida desse trabalhador.



foto 20: As moradias dos pescadores, em área de degradação e abandono.

TABELA 4.42: QUANTO ÀS VANTAGENS DO TRABALHO ANTERIOR:

Vantagens	freq
-----------	------

Direitos trabalhistas, estabilidade, segurança, aposentadoria	25
Carteira assinada	21
Sempre foi pescador/catador	18
Salário fixo, melhor salário	16
Não tem	15
Atualmente é melhor	8
Benefícios(ticket, vale transporte, cesta básica, comprar a prazo)	3
Menos cansativo, menor jornada, descanso noturno	3
Melhores condições para a família	2
Total de entrevistados	100

- Para o pescador e catador de caranguejos a principal vantagem do trabalho anterior é a carteira assinada(21), a questão do salário fixo(16) e todos os direitos trabalhistas assegurados(25).A garantia do trabalho e do salário é vista como uma segurança, e muitos não querem perdê-la.
- Do total de pesquisados 18 sempre foram pescadores e catadores e nunca tiveram carteira assinada.Para quem era informal em outra função não vê muita diferença ou vantagens, foi o que 15 pessoas relataram na pesquisa.

TABELA 4.43: OUTRAS QUEIXAS:

Queixas	freq
Mau tempo/temporal	55
Acidentes(mat. de pesca, foice, barco, mangue, cortes, garrafas), afogamento	35
Picada de insetos ,cobras , ferrão do bagre/pescado	7
Barcos atrás de balões, riscos da atividade	6
Não têm queixas	6
Falta de garantias, auxílio e de recursos, preço do material de pesca	5
Frio, cansaço e solidão	3
Lixo no mar ou mangue	3
Falta de cais para encostar	1
Total de entrevistas	100

- As principais queixas desses trabalhadores são em relação ao desgaste físico; para 31,3% dos pescadores o desgaste físico é uma preocupação a mais. A quantidade de vezes que eles lançam e puxam a rede pode causar além do cansaço físico, males e doenças dos ossos e coluna. Para 60% do catador de caranguejo o trabalho no mangue é extremamente cansativo. A caminho para o mangue eles necessitam remar muito e depois enfrentar além da lama, os insetos e a própria vegetação local.
- Quanto a queixa de ataque de animais, ela é mais evidente para o catador de caranguejo (30%), contra 5% dos pescadores.
- Para 55% dos pescadores há queixas com relação a embarcação, que vai desde problemas mecânicos a acidentes com outras embarcações. O pescador sem muitos recursos se arrisca no mar com barcos e botes sem nenhuma segurança e em muitas vezes passa por várias dificuldades, sendo auxiliado por outros pescadores.
- 88,8% dos pescadores reclamam do seu trabalho diário e da sobrecarga, para o catador de caranguejo esse percentual é mais alto (95%).

4.4. Discussão dos resultados

A partir da quantificação dos dados e sua posterior análise, é possível entender e traçar um perfil desse tipo de trabalhador. São questões que podem ser importantes para um estudo mais aprofundado da Baía de Guanabara e seus vários aspectos. Falar da Baía de Guanabara sem considerar a intensa atividade pesqueira é sem dúvida, uma falha. A baía ainda sobrevive, isso é um fato. Ainda há chances de se reverter esse processo de degradação, porém não há mais tempo para brigas políticas e falta de atitudes.

A amostra considerada, ou seja, 80 pescadores e 20 catadores de caranguejo, foram estabelecidos com a finalidade de se ter um percentual para as análises posteriores.

É possível comparar as duas ocupações e identificar que o pescador e o catador têm as suas particularidades. São atividades com um grande percentual masculino, a mulher ainda ocupa um pequeno percentual, participando mais como sirizeiras e vendedoras de caranguejo e na limpeza e venda do peixe.

As sirizeiras são mulheres que fazem o beneficiamento do siri, retirando toda a carne do seu corpo para depois ensacá-lo e vendê-lo aos restaurantes da região. Esse tipo de atividade só está restrito a ilha de Itaóca, em São Gonçalo.

O trabalho informal é tido como uma escapatória para o desemprego e a busca da sobrevivência. O catador de caranguejo por sua vez pode ser pescador, em épocas mais difíceis,

onde não se encontra caranguejo. É nessa época que ele também procura outra função, como foi constatado que é bem maior a segunda ocupação do catador do que o pescador. Para essas pessoas que possuem baixa escolaridade a procura de um emprego é muito difícil, e fatalmente o trabalhador desempenhará atividades informais, como biscates, serviços gerais, ambulantes. O desemprego é uma realidade para 62% que recorrem também a ajuda de familiares e amigos para se manterem.

A situação do catador demonstra ser pior do que a do pescador, pois na verdade este encontra uma maior diversidade de espécies no mar. Se não está dando camarão, busca-se o peixe. E são vários os tipos de peixes que ainda resistem nas águas da baía. O catador além de possuir menor escolaridade, vive em geral próximo ao mangue e rios da região e tem uma estreita relação com esse ambiente desde cedo, o que faz disso o seu sustento. Há algum tempo atrás, essas comunidades também cortavam a madeira do mangue para vender nas olarias e padarias da região. Hoje o corte é proibido e todos sabem disso e fazem outras atividades.

Ter a licença dos órgãos de fiscalização é fundamental para que esse trabalhador possa ter o mínimo de seus direitos reconhecidos, porém 42,5% dos pescadores e 75% dos catadores da amostra disseram não possuí-lo. É uma triste constatação, pois isso demonstra uma total falta de controle dos próprios órgãos ambientais na proteção do trabalhador e do ecossistema.

São grandes os riscos que essas pessoas passam diariamente no mar e no mangue. Porém é maior a percepção dos riscos pelos pescadores, que relataram mais situações de perigo, principalmente com relação aos temporais e ventos fortes no mar. Também eles percebem que o próprio barco, é um risco muito grande. A questão da escolaridade está diretamente relacionada com o uso de EPI e a percepção desses riscos. A vida e a saúde são os poucos bens que esses trabalhadores possuem, porém nem sempre eles conseguem atendimento adequado ou suficiente na rede pública da região,

Na saúde é constatada maior reclamação com relação aos problemas articulatorios e neuromusculares, o que evidencia a prática do trabalho desgastante, os problemas posturais e o excesso de carga que geralmente carregam, isso é refletido em dores na coluna, costas, braços e pernas. Há também um número expressivo de reclamações com relação aos problemas digestivos, como gastrites e úlceras, indicando possivelmente problemas de origem alimentar, falta de alimentação ou desgaste emocional. A exposição as condições do tempo também favorece problemas respiratórios como pneumonias e tuberculosas. Os pescadores sofrem com as mudanças repentinas de temperatura e se preocupam com a chegada de frentes frias quando vão para o mar.

Durante as entrevistas, foram observados situações onde se caracterizava o abuso do álcool, vários pescadores logo cedo já se encontravam bebendo antes ou depois de ir para o mar.

As queixas do trabalho excessivo são comuns as duas atividades, mas são os catadores que sentem mais essa sobrecarga. O meio onde ele trabalha requer muito esforço, se deslocar no mangue é um esforço a mais, além de ter remado por entre os canais no mangue para se encontrar o local perfeito para armar as armadilhas. Uns já preferem vender em domicílio devido ao próprio cansaço. São várias as queixas desses trabalhadores, as principais são com relação a acidentes com a embarcação. O bote ou barco utilizados não oferece segurança, pois não possuem equipamento de salvamento e proteção.

São trabalhadores que têm uma grande jornada de trabalho e que em geral, não tem um período de jornada definido, isso vale mais para o pescador, pois o catador trabalha no período diurno.

Em relação a duração dessa jornada, conclui-se que o pescador geralmente precisa de um tempo maior para a captura do pescado e na preparação dos apetrechos. E em geral, é ele que vende na praia e leilões da cidade.

Os pescadores e catadores acreditam que a carteira assinada e todas as garantias trabalhistas como 13º, férias, seguro desemprego, descanso remunerado entre outros, são as principais vantagens do emprego anterior, no caso, emprego formal. Estar no emprego informal significa para muitos a insegurança e ausência de garantias. E para quem está na pesca, nunca se tem garantia de nada, o peixe, o camarão, o caranguejo, diminuem, tem períodos de escassez e de defeso. Apesar do recebimento do defeso por parte da categoria, que corresponde a um salário mínimo, eles passam por períodos extremamente difíceis.

Para 37 % que nunca tiveram carteira assinada, o mais importante é lutar pela sobrevivência. São trabalhadores que sempre estiveram na informalidade ou como pescador, catador ou outra função. Se sente excluído por muitas das vezes não poder comprovar renda ou comprar a crédito. Mantém-se num círculo vicioso de desemprego e subemprego. Alguns ainda preferem estar na informalidade, pois gostam da liberdade e da livre escolha de horários e rotina.

Além de todas as dificuldades que esses trabalhadores passam, eles convivem com um ambiente degradado. A poluição da Baía de Guanabara é uma preocupação dos pescadores e catadores de caranguejo que temem em não poder mais pescar e retirar o seu sustento do mar ou mangue. Apesar de toda a propaganda sobre o Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara as condições se agravam dia após dia, e como consequência há uma queda acentuada na produção do pescado. A falta de uma política que realmente vise a preservação do ecossistema e de todas as espécies envolvidos nesse processo, inclusive o homem.

4.5.Recomendações

Finalizando o trabalho faz-se necessárias algumas recomendações que podem ser aplicadas com a objetivo de facilitar a vida dos pescadores e catadores de caranguejo e dinamizar essas atividades desenvolvidas durante décadas na Baía de Guanabara.

Do ponto de vista político, a questão é mais abrangente, pois é de onde deve partir as medidas principais como a retomada do projeto de despoluição da Baía de Guanabara e a proteção de seus ecossistemas.

A formulação de projetos que visem a melhoria da pesca na baía de Guanabara, procurando integrar as colônias de pescadores, as associações de pesca e os pescadores da região.

Implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da pesca na região, com programas de incentivo e de financiamentos, para que esse trabalhador possa ter maiores condições de vida.

Medidas e ações que contemplem o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Melhorias nas áreas de embarque e atracação, facilitando assim o melhor manuseio do pescado e oferecendo ao pescador melhores condições de trabalho.

A capacitação do pescador através de programas que possam incentivá-lo a aumentar as suas oportunidades. Essa capacitação poderia ser dada através das próprias colônias e associações de pesca. Também é importante projetos de alfabetização de adultos e a continuação dos estudos. O pescador mais esclarecido além de ter uma maior visão ambiental, aumentará as chances de melhorar a renda, seja na pesca, seja em outra atividade.

Através dessa capacitação, o pescador também saberá minimizar os riscos das atividades da pesca, já que a maioria não utiliza nenhum equipamento de proteção.

Através dessa capacitação, o pescador pode aprender o manejo em cultivos fechados (aqüicultura).

Capacitação do pescador para que ele possa atuar em casos de acidentes ambientais, na limpeza do espelho d'água, dos manguezais, da recuperação e plantio dos mangues.

Outra medida importante a ser implantada são projetos de educação ambiental, que visem a propagar e difundir na população que vive no entorno da Baía de Guanabara, a importância da preservação desse ecossistema. A educação ambiental não deve ser apenas para o pescador que retira o seu pescado e depende diretamente dele, mas também das novas gerações que têm pela frente a difícil tarefa de transformar esse ambiente degradado.

Participação das colônias em atividades, como oficinas de fabricação de redes e barcos.

Criação de uma escola de pesca, com a finalidade de discutir e implantar novas formas de sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Projeto de proteção da APA de Guapimirim, que visem resguardar os manguezais dessa área e conseqüentemente toda a fauna e flora típica da região.

Criação de cooperativas com a finalidade de estocagem do pescado e a conseqüente venda, sem a participação do atravessador.

A implementação de atendimento médico e dentário nas comunidades pesqueiras do entorno da Baía de Guanabara. Os municípios, através das secretarias de saúde desenvolveriam projetos, como a médico em família ou outros, visando uma melhor condição de saúde e vida desse trabalhador.

Utilização dos postos de saúde do entorno para campanhas de saúde preventiva, além de campanhas de prevenção ao uso de drogas.

Aproveitamento dos pescadores em projetos de recuperação de manguezais ou de áreas atingidas por algum acidente ambiental.

Amador (1997) sugeriu o tombamento da orla da Baía de Guanabara como forma de preservar os manguezais remanescentes e diminuir ou acabar com os aterramentos e construções irregulares.

Fazer um estudo detalhado sobre as espécies de pescado da baía, da sua sazonalidade e das formas de preservação e manutenção de toda a biota.

Aumentar a fiscalização como forma de coibir a pesca e cata de caranguejos na época do defeso.

Facilitar ao pescador e ao catador maneiras de licenciamento perante aos órgãos de fiscalização e a própria colônia.

CAPÍTULO 5- CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo fazer um estudo sobre as condições de vida, de trabalho e saúde dos pescadores e catadores de caranguejo que exercem atividades informais na região da APA de Guapimirim.

Inicialmente com a pesquisa bibliográfica e depois com a pesquisa de campo, os resultados obtidos puderam traçar um perfil e as reais condições que vivem essas categorias.

Fizeram parte da amostra 80 pescadores e 20 catadores de caranguejo dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim e Magé.

Através da quantificação e análises dos dados desses trabalhadores, pôde ser possível entender e diagnosticar determinadas situações de extrema precariedade e abandono.

São situações de risco, de doenças, de desemprego, de subemprego, de falta de opções, de falta de estudo, de falta de saneamento, e de, principalmente, falta de políticas públicas voltadas para as comunidades mais carentes e de menor acesso aos bens, a saúde e a educação.

Esses trabalhadores efetuam longas jornadas de trabalho para conseguirem um máximo de aproveitamento no mar ou mangue. São trabalhadores que também não têm um horário definido para ir para o mar. Eles sofrem com a precariedade do trabalho informal, sem garantias e sem direitos. Para 21 trabalhadores, o sonho é ter carteira e para 25 o mais importante é ter todos os direitos trabalhistas, dessa forma ter mais segurança, poder comprar a prazo, poder se afastar quando doente ou acidentado, se aposentar. A carteira assinada e todos os direitos trabalhistas ficam mais difíceis de serem conseguidos com o passar do tempo, pois esse trabalhador tem pouca escolaridade e formação profissional. 12% da amostra são analfabetos, em se tratando de uma comunidade que fica na região metropolitana do Rio de Janeiro, é um percentual bem expressivo. 48% tem apenas o 1º grau incompleto. A informalidade está muito relacionada a questão educacional da população.

Na Baía de Guanabara essa informalidade está bem marcada na pescaria artesanal, na cata de caranguejos nos manguezais, no beneficiamento do siri pelas sirizeiras e pela extração e beneficiamento do mexilhão nos costões rochosos.

Se a pesca ou a cata de caranguejos vai mal esse trabalhador não tem muito que recorrer, apenas as atividades informais e ao subemprego.

São trabalhadores que podem ter agravos a sua saúde devido ao esforço excessivo, problemas de postura e movimentos repetitivos, problemas respiratórios, além de sofrer vários riscos em suas atividades diárias. Esses riscos são relatados de uma forma quase unânime, principalmente com relação a embarcação e com as mudanças de tempo. É uma atividade potencialmente perigosa, porém, apenas 41 % utiliza algum equipamento de proteção, isso porque além do desconhecimento de sua importância há também a falta de recursos para poder adquiri-lo.

Fica claro que o catador de caranguejo tem uma situação mais difícil do que a do pescador, isso pode ser evidenciado em relação a renda que é inferior e a própria escolaridade. A renda dos pescadores e catadores é variável, porém, 67% dos trabalhadores disseram receber em torno de 2 salários mínimos por mês, enquanto que, 50% dos catadores só conseguem receber 1 salário mínimo. Isso faz com que o catador necessite muito mais de uma segunda ocupação para melhorar sua renda.

Em relação às queixas também são os catadores que apresentam o maior número, principalmente com relação as dificuldades do mangue, ao ataque de insetos e ao trabalho desgastante. O catador recorre a atividades informais na época em que o caranguejo está mais escasso ou na época do defeso onde nem todos recebem o salário por não estarem filiados a nenhuma colônia. Aliás, 75% dos catadores não possuem licença enquanto que 42,5% dos pescadores não possuem. A licença é uma das poucas garantias que esse trabalhador tem para receber seu defeso e pleitear a aposentadoria e mesmo indenizações em caso de interrupção da pesca por acidente ambiental.

A pesca na baía, apesar da intensa degradação, persiste através de uma nova geração de pescadores, são jovens (12%) que tem uma forte tradição pesqueira entre os seus familiares. E em muitos casos, a pesca é a única saída para a sobrevivência. Junto a esses jovens existe a experiência dos pescadores mais antigos, 6% do total da amostra tem mais de 60 anos, são pessoas que nem pensam em abandonar a pesca, pois não encontraria outra atividade. A pesca é para toda vida ou até quando as pernas ainda possam levá-los ao mar, já que a situação precária impede que esse trabalhador pare.

Para os pescadores e catadores que não querem que seus filhos tenham a mesma profissão e o mesmo destino, os incentivam a estudar para ter uma melhor condição de vida. O estudo é para eles a única alternativa para mudar a difícil realidade da pesca.

Preparar a rede e todos os apetrechos de pesca, acertar a embarcação e ir para o mar, enfrentando o frio, os ventos fortes e chuvas. Quem vai pela manhã enfrenta um sol forte e se expõe a radiação, sem nenhuma proteção. Lançar a rede quantas vezes forem necessárias e esperar, a espera por um bom cardume ou pelo menos o peixe que dê para comprar o mínimo para a sobrevivência. No mangue é o catador que se enfia na lama, nos espinhos da vegetação e na nuvem de insetos a picar sua pele. Aliados a tantas adversidades, muitos se sentem deprimidos, fracos e infelizes, recorrendo ao álcool para amenizar seus sofrimentos e passar as longas horas no mar ou mangue. Ao chegar na praia, torcer para conseguir um preço mais justo, porém os atravessadores abocanham de novo o seu trabalho. Um trabalho silencioso, difícil e extremamente desgastante.

A informalidade numa dessas comunidades é o trabalho mais evidente e praticado. É a forma com que as pessoas lidam com a vida e a sobrevivência. Não é uma forma menos nobre que o formal, porém, conclusivamente é mais penoso, mais sacrificante e de uma certa forma mais injusta. A informalidade da forma como é praticada além de retirar os direitos do cidadão também leva esse trabalhador a se expor a muitos mais riscos, de enfrentar longas horas de trabalho em situações de precariedade e abandono. Isso porque essas pessoas precisam de direitos, precisam de garantias básicas de sobrevivência, necessitam de legalização e de melhores condições de vida. Elas precisam ser respeitadas.

São trabalhadores que trabalham numa das baías mais lindas do mundo, que possuía uma fauna e flora invejáveis a qualquer morador do planeta. Mas a cada dia é para lá que é despejado, mais esgoto, mais lixo, mais óleo e tudo o que for possível. Os pescadores e catadores que se fixaram ao entorno e que realmente necessitam desse ambiente para sobreviver clamam por ainda ver uma baía mais limpa e seu trabalho verdadeiramente reconhecido.

Ao término desse estudo também foi possível perceber questões que merecem um maior aprofundamento, relacionadas às atividades laborais desses trabalhadores. Uma dessas situações são os agravos sobre a saúde e os riscos desses trabalhadores de pesca e da cata de caranguejos que são expostos diariamente. Através de uma pesquisa mais minuciosa é possível constatar esses males e conseqüentemente indicar formas de melhorias de vida e saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amador, E.S. Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza, Reproarte, R.J., 1997.
- _____, Roteiro de Visita à Baía de Guanabara. Caderno de Educação Ambiental II, PDBG/UERJ, Rio de Janeiro, 2001
- Araújo, D.S.D. & Maciel, N.C. Os manguezais do Recôncavo da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Série técnica, FEEMA, nº 10, 1979.
- Barata, R.C.B. O Desafio das doenças emergentes e a revalorização da epidemiologia descritiva. Revista de Saúde Pública, 31(5); 531-7, 1997.
- Barroso, L.V., Aspectos da atividade da pesca na Baía de Guanabara, R.J., 2000.
- _____, Uma comunidade pesqueira na Baía de Guanabara. R.J., 3º Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente, Anais, 1989.
- Bauman, Z. Em busca da Política. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.
- Beck, U. From Industrial society to the risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment. Theory, Culture & Society 9, 97-123, 1992.
- Becker, Y. Multifactorial change in human behavior, environment, climate vectors and zoonoses enhance the emergence and reemergence of human microbial diseases. Isr Med Assoc. J: 2(12): 916-8, 2000.
- Bernardes, L.M.C. Pescadores da Ponta do Caju: Aspectos da Contribuição da Portugueses e Espanhóis para o Desenvolvimento da Pesca. Rev. Brasil. Geogr., 4: 40-61, 1958.
- Bezerra, M.C.L. Gestão de Recursos Naturais: Subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira/IBAMA-FUNATURA, 2000.
- Bordieu, P., Contrafogos: Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.
- Brasil, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca. O diagnóstico da pesca extrativa. Disponível em: www.presidencia.gov.br/seap/ Acesso em 20/03/2005.
- Butler, J.C. et al. Emerging Infections Diseases Among Indigenous Peoples Panel Summary from the 2000 Emerging Infections Diseases Conference in Atlanta, Georgia, 2000.
- Cadernos Pedagógicos III, P.D.B.G./PEA/ UERJ, Rio de Janeiro, 2002.
- Cantarino, A.A.A. & Souza, D.S., Valoração Econômica dos Benefícios Alcançados pela Despoluição da Baía de Guanabara por ETEs domésticas, PPE/COPPE/UFRJ, MIMEO, 1997.
- Cardoso, T.A.. O Espaço/Tempo, Informação e Risco no Campo da Biossegurança. Dissertação de Mestrado (Ciência da Informação) – ECO/UFRJ – IBCT/ CNPq, Rio de Janeiro, 2001.

- Carvalho, J.M.P. Diagnóstico da Situação Econômica e Ambiental da Colônia de Pesca da Praia de Ramos(Z11): Os Pescadores Urbanos. Monografia apresentada na U.F.R.J., Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, Junho/2004.
- Castel, R., Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: Saúde: Loucura 4 (ª Lancetti, org.), pp.21-48, São Paulo, Ed. Hucitec, 1993.
- Castro, Josué. Homens e Caranguejos, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2003
- Cavalcanti, C. Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife, Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- Cavalcanti, C. Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CORTEZ/ Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo, 1995.
- CD-ROM do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara /CEDAE, 1996.
- Chaves, T.C.O., Rangel Sant Anna, F.C.R. Avaliação da situação de trabalho e condições de vida dos pescadores de Magé- R.J. In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 7, 2003, Brasília. Anais. Brasília: Abrasco, 2003, p.439.
- CIDS 2000. Baía de Guanabara, Dossiê Sócio-Ambiental. Coord. D. Zee, Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável. Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- Confalonieri, U. A Crise Ambiental e suas Repercussões na Saúde Humana (In) Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós (Minayo & Miranda, org.), FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.
- Costa, W.M. Bases Epidemiológicas da Questão Ambiental. (In) IBAMA. Seminário Universidade e Meio Ambiente. Documentos Básicos. Brasília: Ibama, 1990.
- Dall Oca, A.V. Aspectos sócio-econômicos, de trabalho e de saúde de pescadores do Mato Grosso do Sul. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004.
- Déjours, C.A. A Banalização da Injustiça Social. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1999.
- Delgado, Guilherme. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. (in) Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. Arrochellas, M.H. & Ramalho, J.P. (org.). São Paulo, Cortez, Petrópolis/R.J., 2004.
- Dias, E.C. Produção e Consumo, Saúde e Ambiente: o papel do SUS e algumas lições aprendidas da saúde do trabalhador. (In) Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós (Minayo, M.C.S & Miranda, A.C., org), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002.
- Diegues, A.C.S. A Pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. Proposta: Experiência em educação popular, 2-24., 1988.
- FAO. El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura (SOFIA) Roma: FAO Fisheries Department, 1996.

FEEMA, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, Vocabulário Básico do Meio Ambiente – Rio de Janeiro: Petrobrás, Serviço de Comunicação Social, 1992.

_____. Projeto de Recuperação Gradual do Ecossistema da Baía de Guanabara. Relatório Técnico, R.J., 1988.

_____, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. Relatório Técnico, Rio de Janeiro, 1995.

Ferreira, I.I; Donatelli, S; Júnior, F.A. Análise coletiva de trabalho de pescadores mergulhadores de lagosta brasileiros. São Paulo: Fundacentro, 2003, p.55.

FIPERJ, Desembarque de pesca marítima, <http://200.156.34.123/egi/tabegi.exe?CIDE/agropec/PESDESEM.DEF>, captado em 14/04/2005.

Forattini, O.P.. O Brasil e a medicina tropical. Ver. Saúde Pública, 31(2): 116-20, 1997

Foss, L.& Rothenberg, K., The Second Medical Revolution. From Biomedicine to Infomedicine. Boston: Editora New Science Library, 1987.

Freitas, N.B.B.; Mattos, U.A.O.; Santos, P.R & Fortes, J.D.N. Precarização de Trabalho e Saúde do Trabalhador: Uma abordagem sob a ótica sindical. Anais VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ABRASCO, Salvador, 2000.

Galleazzi & Schneider, captado do site www.cut.org.br, em 04/07/2004

Hogan, D.J. Pobreza, poluição e prioridades: considerações sobre o meio ambiente e a cidadania. Campinas: Unicamp. Textos Didáticos nº 3, 1994.

IBAMA/R.J. Diagnóstico Ambiental do Território Fluminense (Estado do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Relatório Técnico, 2000.

_____, Evolução da Aquicultura e Pesca Segundo Categorias, 2002.

Ivo, C.T.C.; Dias, A. F. ; Botelho, E.R.O.; Mota, R.I.; Vasconcelos, J.A.; Vasconcelos, E.M.S.. Caracterização das populações de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus cordatus* (Linnaeus, 1763), capturadas em estuários do Nordeste do Brasil. Boletim Técnico Cient. CEPENE, Tamandaré, v.8, n.1, p.9-43, 2000.

_____ Uma avaliação das capturas do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) nos manguezais da baía de Guanabara, CACEB- Centro Afro da Comunidade Brasileira, projeto Baía Azul, 21p, 2002.

Jablonski, S. , Azevedo, A.F, Moreira, L.H. A., Silva, O. C.A., Levantamento de Dados da Atividade Pesqueira na Baía de Guanabara como Subsídio para a Avaliação de Impactos Ambientais e a Gestão da Pesca, IBAMA, setembro de 2002.

Jablonski, S. ; Azevedo, A.F.; Moreira, L.H.A.; Silva, O.C.A. Monitoramento da atividade pesqueira na baía de Guanabara como subsídio para a avaliação de impactos ambientais e a gestão da pesca.

Relatório Preliminar. Convênio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – Fundação de Estudos do Mar(FEMAR),59p, 2001.

_____. “A atividade pesqueira na Baía de Guanabara – Uma avaliação preliminar”. Rio de Janeiro: IBASE, 2001.

Jornal O Globo, A Baía não está para peixe,02 de fevereiro de 2005, p.12

_____, A degradação da Baía 13 de fevereiro de 2005, p.24-25.

_____,Baía: 5 anos depois, ainda há danos a reparar ,17 de janeiro de 2005, p.14.

Kneip, L.M. & Pallestrini,L. Restingas do Estado do Rio de Janeiro(Niterói a Cabo Frio): Oito mil anos do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, FEEMA, R,J., 1984.

Lacerda, A., “Apoio social e a concepção do sujeito na sua integração entre corpo-mente: uma articulação de conceitos no campo da saúde pública”. Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, out., 2002.

Layrargues, Philippe Pomier.Educação para a Gestão Ambiental,Caderno de Educação Ambiental II/PDBG/UERJ,2001.p.151-177.

_____, Como desenvolver uma consciência ecológica? Educador Ambiental, 4(18): 7-8. 1998.

Levantamento de dados da atividade pesqueira na Baía de Guanabara como subsídio para a avaliação de impactos ambientais e a gestão da pesca, IBAMA, abril de 2001 a março de 2002.

Luhmann, N. Soziologi des risikos.Berlin: De Gruyter, 1991.

Luz,M. T., Políticas de descentralização e cidadania: novas práticas em saúde no Brasil atual. In:Os sentidos da Integridade na atenção e no cuidado à saúde(R. Pinheiro& Mattos, orgs.), pp. 17-37, S. ed. Rio de Janeiro, 2001.

Machado, H.,Áreas de conflito.(In) Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social,(org) Leandro,M.E; Araújo, M.M. & Costa, M.S.,Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2002,pp.65-68.

Malaguti, L.M. Crítica a razão informal e a imaterialidade do salário, Editora Boitempo, São Paulo, 2000.

Marx,K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Matos, F.J.P& Muratori, C.F.M.L. Diversidade dos recursos pesqueiros e pesca na Baía de Guanabara. 3º Encontro de Ciências Sociais e Mar, Coletânea de Trabalhos Apresentados, IOUSP/ Fundação Ford, São Paulo, 1989, p. 280-295.

Mendes,R. & Dias, E.C.,Da Medicina de Trabalho à Saúde do Trabalhador, Rev. Saúde Pública,25(5), S. Paulo, 1991.p. 341-349.

Minayo, M.C.S.& Miranda (org), A.C. Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002.

Morse, S.S. Factors in the emergence of infectious diseases. *Emerg Infect Dis.* Jan-Mar, 1 (1); 7-15, 1995.

Navarro, M.B.A. et al. Doenças Emergentes e Reemergente, Saúde e Ambiente (In) Saúde e Ambiente Sustentável: Estreitando nós, Minayo, M.C.S & Miranda, A. C, FIOCRUZ, R.J., 2002

Noronha, Eduardo G., “ Informal”, Ilegal e Injusto: Percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 53, out. 2003.

O Brasil e o Mar no séc. XXI; Relatório aos tomadores de decisão do país, 408f, R.J., 1998.

OMS(Organização Mundial de Saúde). Carta de Ottawa para la promoción de la salud. In: *Promoción de la salud: Uma antologia*, Publicación Científica 557, pp. 367-372, Washington, DC: OPS, 1986.

_____. Declaración de la conferencia internacional de la salud. In: *Promoción da la Salud: Uma antologia*, Publicación Científica 557, pp. 373-377, Washington, DC: OPS, 1992.

_____. Declaración de Sundsvall: entornos propícios para la salud.. In: *Promoción de la Salud y la Salud Pública: Uma Contribución para el Debata entre las Escuelas de la Salud Pública de América Latina y el Caribe*(P.M. BUSS, org.), pp. 183-188, Rio de Janeiro:ENSP,1991

_____. Declaración de Sundsvall: entornos propícios para la salud. In: *Promoción de la Salud Pública: Uma Contribución para el Debata entre lãs Escuelas de la Salud Pública de América Latina y el Caribe*(P. M. BUSS, org.), p.p. 177-183, Rio de Janeiro,1988.

Pacheco, R.S. et al. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. In: VIEIRA, P.F.& MAIMOM, D. *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED/ Belém: UFPa. 1993. p.251-262.

Paiva, M.P.. *Recursos Pesqueiros Estuarinos e Marinhos do Brasil*. U.F.C. Edições, 1997.

Parmeaggiani, L. *Enciclopédia de Salud y Seguridad em il trabajo*.Genebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1989. p. 1747-1749

Paumgartten, Francisco. Contaminação de peixes por compostos organoclorados na Baía de Guanabara é menor que em países industrializados, Fiocruz, R.J., in: www.fiocruz.br/ccs/novidades/out003/peixes-raqp.htm., captado em 23/01/05

Pereira, R.A.C. Os isqueiros no pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: uma abordagem sócio-econômica, ambiental e legal. Brasília, 2001. 172 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <http://ged.capes.gov.br>. Acesso em 01/04/2005.

Pinheiro, R. As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integridade. In: *Os serviços da Integridade na atenção e no cuidado à saúde*(R. Pinheiro& R.A. Mattos, orgs.) , pp.65-112, Rio de Janeiro,2001.

Pinho, Sérgio. A reinvenção da pesca, BSB, jan. 1997, disponível em www.pescabrasil.com.br/prod-pesqueira.asp Acesso em 02/06/2005

- Ramalho, J.P. & Arrochellas, M.H.(org.) Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil, Editora Cortez, São Paulo, 2004.
- Ramos, E.B.. Algumas considerações sobre a legislação que rege a atividade profissional do pescador brasileiro(definições e conceitos). In: Seminário alternativas de desenvolvimento: pesca-coleta e cultivo. S. Paulo: SEP, PP. 327-332, 1977.
- Ramos, Lauro. A Evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano: 1991-2001, R.J., 2002.
- Resende, Alberto Toledo. A Pesca e sua Questão Sócio-Ambiental dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, UERJ/FFP,2003.
- Revista FEEMA, Rio de Janeiro, nº 167, Jul/ Ago, 1995.
- Revista de Domingo, Jornal do Brasil, número 1150, 1998.
- Rigotto,R. Produção e Consumo, Saúde e Ambiente: em busca de fontes e caminhos (in):Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós.org: Minayo,M.C.S. & Miranda, A.C., ABRASCO,Ed. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.
- Rodrigues, S.M. de A.& Gonçalves, E. da G. do R.; Mello, D.M.; Oliveira,E.G.;Hofer, E.Pesquisa de bactérias do gênero vibrio em feridas cutâneas de pescadores no município de Raposa-MA. R. Socied. Bras. Med. Trop. Uberaba, v.34.n.5, p.407-411, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br> Acesso em 6/05/2005.
- Rosa, Mara da Silva. Baía de Guanabara: Programa de Revitalização,2001/ em www.baiadeguanabara.org.br/info/bg-dadoshidrografica.asp , captado em 25/01/2005
- Sá,P.G.S. “Contaminação do Ambiente Marinho por Metais Pesados e Suas Implicações sobre Comunidades de Pescadores Artesanais”. Tese apresentada à FIOCRUZ/ENSP, Rio de Janeiro, abril de 1999.
- Schneider(2004), A., [www. cut.org.br](http://www.cut.org.br), captado em 04/07/2005
- Schinder, E.O.;Pili,N.; Vachino, M; Spillman,C.R.E; Petersen, A.; Vergara, S. Estudios epidemiologico del perfil de salud de pescadores de Mar del Plata : fatores de riesgos ligados al ambiente laboral. C.M. Publ. Méd; V.S, n.1, p.10 -20, 1992. Disponível em: <http://bases.biremi.br/cgi.bin/wxslind.exe/iah/> acesso em 15/01/2005.
- Silva,L.F. & Alves, F., A saúde das mulheres em Portugal. (In) Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social. (org.) Leandro,M.E.; Araújo, M.M.L.& Costa, M.S., Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho,Braga, 2002,pp. 165-167.
- Singer,Paul. O combate à pobreza e suas vítimas.Bahia Análise & Dados, Salvador,2001
- Souza, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano,Ed. Bertrand Brasil, R.J., 2003.
- Theodoro,Mario. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil .(in: Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. Ramalho, J.P& Arrochellas, M.H.(organizadores). São Paulo,Ed. Cortez, 2004.

Torres, V.L.S. Saúde, pesca e envelhecimento no estuário amazônico. In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 7., 2003. Brasília. Anais. Brasília; Abrasco, 2003, p.60.

Valla, V.V., Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. Cadernos de Saúde Pública, 15: 7- 14, 1999.

Vergara , W.L., Maciel, N.C. & Annibal, S., Fauna de Manguezais da Baía de Guanabara. 20º Congresso Brasileiro de Zoologia, Anais, R.J., 1994

Waissmann, William & Castro, José Airamir Padilha. Biossegurança: A Evolução das Abordagens em saúde e Trabalho no Capitalismo Industrial, 1998.

www.1.jus.com.br consulta em 09/05/05

www.baiadeguanabara.com.br/index.html consulta em 27/06/04

www.brazilsite.com.br consulta em 20/01/05

www.cibg.rj.gov.br consulta em 20/01/05

www.cide.gov.br consulta em 10/07/2005

www.cide.gov.br dados da FIPERJ/ 1998 , consulta em 02/04/2005

www.cide2.rj.gov.br/banco-municipais.php consulta em 14/08/2005

www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php consulta em 10/01/2005

www.ibge.gov.br/home/estatisticas/economia/ecinf/2003/comentariopdt , consulta em 10/07/2005

www.ilhadepaqueta.com.br/mapa.006.htm consulta em 30/01/05

www.mercadodapesca.com.br consulta em 04/05/2005

www.minc.com.br/artigos consulta em 31/08/2004.

www.mma.gov.br/port/sbf consulta em 25/01/2005

www.pescabrasil.com.br/Prod-pesqueira.asp consulta em 12/06/2005

www.pdbg.gov.br consulta em 10/03/2005